Porto Alegre, Sexta, 21 de Junho de 2024 - Ano 23 - Número 8311

NOVA PONTE PÊNSIL NA CIDADE DE TORRES DEVE SER INAUGURADA NESTA SEXTA-FEIRA.

Divulgação

Após quase nove meses de obras, a nova ponte pênsil entre as cidades de Torres (Litoral Norte gaúcho) e Passo de Torres (SC) deve ser liberada à população na tarde desta sexta-feira (21). A estrutura anterior – destinada a pedestres – se rompeu durante o Carnaval do ano passado, causando a morte de um jovem e deixando dezenas de feridos. Página 54

COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS APROVA PENA DE ATÉ 40 ANOS EM CASOS DE FEMINICÍDIO.

Página 20

Reprodução

JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE DEPUTADA FEDERAL QUE FEZ HARMONIZAÇÃO FACIAL COM DINHEIRO DE CAMPANHA.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá cassou, por unanimidade, o mandato da deputada federal Silvia Waiãpi (PL) por usar verba de campanha em harmonização facial em 2022. Conforme exposto no julgamento, foi a própria coordenadora do comitê partidário que denunciou a situação, em setembro daquele ano. Ela relatou ter se desentendido com a então candidata por causa do emprego dos recursos públicos no procedimento estético. Página 23

DEFESA CIVIL EMITE ALERTA PARA TEMPORAIS EM PORTO ALEGRE.

Página 53

Lula escala auxiliares para "sensibilizar" o Tribunal de Contas da União sobre gastos com o RS.

José Cruz/Agência Brasil

Esta não é a primeira vez que Lula tenta fazer uma aproximação com o TCU.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, se reuniu com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para fazer uma apresentação das ações que já foram realizadas pelo governo federal junto ao Rio Grande do Sul.

O Estado foi atingido por chuvas e enchentes no mês passado. A reunião, que aconteceu na sede do tribunal, faz parte de um esforço do Palácio do Planalto para "sensibilizar" o TCU quanto aos gastos que a União está tendo para socorrer a população atingida.

Além de Rui Costa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escalou os ministros da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para participar da conversa com o presidente da tribunal.

Esta não é a primeira vez que Lula tenta fazer uma aproximação com o TCU por causa dos elevados gastos relacionados à tragédia climática no Sul do país. No mês passado, o presidente da República sobrevoou o Rio Grande do Sul para ter uma dimensão dos estragos e convidou o presidente do TCU para acompanhá-lo.

Além de Bruno Dantas, participaram do sobrevoo os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Desta vez, no entanto, a reunião coincide com a decisão do TCU de aprovar com ressalvas as contas de 2023 da gestão Lula 3, fazendo um alerta para o aumento dos gastos com a Previdência, bem como com a alta das renúncias fiscais.

No ano passado, segundo o balanço apresentado pelo TCU, foram instituídas 32 desonerações tributárias, com impacto negativo de R$ 68 bilhões na arrecadação. No final do exercício, o volume de gastos tributários chegou a R$ 519 bilhões, acréscimo anual de 8%.

O tribunal sugeriu, entre outras coisas, que o Congresso coloque freio nessas concessões. Os auditores do TCU também apontaram, por fim, para o déficit previdenciário de R$ 428 bilhões, 9% maior que o de 2022.

O quadro sensível das contas públicas fez, inclusive, com que Lula se reunisse na segunda-feira com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, para discutir possíveis ajustes e saídas para a situação fiscal da União. Depois do encontro, Tebet afirmou que Lula ficou "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam quase 6% do Produto Interno Brasileiro (PIB).

Em meio a esse quadro, o governo federal diz já ter investido, desde o início da crise, R$ 90,9 bilhões em medidas de apoio ao Rio Grande do Sul. Deste total, R$ 73,4 bilhões seriam apenas em "novos recursos" orçamentários, o que inclui medidas de crédito, reconstrução de rodovias e a criação do chamado "Auxílio Reconstrução", benefício social voltado às famílias que ficaram desalojadas ou perderam móveis e eletrodomésticos.

Essa conta também traz outros R$ 17,5 bilhões que são referentes à antecipação de benefícios e prorrogação de tributos, como, no abono salarial, FGTS, Imposto de Renda, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Fé no diálogo: governo Lula escala mais um ministro para conversar com evangélicos.

Diante do desgaste do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os evangélicos, mais um ministro foi escalado para tentar uma aproximação com essa parcela da população. O titular da pasta dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, inicia nesta sexta-feira (21) uma ofensiva para tentar abrir um canal de diálogo com o segmento.

O gesto ocorre em um momento em que lideranças religiosas no Congresso subiram o tom dos ataques ao governo. A hostilidade cresceu após a bancada evangélica perder força no debate de projetos da pauta de costumes, algo inédito na Legislatura atual.

Os deputados ligados a denominações costumam ter penetração e influência em correntes e partidos de centro. Mas as críticas, principalmente ao projeto de lei que equipara o aborto ao homicídio, se sobressaíram na última semana. O texto chegou a ser liberado para apreciação em plenário da Câmara, mas deu passos para trás na tramitação por causa da reação da opinião pública e do Executivo.

Na última quarta (19), o deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) tomou posse como presidente da Frente Parlamentar Evangélica, defendendo pautas de costume. Ele substituiu Eli Borges (PL-TO), que deixou o posto dizendo que Lula busca aproximação, mas "age contra os interesses" do segmento.

Evangélicos e PT voltaram a ficar em lados opostos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que aprovou a proposta que legaliza os jogos de azar.

Rejeição

A última pesquisa Datafolha sobre a avaliação do governo federal mostra que a gestão Lula tem seus piores índices justamente entre os evangélicos. De acordo com o levantamento, 44% desse segmento da população considera o governo ruim ou péssimo, resultado que se manteve estável frente a março (43%), mas cresceu seis pontos percentuais na comparação com dezembro (38%). No quadro geral, a avaliação negativa é de 31%, enquanto no recorte entre os católicos fica em 25%.

Para reagir a esse cenário, Silvio Almeida, em uma estratégia alinhada com o Planalto, vai se juntar a Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) na tentativa de criar pontes. Macêdo tem recebido pastores, assim como Messias, que nos últimos dois anos chegou a representar o governo na Marcha para Jesus de São Paulo. O ministro da AGU é evangélico da Igreja Batista.

"Estou dialogando com organizações católicas, com evangélicos. Recebo pastores e padres, e (Alexandre) Padilha (ministro das Relações Institucionais) tem dialogado com a bancada evangélica. (Jorge) Messias (advogado-geral da União) tem conversado com lideranças", disse Macêdo.

O ministro dos Direitos Humanos dará uma palestra na Igreja Batista de Água Branca, em São Paulo. De acordo com aliados, essa será a primeira de uma série de visitas a templos. A avaliação na pasta é que as igrejas evangélicas podem contribuir com a implementação de pautas ligadas aos direitos humanos, porque costumam ter atuação em bairros periféricos das grandes cidades.

Renato Araujo/Câmara dos Deputados

Titular da pasta dos Direitos Humanos, Silvio Almeida vai iniciar nesta sexta (21) uma ofensiva para tentar abrir um canal com o segmento.

Interlocutores dizem ainda que o ministro pretende, durante essas visitas, colocar a sua pasta à disposição e entender quais são as principais demandas dos líderes religiosos. Na visita à Igreja Batista de Água Branca, Silvio participará do evento Conversas Pastorais, em que dará uma palestra com o tema "A igreja e a agenda nacional de direitos humanos". A denominação é considerada progressista.

A gestão petista enfrentou, na semana passada, mais um confronto com lideranças evangélicas por causa da aprovação do regime de urgência do projeto de lei que equipara o aborto ao homicídio. O texto é de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), uma das principais lideranças da bancada.

Na votação do regime de urgência na Câmara, a bancada do governo não assumiu posição em relação ao texto. Silvio Almeida foi um dos poucos ministros que se posicionaram antes da análise em plenário, ao classificar o texto como "vergonhosamente inconstitucional, pois fere o princípio da dignidade da pessoa humana e submete mulheres violentadas a uma indignidade inaceitável". Lula só criticou o projeto três dias depois de os deputados aprovarem a tramitação mais rápida na Casa — sem análise em comissões e com apreciação diretamente em plenário.

Eli Borges, ex-líder da bancada evangélica, reclama da oposição do governo ao projeto e afirma que não há gestos concretos do Executivo para o segmento.

"O Lula vive de retórica, vive falando da importância dos evangélicos, mas age sempre contra os nossos interesses. Não me recordo dele reconhecendo as nossas bandeiras. Ele vetou matérias caras para nós e já se posicionou contra o projeto", afirma Borges, sobre o PL do Antiaborto. "Na prática, não vejo como a relação dele conosco piorar. Já é ruim. Não vi gestos dele, até hoje, para dialogar conosco. Conversei uma única vez com o Alexandre Padilha, mas não sou procurado por ministros do Lula no cotidiano."

Centrão e governo a favor, bancada evangélica contra: como a legalização dos jogos avançou no Senado.

O projeto de lei (PL) que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos avançou no Senado após receber, em uma votação apertada, o aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Em tramitação há mais de um ano no colegiado e sob resistência da bancada evangélica, o texto teve apoio de líderes do Centrão e da base do governo Lula. O projeto já foi aprovado pela Câmara, em 2022, e segue agora para o plenário do Senado.

Na CCJ, os senadores aprovaram o parecer do senador Irajá (PSD-TO) por 14 votos a 12. Os defensores do projeto conseguiram vencer a resistência, após a bancada religiosa ter perdido força na discussão sobre o projeto antiaborto e com a audiência pública no plenário do Senado, que reuniu bolsonaristas e causou irritação em líderes da Casa.

A proposta aprovada também autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer. O relator afirma que a legalização pode gerar uma arrecadação de R$ 40 bilhões.

A votação foi acompanhada pelo pastor Silas Malafaia e pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), autor do projeto antiaborto. Eles se sentaram juntos ao lado dos representantes da bancada evangélica.

”Todas as religiões estão unidas contra. A CNBB fez uma nota fortíssima contra. A federação dos espíritas, que quase nunca se envolve, também se posicionou. Nós estamos aqui, de forma muito serena e tranquila. O Senado sempre rejeitou esse tipo de coisa”, defendeu o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Na CCJ, todos os senadores do Partido Liberal votaram contra o projeto, enquanto a maioria dos demais partidos teve divisões internas. No PT, dos quatro senadores que participaram da votação, apenas a senadora Janaina Farias, do Ceará, se posicionou contra o projeto. Um dos promotores da legalização é o ministro do Turismo, Celso Sabino (União-PA), que prevê geração de emprego e atração de investimento estrangeiro com a aprovação da medida.

Arrecadação e normas

O projeto prevê a criação de uma agência reguladora, vinculada ao Ministério da Fazenda, para fiscalizar as normas estabelecidas pela nova legislação. Irajá alegou que atividades como o jogo do bicho já existem no País há anos, mas que vivem na ilegalidade e não arrecadam impostos.

Divulgação

Proposta aprovada também autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer.

O PL chegou a figurar na lista de medidas que podem compensar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de municípios de até 156 mil habitantes. Essa possibilidade, no entanto, foi descartada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Para o petista, a arrecadação a ser gerada com a liberação dos jogos é de médio e longo prazo.

Para rebater o possível impacto do vício em jogos, uma das principais críticas da bancada evangélica, o relator ressaltou a proibição de empréstimos ou compras a prazo para apostas. Apostas em espécie também ficam proibidas, sob risco de pena a quem permitir.

”Tivemos a preocupação e o cuidado de estabelecer que nenhum brasileiro ou brasileiro possa participar de qualquer modalidade do jogo que não seja através do Pix, do cartão de débito, sendo proibido a participação com cartão de crédito ou que a empresa possa oferecer qualquer tipo de empréstimo”, disse Irajá.

O projeto estabelece regras específicas para cada tipo de jogo. Os cassinos, por exemplo, terão que comprovar capital social de pelo menos R$ 100 milhões.

Ao defender o PL, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) disse que a medida pode gerar empregos e a comparou à legalização das apostas esportivas on-line.

”Não estou entendendo por que esta modalidade, que pode gerar emprego, não pode ser regulamentada.”

21 DE JUNHO
Dia do
PROFISSIONAL
DE
Mídia
HOJE TODOS OS ESPAÇOS
ESTÃO RESERVADOS PARA VOCÊ.
O ÚNICO GRUPO DE COMUNICAÇÃO 100% GAÚCHO
RÁDIOS
tv pampa
rede pampa

Endividamento dos Estados: ministro das Relações Institucionais diz que o governo federal não aceita empresas estatais para abater dívida.

Valter Campanato/Agência Brasil

"Não pode mexer com estoque. O governo deixou isso muito claro", declarou Padilha.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo não vai aceitar que ativos estaduais sejam usados para abater dívidas dos Estados com a União. A sugestão tinha sido feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "Não pode mexer com estoque. O governo deixou isso muito claro. Vamos reforçar ao longo do detalhamento. Mexer nisso significa impacto no (resultado) primário", afirmou Padilha após se reunir ontem com Pacheco.

No fim do ano passado, o senador havia proposto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que Minas repassasse sua participação em estatais, como Cemig (energia elétrica), Copasa (saneamento) e Codemig (exploração de nióbio), no abatimento da dívida do Estado de cerca de R$ 160 bilhões.

Segundo Padilha, nova proposta apresentada por secretários estaduais da Fazenda é para que parte do dinheiro que seria pago em juros seja direcionada para um fundo de equalização entre todos os Estados.

Estados

Quatro Estados brasileiros — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — respondem por 89,4% do total de dívidas com a União (R$ 683,9 bilhões de R$ 764,9 bilhões). Todos os Estados e o Distrito Federal têm dívidas com a União, mas em diferentes patamares.

No topo da lista está São Paulo, com cerca de R$ 280,8 bilhões, seguido do Rio de Janeiro, com R$ 160 bilhões, Minas Gerais, R$ 147,9 bilhões, e Rio Grande do Sul, R$ 95,2 bilhões. Os dados foram fornecidos pelo Ministério da Fazenda, via Lei de Acesso à Informação (LAI), à Fiquem Sabendo, agência de dados especializada no acesso a informações públicas.

Com exceção do Tocantins, que possui a menor dívida entre as unidades federativas — apenas R$ 622 mil —, todas as demais possuem saldos devedores acima de R$ 80 milhões.

Em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei para suspender o pagamento das dívidas do Rio Grande do Sul com a União por três anos. Nesse período, os juros também não serão contabilizados.

O governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), disse, porém, que a medida é insuficiente. "Não posso dizer que será suficiente essa medida, e o presidente e o ministro têm ciência disso. Vamos precisar de outros tantos apoios em outras tantas frentes", avisou.

Antes da tragédia no RS, Estados vinham discutindo com a pasta da Fazenda uma proposta de renegociação das dívidas. A expectativa é que um projeto de lei complementar sobre o tema seja enviado ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre deste ano.

Dívida dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul somam quase 90% do total de débitos com o governo federal.

Quatro Estados brasileiros — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — respondem por 89,4% do total de dívidas com a União (R$ 683,9 bilhões de R$ 764,9 bilhões). Todos os Estados e o Distrito Federal têm dívidas com a União, mas em diferentes patamares.

No topo da lista está São Paulo, com cerca de R$ 280,8 bilhões, seguido do Rio de Janeiro, com R$ 160 bilhões, Minas Gerais, R$ 147,9 bilhões, e Rio Grande do Sul, R$ 95,2 bilhões. Os dados foram fornecidos pelo Ministério da Fazenda, via Lei de Acesso à Informação (LAI), à Fiquem Sabendo, agência de dados especializada no acesso a informações públicas.

Com exceção do Tocantins, que possui a menor dívida entre as unidades federativas — apenas R$ 622 mil —, todas as demais possuem saldos devedores acima de R$ 80 milhões.

Em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou a lei para suspender o pagamento das dívidas do Rio Grande do Sul com a União por três anos. Nesse período, os juros também não serão contabilizados.

GovRS/Divulgação

Em maio, por causa das enchentes, o governo Lula suspendeu por três anos o pagamento da dívida do RS.

O governador gaúcho, Eduardo Leite (PSDB), disse, porém, que a medida é insuficiente. “Não posso dizer que será suficiente essa medida, e o presidente e o ministro têm ciência disso. Vamos precisar de outros tantos apoios em outras tantas frentes”, avisou.

Antes da tragédia no RS, Estados vinham discutindo com a pasta da Fazenda uma proposta de renegociação das dívidas. A expectativa é que um projeto de lei complementar sobre o tema seja enviado ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre deste ano.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e outros governadores defendem uma mudança nos parâmetros do indexador da dívida.

Os quatro Estados do Sudeste respondem por 77,2% do total das dívidas. O Sul vem na sequência, com 15,5%. Centro-Oeste e Nordeste respondem por 3,4% e 3,2%, respectivamente. O Norte, por menos de 1% (0,7%).

Os dados da Fazenda também indicam que 107 municípios possuem dívidas com a União, num total de R$ 4,5 bilhões.

Na lista de devedores há apenas quatro capitais. São elas: Rio de Janeiro (R$ 533,6 milhões), Cuiabá (R$ 43,4 milhões), João Pessoa (R$ 7 milhões) e Vitória (R$ 601,7 mil).

As dívidas das capitais somadas — na casa dos R$ 584,6 milhões —, entretanto, representam pouco mais da metade do saldo devedor da cidade mais endividada do País.

Assim como acontece nos Estados, o maior volume de dívidas municipais está concentrada no Sudeste (R$ 2,2 bilhões, quase metade do total), seguido pelo Sul (R$ 1,3 bilhão), Nordeste (R$ 934,5 milhões), Centro-Oeste (R$ 92,8 milhões) e Norte (R$ 157 mil).

Entretanto, Minas Gerais é o Estado com mais cidades endividadas (30), seguido por São Paulo (27), Bahia (9) e Santa Catarina (9).

Depois de desengavetar a Proposta de Emenda à Constituição que livra os partidos de dívidas com a Justiça Eleitoral, o presidente da Câmara dos Deputados recuou e retirou o projeto da pauta.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que livra os partidos de dívidas com a Justiça Eleitoral foi desengavetada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que recuou e retirou o projeto da pauta de votações do plenário da Casa.

Lira havia avisado aos líderes partidários da Câmara que só colocaria em votação a proposta se o Senado se comprometesse a também aprovar o texto. A avaliação entre deputados é a de que o desgaste com a medida precisa ser compartilhado com os senadores.

No entanto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já indicou que não pretende avançar nenhuma das etapas da tramitação regular de projetos, que inclui debate em comissões e proposta de emendas. Pacheco tem dito a interlocutores que a medida não é prioritária para a Casa e que n ão há nenhuma perspectiva de acordo com a Câmara sobre ela.

A PEC foi incluída de forma repentina na pauta de votação da Câmara por Lira após reunião com líderes partidários na manhã de anteontem. A iniciativa é alvo de protestos de movimentos anticorrupção e organizações que atuam na área de transparência eleitoral – eles calculam que o custo da anistia pode chegar ao valor de R$ 23 bilhões.

A proposta tem amplo apoio entre as legendas com representação na Câmara: do PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao PL, do ex-presidente de Jair Bolsonaro. Além de isentar os partidos de dívidas, o texto fragiliza candidaturas de mulheres e pessoas pretas – concedendo perdão pelo não cumprimento de normas que preveem a aplicação de recursos mínimos para os candidatos.

A inclusão da proposta na pauta foi mais uma das tentativas de aprovar o texto. Em outubro de 2023, a Câmara tentou aprovar a matéria, mas sofreu resistência de entidades da sociedade.

Um senador próximo a Pacheco afirmou à reportagem que "não há contexto nem clima político" para a apreciação de um projeto impopular como esse, muito menos sua urgência. Ainda assim, mesmo que reconheçam a impossibilidade de tramitação acelerada, líderes do Senado acreditam que há força entre os congressistas para aprovar a medida.

O impasse entre Lira e Pacheco postergou novamente a votação da proposta. Parlamentares informaram que a deputada Renata Abreu (Podemos-SP) está à frente das articulações com os senadores. Segundo os congressistas, Lira não pautou o projeto para votação porque não houve "sinal verde" de Pacheco.

Os presidentes das legendas têm pressionado pela aprovação da PEC, que, no ano passado, recebeu aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas não chegou a ir para votação na comissão especial, diante da repercussão negativa. Como os prazos para análise no colegiado especial já se esgotaram, o texto pode ser apreciado diretamente no plenário da Câmara.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A avaliação é de que o desgaste com a medida precisa ser compartilhado com os senadores.

Por se tratar de mudança constitucional, a proposta precisa do apoio de pelo menos 308 deputados no plenário da Câmara, em dois turnos de votação. No Senado, o quórum mínimo é de 49 votos no plenário, também em dois momentos – a medida, porém, pode passar antes por comissões.

Deputados articulam uma possível substituição da anistia completa de dívidas partidárias por um "Refis" (originalmente, expressão usada para se referir a programas de recuperação fiscal criados com o objetivo de colocar em dia a situação financeira de empresas, pessoas físicas e governos) referente às punições que as legendas sofreram por irregularidades nas eleições, como o descumprimento de porcentuais mínimos de candidaturas de mulheres e negros ao Legislativo. Pela nova versão do texto, o perdão total valeria somente para as cotas raciais.

O "Refis" determinaria o pagamento das dívidas pelos partidos com correção monetária, mas sem juros e com opções de parcelamento. Na proposta anterior, as agremiações teriam todos os débitos anulados.

A renegociação das dívidas seria possível para as punições relacionadas ao descumprimento das cotas de gênero nas eleições de 2022, além de outras irregularidades. No caso das cotas raciais, contudo, as dívidas seriam anuladas.

Os partidos argumentam que houve decisão recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as cotas raciais para a qual não estavam preparados e que isso justificaria o perdão da dívida nesse caso.

Os defensores da proposta também alegam que a matéria institui um porcentual mínimo de 20% de repasses do fundo eleitoral para candidaturas de pessoas pretas e pardas. Atualmente, a obrigação dos partidos é de apenas assegurar que a quantidade dos recursos seja proporcional ao número de candidaturas de negros.

Bem-vindo
INVERNO
20 de Junho
rede pampa

Supremo forma maioria para derrubar quatro itens da reforma da Previdência de 2019.

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para declarar a inconstitucionalidade de alguns trechos da Reforma da Previdência aprovada em 2019 pelo Congresso Nacional. Entretanto, o ministro Gilmar Mendes pediu vista e interrompeu o julgamento.

A reforma, proposta pelo governo Jair Bolsonaro e validada pela Câmara e pelo Senado, promoveu alterações nas regras de aposentadorias de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. O julgamento atinge, contudo, apenas pontos específicos da reforma em relação a servidores públicos, e não a maioria das alterações impostas.

O relator é o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, que votou para rejeitar a maioria dos questionamentos. Prevaleceu até agora, no entanto, o voto do ministro Edson Fachin.

Um dos pontos com maioria para ser invalidado foi o que autoriza, quando houver déficit, uma contribuição sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

A reforma estabeleceu a possibilidade de cobrança a aposentados e pensionistas quando os rendimentos forem maiores que um salário-mínimo e quando houver déficit atuarial, ou seja, um déficit ao longo do tempo. Antes da reforma, só era possível contribuição de inativos acima do teto do INSS.

Barroso ressaltou que essa contribuição seria apenas um ”plano B”:

”Na minha decisão, essa ampliação da base de cálculo só é possível se a instituição da alíquota progressiva não for capaz de sanar o déficit. Portanto, ela é, digamos, o plano B, se a primeira não der certo.”

Já o ministro Alexandre de Moraes divergiu e considerou que medida tem um caráter ”confiscatório”:

”Me parece que há um tratamento, inclusive, confiscatório em relação aos benefícios dos inativos, que acabam ficando com todo o encargo, se não der certo a progressividade, com todo encargo de amortizar o déficit do regime previdenciário.”

Também há maioria contra um trecho que impedia, quando uma pessoa passava do regime geral da Previdência para o de servidores, ter a aposentadoria a partir do tempo de serviço, e não apenas da contribuição. Esse ponto impacta principalmente juízes e membros do Ministério Público que antes trabalhavam como advogados.

O ministro Cristiano Zanin considerou que havia um ”direito adquirido” por parte desses profissionais:

Andressa Anholes/STF

Julgamento foi interrompido com pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

”Entendo que há, de fato, uma violação à garantia do direito adquirido, à segurança jurídica, uma vez que era possível, interpretando as regras até então existentes, concluir pela possibilidade da aposentadoria, mesmo sem o período de contribuição.”

Barroso, por sua vez, afirmou que eles descumpriram a legislação ao não contribuir:

”O advogado que, quando era profissional liberal, não contribuiu para a Previdência Social, ele simplesmente descumpriu a lei. Por essa razão, acho que ser penalizado não é problemático.”

Outro trecho instituiu um cálculo diferenciado para as aposentadorias para mulheres do setor privado, mas não para do público.

Em seu voto no plenário virtual, Fachin havia dito que, por mais que ”mulheres servidoras públicas possam estar em alguma posição de vantagem ou desvantagem em relação às trabalhadoras da iniciativa privada, esta não é uma condição estrutural”, e que por isso a diferença de tratamento não é justificada.

Já Barroso alegou nesta quarta que ”o regime jurídico de direito público minimiza os impactos da desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho” e que a diferença ”é um mecanismo válido de desestimulo à aposentadoria antecipada”.

Estão sendo analisadas, de forma conjunta, 13 ações apresentadas por associações que representam setores do serviço público — defensores públicos, integrantes do MP, juízes, auditores fiscais, delegados da PF — e por partidos políticos.

Enfrentamento entre ministros do Supremo: André Mendonça interrompe Luís Roberto Barroso em sessão sobre drogas.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça interrompeu a abertura da sessão dessa quinta-feira (20) que debate os critérios que configuram porte de maconha para uso pessoal.

Na ocasião, o placar estava em 5 a 3 pela descriminalização do porte para consumo.

"Nós estamos passando por cima do legislador caso a votação prevaleça com essa votação que está estabelecida. O legislador definiu que portar drogas é crime. Transformar isso em ilícito administrativo é ultrapassar a vontade do legislador", disse Mendonça.

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, abriu a sessão explicando os pontos que seriam analisados.

Barroso contou que presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fez uma ligação para ele querendo entender o que seria julgado e chegou a afirmar que teria recebido informação equivocada.

Segundo Barroso, o "porte de drogas é um ato ilícito" e a discussão não se referiria a isso, uma vez que esse entendimento permaneceria o mesmo.

No momento em que o presidente do STF esclarecia o que estava em discussão, o ministro André Mendonça, que participava da sessão por videoconferência, começou a falar.

Em seguida, Mendonça pediu a palavra. Em um dado momento, ele disse que o Supremo estaria passando por cima do legislador, já que o legislador definiu que portar drogas é crime.

"Nenhum país do mundo fez isso por decisão judicial. Nenhum. Em segundo lugar, a grande pergunta que fica é: um ilícito administrativo. Quem vai fiscalizar? Quem vai processar? Quem vai condenar? Quem vai acompanhar a execução dessa sanção?", questionou o ministro.

"Essa decisão tem que ser adotada pelo legislador. Eu sou contra. Sou contra, mas eu me curvaria caso o legislador deliberasse em sentido contrário. Apenas estou seguindo a minha opinião e entendo que o presidente não é vítima de desinformação", completou Mendonça.

Em resposta, o ministro Barroso disse: "Vossa excelência acaba de dizer a mesma coisa que eu disse apenas com um tom mais panfletário".

Andressa Anholete/STF

Presidente do STF, o ministro Barroso abriu a sessão explicando os pontos que seriam analisados, quando o ministro André Mendonça começou a falar.

Retomada

O STF retomou nessa quinta um recurso que discute critérios que configuram porte de maconha para uso pessoal.

O julgamento começou em 2015. Uma decisão da Corte terá impacto em pelo menos 6.354 processos, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça.

O processo tem repercussão geral, ou seja, a decisão tomada pelo tribunal deverá ser aplicada pelas outras instâncias da Justiça em processos com o mesmo tema. Isso vai ocorrer a partir de uma espécie de guia que será elaborado pelos ministros logo após a conclusão da deliberação.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, há pelo menos 6.354 processos com casos semelhantes suspensos em instâncias inferiores da Justiça, aguardando uma decisão do tribunal.

O tribunal deve decidir se é crime uma pessoa ter consigo drogas para seu próprio consumo. Além disso, deve fixar, em relação a uma ou mais substâncias, a quantidade considerada como de uso individual.

A discussão não envolve o tráfico de drogas, conduta punida como crime que vai continuar sendo um delito, com pena de 5 a 20 anos de prisão.

Validade

A Lei de Drogas, de 2006, estabelece, em seu artigo 28, que é crime adquirir, guardar e transportar entorpecentes para consumo pessoal.

No entanto, a legislação não fixa uma pena de prisão para a conduta, mas sim sanções como advertência, prestação de serviços à comunidade e aplicação de medidas educativas (estas duas últimas, pelo prazo máximo de 5 meses).

Ou seja, embora seja um delito, a prática não leva o acusado para prisão. Os processos correm em juizados especiais criminais e a condenação não fica registrada nos antecedentes criminais.

A norma não diz quais são as substâncias classificadas como droga – essa informação é detalhada em um regulamento do Ministério da Saúde.

Além disso, determina que cabe ao juiz avaliar, no caso concreto, se o entorpecente é para uso individual.

Para isso, o magistrado terá de levar em conta os seguintes requisitos: a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as circunstâncias da apreensão, as circunstâncias sociais e pessoais da pessoa que portava o produto, além de suas condutas e antecedentes.

Ou seja, não há um critério específico de quantidades estabelecido em lei. Com isso, a avaliação fica a cargo da Justiça.

A lei de 2006 substituiu a regra que vigorava desde 1976. Na antiga Lei de Drogas, carregar o produto para uso individual era crime punido com prisão – detenção de 6 meses a dois anos, além de multa.

Porte de maconha: ministro Dias Toffoli abre nova interpretação e Supremo suspende julgamento.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nessa quinta-feira (20) para manter válido o trecho da Lei de Drogas que sobre o porte de entorpecentes para consumo pessoal. O trecho diz que o porte para uso pessoal será punido com medidas socioeducativas. O julgamento foi interrompido e deve ser retomado na semana que vem.

O magistrado, no entanto, entende que, após alteração em 2006, a lei retirou os efeitos penais da conduta. Na prática, o voto abriu uma terceira corrente de entendimento sobre descriminalização do porte de maconha para uso pessoal.

Para Toffoli, a previsão da lei é aplicável ao usuário de entorpecentes. As sanções administrativas permanecem, e não são penais. No entendimento de Toffoli, casos de usuários permanecem com as áreas da Justiça que cuidam de casos criminais.

O ministro entende que declarar o artigo sobre o tema inconstitucional ou aplicar um entendimento nos casos de uso de maconha pode trazer repercussões para casos de pessoas que usam outros tipos de entorpecentes.

Com o voto de Toffoli, continuam 5 votos no STF para descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. Outros 4 ministros — Toffoli incluído — não votaram nesse sentido.

Ou seja, ainda não há maioria para definir se o uso de maconha é ou não crime.

O Supremo também discute um critério para diferenciar usuários de traficantes – neste ponto, já há maioria para estabelecer a diferença, que ainda será definida. No julgamento sobre drogas, Toffoli diz que café, tabaco e cocaína modificam a bioquímica.

Na abertura da sessão, o presidente do Supremo Luís Roberto Barroso explicou o que está em jogo. Barroso disse que o ato de consumo de drogas, mesmo que para uso individual, permanecerá como ato ilícito, mesmo se for descriminalizado. Ou seja, continuará contrário a lei, independente de qual seja a decisão do Supremo, mas poderá não ser chamado de crime, se os ministros decidirem descriminalizar.

O STF retomou nessa quinta um recurso que discute critérios que configuram porte de maconha para uso pessoal. O julgamento começou em 2015. Uma decisão da Corte terá impacto em pelo menos 6.354 processos, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça.

Carlos Moura/STF

Para Toffoli, a previsão da lei é aplicável ao usuário de entorpecentes.

Desentendimento

O ministro André Mendonça interrompeu a abertura da sessão do porte de maconha.

"Nós estamos passando por cima do legislador caso a votação prevaleça com essa votação que está estabelecida. O legislador definiu que portar drogas é crime. Transformar isso em ilícito administrativo é ultrapassar a vontade do legislador", disse Mendonça.

No momento em que o presidente do STF esclarecia o que estava em discussão, o ministro André Mendonça, que participava da sessão por videoconferência, começou a falar.

Em seguida, Mendonça pediu a palavra. Em um dado momento, ele disse que o Supremo estaria passando por cima do legislador, já que o legislador definiu que portar drogas é crime.

"Nenhum País do mundo fez isso por decisão judicial. Nenhum. Em segundo lugar, a grande pergunta que fica é: um ilícito administrativo. Quem vai fiscalizar? Quem vai processar? Quem vai condenar? Quem vai acompanhar a execução dessa sanção?", questionou o ministro.

"Essa decisão tem que ser adotada pelo legislador. Eu sou contra. Sou contra, mas eu me curvaria caso o legislador deliberasse em sentido contrário. Apenas estou seguindo a minha opinião e entendo que o presidente não é vítima de desinformação", completou Mendonça.

Em resposta, o ministro Barroso disse: "Vossa excelência acaba de dizer a mesma coisa que eu disse apenas com um tom mais panfletário".

Argentina envia ao Brasil lista de foragidos pelos atos do 8 de Janeiro em Brasília.

O Itamaraty recebeu do governo da Argentina uma lista de 62 brasileiros investigados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro que entraram no país vizinho. Segundo o informe, 13 deles já saíram da Argentina e um teve a entrada recusada.

O documento atende a uma resposta do governo brasileiro sobre a situação de 143 foragidos dos atos golpistas. O ofício foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No início de junho, a Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação para prender pessoas envolvidas nos ataques que “se furtaram da aplicação da lei penal”. As investigações apontaram que boa parte delas fugiu para a Argentina, Uruguai e Paraguai.

A maioria não passou pelas barreiras migratórias, mas uma parte pediu refúgio ao governo argentino. A partir desses dados, o departamento de migração elaborou este informe ao Itamaraty.

Com a comunicação do governo argentino, inicia-se o processo do pedido de extradição desses foragidos pelas autoridades brasileiras. A solicitação deve ser feita pela PF.

"Pacto de impunidade"

Na última quarta-feira (19), o porta-voz da Presidência da Argentina, Manuel Adorni, negou a existência de um ”pacto de impunidade” entre o presidente Javier Milei e o ex-mandatário Jair Bolsonaro (PL), para garantir asilo político aos condenados ou investigados por participação nos atos antidemocráticos.

”Claramente não fazemos pacto de impunidade com absolutamente ninguém. Você se referiu ao Bolsonaro, não, não fazemos pactos de impunidade, nem jamais faremos com ninguém. E, por outro lado, é efetivamente uma questão judicial. A justiça tomará as medidas correspondentes quando chegar a hora de tomá-las e nós as respeitaremos como respeitamos cada decisão judicial”, respondeu o porta-voz ao ser questionado por jornalistas durante uma coletiva.

Quando perguntado sobre como os fugitivos do 8 de Janeiro entraram na Argentina, e se isso estaria atrelado a uma suposta negligência das autoridades alfandegárias do país, o representante do governo disse não saber. Ardoni prometeu, ainda, que caso a justiça brasileira solicite algo aos argentinos, a decisão local ”não se desviará da lei”.

Extradição

A PF deve pedir em breve a extradição de condenados pelos ataques de 8 de janeiro que fugiram para a Argentina. A deflagração de uma nova fase da megaoperação Lesa Pátria, no início do mês, apontou que pelo menos 65 envolvidos com a depredação em Brasília estariam no país vizinho, e que parte deles teria, inclusive, pedido refúgio ao governo de Javier Milei.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Eles fugiram do Brasil enquanto cumpriam medida cautelares.

Os alvos que não foram encontrados pela PF também terão os nomes incluídos no Banco Nacional de Mandados de Prisão. Com isso, seus nomes ficarão públicos e qualquer pessoa que localizar os foragidos pode acionar a polícia para realizar a prisão.

As apurações apontam que os brasileiros podem ter entrado no país vizinho até mesmo em porta-malas de veículos, segundo o portal g1. Outros fugiram a pé pela ponte na fronteira, ou atravessando o rio Paraná. Todas as fugas ocorreram em 2024.

No mês passado, uma reportagem do portal UOL revelou que condenados e investigados pelos atos golpistas haviam quebrado tornozeleiras eletrônicas que usavam por determinação do STF, e fugido para a Argentina ou para o Uruguai. Em seguida, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu a inclusão dos fugitivos na difusão vermelha da Interpol.

Em 2006, o Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, assinado pelos países-membro do grupo em 1998, foi promulgado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpria à época a reta final de seu primeiro mandato.

O texto do documento prevê que os signatários ”obrigam-se a entregar, reciprocamente”, pessoas que ”se encontrem em seus respectivos territórios e que sejam procuradas pelas autoridades competentes de outro Estado Parte”. No entanto, o bloco abre espaço para negativas em caso de crime considerado de natureza política.

Polícia Federal apreende armas com empresários suspeitos de financiar a invasão a Brasília e bloquear estradas.

A Polícia Federal (PF) apreendeu armas durante a realização, nessa quinta-feira (20), da 28ª fase da Operação Lesa Pátria, que tem o objetivo de identificar pessoas que financiaram e fomentaram os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Entre os alvos, estão empresários suspeitos de financiar os atos e bloquear estradas.

Na ocasião, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal foram invadidos por indivíduos que promoveram violência e dano generalizado contra os imóveis, móveis e objetos daquelas Instituições.

Ao todo, foram cumpridos 27 mandados judiciais (15 mandados de busca e apreensão e 12 de busca pessoal), expedidos pelo Supremo Tribunal Federal, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Foi determinada a indisponibilidade de bens, ativos e valores dos investigados.

Apura-se que os valores dos danos causados ao patrimônio público possam chegar à cifra de R$ 40 milhões.

"Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido", informou a PF, em nota.

As investigações continuam em curso e a Operação Lesa Pátria é permanente, com atualizações periódicas acerca do número de mandados judiciais cumpridos e pessoas capturadas.

Reprodução

Foram cumpridos 27 mandados judiciais nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Indiciamentos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deve ser indiciado pela Polícia Federal por envolvimento nos atos do 8 de Janeiro, em Brasília. Segundo fontes da PF, o inquérito será concluído até agosto com elementos suficientes para indiciar também o ex-ministro Braga Netto, além de generais.

A PF apurou que Bolsonaro chegou a discutir o conteúdo de uma minuta de golpe com assessores e pediu ajustes no documento.

O ex-presidente remeteu o documento a generais e comandantes das Forças afim de convencê-los à investida ao golpe. Nos diálogos captados pela investigação, o ex-ministro da Defesa, Braga Netto xingou o então comandante do Exército, general Freire Gomes, que resistia em aderir ao golpe.

Paulo Sergio Nogueira, ex-ministro da Defesa, que também será indiciado pela investigação, e o general Augusto Heleno, ex-GSI, aparecem em gravação discutindo com o ex-presidente estratégias para mantê-lo no poder.

A investigação, no entanto, não pretende pedir a prisão de nenhum dos indiciados. O cenário só deve mudar se algum requisito legal vier a se desobedecido. Por exemplo: uma eventual coação de testemunha.

O relatório final da PF deve ainda prever uma cadeia de acontecimentos para demonstrar que outras investigações estão relacionadas a tentativa de golpe de Estado, a exemplo da compra e venda de joias no exterior e a fraude no cartão de vacina do ex-presidente e familiares.

Em fevereiro, Braga Netto e Heleno ficaram em silêncio e não depuseram à Polícia Federal. Ambos, no entanto, já negaram irregulares anteriormente.

No mesmo dia, Bolsonaro também ficou em silêncio e alegou incompetência do STF em julgar o caso. Na semana seguinte, o ex-presidente discursou em um evento em São Paulo e comentou o caso.

"Agora, o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de Estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenha a santa paciência", afirmou.

Ministro Alexandre de Moraes intima hospitais em decisão que barrou punição por abortos.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou na última quarta-feira (19) que diretores de hospitais do município de São Paulo sejam intimados para comprovar se estão cumprindo a decisão que barrou punições a médicos por suposto descumprimento de uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta o aborto em gestação decorrente de estupro.

Carlos Moura/SCO/STF

Ministro deu 48 horas para hospitais, sob pena de responsabilização.

Foram intimados o Hospital Municipal Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, o Hospital Dr. Carmino Caricchio, o Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha, o Hospital Municipal Tide Setúbal e o Hospital Municipal e Maternidade Professor Mário Degni.

O ministro deu o prazo de 48 horas e definiu pena de responsabilização pessoal aos administradores dos hospitais caso não haja comprovação de cumprimento da decisão.

Em maio, o ministro determinou a suspensão de todos os processos judiciais e procedimentos administrativos e disciplinares movidos contra médicos por suposto descumprimento da resolução do CFM que dificulta o aborto em gestação decorrente de estupro.

A norma proíbe a utilização de uma técnica clínica (assistolia fetal) para a interrupção de gestações acima de 22 semanas decorrentes de estupro. A técnica utiliza medicações para interromper os batimentos cardíacos do feto, antes de sua retirada do útero, e é considerada essencial para o cuidado adequado ao aborto.

De acordo com a nova decisão, fica proibida a abertura de procedimentos administrativos ou disciplinares com base na resolução.

Alexandre considerou informações acrescentadas aos autos sobre a suspensão do exercício profissional de médicas que fizeram aborto de fetos com mais de 22 semanas de gestação.

Esses fatos teriam gerado manifestações populares na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo e a suspensão do programa Aborto Legal no Hospital Vila Nova Cachoeirinha.

A decisão de Moraes começou a ser analisada no plenário virtual do STF, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de destaque do ministro Nunes Marques, o que leva o caso para o plenário físico. Antes, André Mendonça já havia divergido da posição do relator.

AGU

Também na quarta-feira, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou, na mesma ação, que a regulamentação do procedimento para realização do aborto nas situações permitidas por lei só pode ser feita pelo Congresso, e não por um conselho profissional.

"A Resolução CFM nº 2.378/2024 pretendeu, ainda que disfarçadamente, alterar a disciplina legal sobre a questão do aborto. Todavia, uma limitação como a posta pela Resolução CFM nº 2.378/2024 somente seria possível por meio de lei formal. E essa é uma atribuição do Congresso Nacional, nunca de um Conselho Profissional", afirmou a AGU.

Deputados federais evangélicos e católicos se unem para aprovar projeto de lei do aborto e sugerem doação de bebês.

Deputados da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Católica dobraram a aposta e saíram em defesa do projeto de lei que equipara o aborto em gestações de mais de 22 semanas com o homicídio, mesmo em caso de estupro, em que há provisão legal para a interrupção da gravidez. Os parlamentares argumentam que é melhor para a grávida parir o filho e doá-lo para a adoção.

"Se em 22 semanas o bebê está pronto para viver fora do útero da mãe, porque matá-lo para depois retirá-lo, se é muito mais correto, coerente, retirá-lo e colocá-lo para adoção, já que aproximadamente 30 mil brasileiros desejam", disse Eli Borges (PP-TO), que foi presidente da bancada evangélica.

Os parlamentares se reuniram para manifestar esse posicionamento, depois de o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), determinar a formação de uma "comissão representativa" para debater o tema em agosto, esfriando o clima para uma nova votação na Casa ainda neste semestre.

Mais de dez deputados defenderam sua posição. "O inferno se levantou contra o projeto, os demônios saíram do inferno contra o projeto", afirmou Sargento Fahur (PSD-PR). "Nunca vamos defender o assassinato dos inocentes, estamos aqui para defender as vozes dos bebês", discursou Franciane Bayer (Republicanos-RS)

Ao longo dos discursos, os deputados disseram ainda que não defendem estuprador e apoiam maior tempo de cadeia para os agressores sexuais. Dessa forma, não abrem mão de impedir a possibilidade de aborto para a grávida estuprada.

O pastor Silas Malafaia participou do evento e ainda fez uma defesa da penalização. "A vida é a mãe de todos os direitos. A pena maior é para quem tira a vida. Para todas as outras questões, a pena vai ser menor", afirmou. Ele disse que, se dependesse dele, a pena para o estuprador seria a máxima possível, mas haveria esse obstáculo. Para ele, esse tipo de aborto é um homicídio. "Se você mata uma vida que está pronta para viver, o que é?"

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Os parlamentares argumentam que é melhor para a grávida parir o filho e doá-lo para a adoção.

Um dos autores, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) reconheceu que o texto poderá passar por alterações. "Vamos aprimorar todos os âmbitos necessários, mas não abriremos mão do cerne do projeto, de defender a vida do bebê."

Recentemente, o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, por aclamação, um parecer que define como inconstitucional, inconvencional e ilegal o projeto de lei. Com 81 membros, o Conselho da OAB é o órgão máxima da instituição que representa a advocacia brasileira.

"Absoluta desproporcionalidade e falta de razoabilidade da proposição legislativa em questão, além de perversas misoginia e racismo. Em suma, sob ótica do direito constitucional e do direito internacional dos direitos humanos o PL 1904/2024 é flagrantemente inconstitucional, inconvencional e ilegal", afirma o parecer.

O documento considera ainda que o PL remonta à Idade Média, sendo "atroz, degradante, retrógrado e persecutória a meninas e mulheres". De acordo com o parecer, " obriga meninas e mulheres, as principais vítimas de estupro, a duas opções: ou ela é presa pelo crime de aborto, cujo o tratamento será igual ao dispensado ao crime de homicídio simples, ou ela é obrigada a gerar um filho do seu estuprador".

Comissão da Câmara dos Deputados aprova pena de até 40 anos em casos de feminicídio.

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que transforma o feminicídio em um crime autônomo, agravando a pena dos atuais 12 a 30 anos para 20 a 40 anos de reclusão sem necessidade de qualificá-lo para aplicar penas mais rigorosas (PL 4266/23).

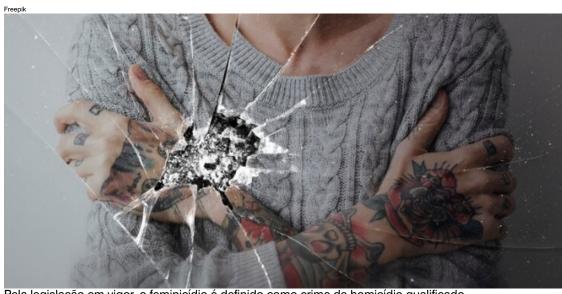
O projeto, do Senado, altera o Código Penal, a Lei das Contravenções Penais, a Lei de Execução Penal, a Lei de Crimes Hediondos e a Lei Maria da Penha.

Pela legislação em vigor, o feminicídio é definido como crime de homicídio qualificado. Nesse caso, o fato de ser um assassinato cometido em razão da condição feminina da vítima contribui para o aumento da pena.

Freepik

Pela legislação em vigor, o feminicídio é definido como crime de homicídio qualificado.

Outras medidas

A proposta prevê outras medidas para prevenir e coibir a violência contra a mulher, como por exemplo:

- aumenta as penas para os casos de lesão corporal contra a mulher, para os crimes contra a honra ou de ameaça e para o descumprimento de medidas protetivas;
- nos "saidões" da prisão, o condenado por crime contra a mulher deve usar tornozeleira eletrônica; e
- o condenado perde o direito a visitas conjugais.

Depois de proclamada a sentença, o agressor perde o poder familiar, a tutela (proteção de menor) ou a curatela (proteção de adulto incapaz). Também são vedadas a nomeação, a designação ou a diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito em julgado da condenação e o efetivo cumprimento da pena.

O texto prevê ainda o cumprimento mínimo de 55% da pena de feminicídio para a progressão de regime. Atualmente, o percentual é de 50%.

Para a relatora, deputada Delegada Katarina (PSD-SE), os números atuais de violência contra as mulheres evidenciam a necessidade de tomar medidas mais severas e eficazes para combater a violência contra as mulheres.

O feminicídio, segundo a parlamentar, é o resultado final de uma série de atos anteriores voltados a lesionar ou subjugar a mulher. Por isso, ela considera crucial agravar as penas dos crimes considerados "precursores do crime de feminicídio".

Próximos passos

O projeto já foi aprovado na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com alterações na redação original.

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. Se aprovada, segue para análise do Plenário.

Desconto de 50% em dívidas da Operação Lava-Jato desagrada empreiteiras envolvidas.

A proposta da Controladoria Geral da União (CGU) e da Advocacia Geral da União (AGU), de abatimento de 50% do saldo devedor dos acordos de leniência assinados na Operação Lava-Jato, desagradou a maioria das construtoras envolvidas na negociação.

A leitura, por parte das empresas, é que os critérios técnicos levados às negociações e trabalhados durante quatro anos foram abandonados por uma "conta de chegada", que postergará o problema e trará condições desiguais às empresas, sem resolver o problema estruturalmente. Também foge ao aprimoramento do instrumento legal do acordo de leniência, que seria amadurecido com a opção por soluções técnicas.

Pela proposta, seriam tiradas do saldo da dívida as multas e a mora. O restante poderá ser abatido com prejuízo fiscal em até 50% do valor total devido originalmente. Como exemplo, se uma construtora ainda deve R$ 1 bilhão e, ao serem tiradas multas e mora o resultado for um saldo de R$ 800 milhões, ela pode usar o prejuízo fiscal pra abater essa dívida, até ficar com um saldo de R$ 500 milhões (50% do valor original).

Para fontes próximas às empresas, isto será bom para construtoras que pagaram menos ou que têm ainda dívidas muito grandes. Seria o caso de Odebrecht, OAS e UTC. Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa teriam abatimentos proporcionalmente menores. Os valores desses cortes variariam entre cerca de R$ 1,5 bilhão e R$ 400 milhões.

Decisão

As construtoras receberão, até sexta-feira, 21, cálculos e condições de reperfilamento de suas dívidas. Elas terão até dia 26, a próxima quarta-feira, para decidir se aceitam ou não. As companhias não precisam aceitar em bloco. Cada uma delas fará contas sobre a efetividade da proposta e podem aceitar individualmente ou não.

No entanto, segundo uma fonte, todas perderiam menos caso fossem feitas as contas sob os critérios técnicos discutidos com os órgãos de controle. Mesmo as construtoras que teriam maiores descontos sobre suas dívidas consideram não aceitar o acordo, segundo fontes.

Os pedidos das empresas envolvem multas em duplicidade aplicadas por diferentes órgãos públicos, como CGU, AGU e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também um tratamento mais equânime às multas aplicadas às diferentes empresas e impostas sobre lucro, em vez de faturamento.

Elas pedem ainda o respeito à jurisprudência que autoriza o crédito fiscal em até 70% para quitação de

Jefferson Rudy/Agência Senado

CGU e AGU propuseram abatimento de 50% do saldo devedor dos acordos de leniência.

dívidas com a União. Outro ponto é que as dívidas sejam consideradas apenas com a União e não com empresas afetadas. Pedem ainda que os acordos sejam ajustados às condições atuais das companhias.

Frustração

"A proposta criou uma frustração muito grande entre as empresas", diz uma fonte. "Passamos anos em negociações, para perdermos a oportunidade de aprimorar o marco legal, elevando-o ao patamar dos países em que essa lei é consolidada e fonte de segurança para empresas que incorreram em ilícito, reconhecem seus erros e se readequam às condições para retomar os negócios."

A oferta da CGU, diz outra fonte, comete o mesmo erro do Ministério Público Federal no início das negociações, quando propôs acordos baseado em números que queria atingir, sem considerar critérios técnicos e capacidade de pagamento de cada companhia.

Em sua visão, mesmo aceitando as condições propostas, na data dos pagamentos as empresas poderão continuar sem condições de quitar dívidas e se tornar novamente inadimplentes. "Vai ser uma solução rápida para um problema complexo, apenas para dar resposta à opinião pública", diz. "A situação será empurrada para o futuro, sem resolver a questão estrutural."

Caso não aceitem, as empresas podem tentar nova renegociação ou buscar uma solução na Justiça. Outra solução já ventilada pelas empresas poderia se dar com a solicitação de uma audiência ao Supremo Tribunal Federal (STF), por parte dos órgãos da administração pública e das empresas, na qual se buscaria uma mediação que efetivamente levasse a um acordo.

Governo federal edita medida provisória que beneficia empresa dos irmãos Batista.

O governo Lula editou uma medida provisória que beneficia a Âmbar, empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista no setor de energia elétrica. A decisão socorre o caixa da Amazonas Energia e cobre pagamentos que a empresa deve fazer para termelétricas recém-compradas pela Âmbar da Eletrobras. Os recursos necessários para a operação serão bancados pela conta de luz de todos os consumidores brasileiros por até 15 anos.

A Eletrobras comunicou ao mercado a venda de 13 usinas termelétricas para Âmbar por R$ 4,7 bilhões. Além da empresa dos irmãos Batista, outros interessados, como o banco BTG em associação com a Eneva, e fundos estrangeiros, fizeram ofertas pelos ativos.

Do pacote, com exceção da usina de Santa Cruz, no Rio, as demais usinas vendem energia para a Amazonas Energia, a distribuidora de energia elétrica do Estado do Amazonas. A empresa, no entanto, é deficitária e desde novembro não paga pela energia gerada por essas térmicas. A Âmbar, ao fazer a oferta, assumiu o risco de inadimplência desses contratos, até então na conta da Eletrobras.

No comunicado público feito após a conclusão do acordo, a Eletrobras informou que repassou "imediatamente à Âmbar o risco de inadimplência dos contratos de energia dos ativos, o que garantirá a retomada dos pagamentos relativos ao fornecimento mensal de energia que a Eletrobras faz à distribuidora". Em outras palavras, a Eletrobras passou para a empresa dos irmãos Batista o problema de não receber da Amazonas Energia.

O Diário Oficial da União trouxe a publicação, no dia 13 de junho, de uma medida provisória de socorro ao caixa da Amazonas Energia e que transfere o pagamento pela energia das térmicas para contas gerenciadas pelo governo e financiadas pelas contas de luz de consumidores de todo o País por até 15 anos.

A MP foi assinada pelo presidente em exercício Geraldo Alckmin e pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. À noite, o governo encaminhou ao Congresso a exposição de motivos, documento formal que justifica a edição das normas. Os custos para os consumidores do resto do País calculados por operadores do mercado de energia variam de R$ 2 bilhões a R$ 2,7 bilhões por ano, podendo ultrapassar R$ 30 bilhões no final. Além das usinas, a Âmbar já demonstrou interesse em comprar a própria distribuidora Amazonas.

O Ministério de Minas e Energia informou que a MP foi editada para dar sustentabilidade à distribuidora do Amazonas e que desconhece os termos do acordo entre a Eletrobras e a Âmbar Energia. O ministério afirmou ainda que a medida não vai onerar o consumidor final, pois se trata da continuidade de uma ação já adotada no âmbito da concessão, o que é contestado por agentes do mercado de energia e especialistas.

Divulgação

A Eletrobras comunicou ao mercado a venda de 13 usinas termelétricas para Âmbar, dos irmãos Batista, por R$ 4,7 bilhões.

Bolso do consumidor

Pela medida provisória, os contratos de fornecimento das térmicas com a Amazonas Energia passarão a ser pagos pela Conta de Energia de Reserva, que é gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta é financiada por todos os consumidores de energia elétrica, sejam eles do mercado regulado (pequenos consumidores), do mercado livre (grandes consumidores) e também autogeradores.

Atualmente, segundo o presidente da Frente Nacional dos Consumidores, Luiz Barata, apenas uma parte da energia que abastece a Amazonas Energia é bancada por subsídios que recaem sobre os consumidores. Com a mudança via MP, 100% da energia comprada pela distribuidora das térmicas que agora são da Âmbar será paga pelo restante do País.

Além disso, a MP prevê que os custos da Amazonas Energia com questões regulatórias, como a adequação aos parâmetros de perda de energia com "gatos", por exemplo, também serão rateados com os consumidores do restante do País por meio de reembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Só esse item, nas contas de Luiz Barata, ampliará os custos da CCC em pouco mais de R$ 1 bilhão. A CCC é parte dos subsídios embutidos na conta de luz dos consumidores.

A medida do governo também prorroga por 120 dias flexibilizações que permitem à concessionária amazonense registrar perdas e problemas econômicos sem sofrer punições. Na justificativa, o ministro de Minas e Energia escreveu que, sem essas permissões para a distribuidora, "é improvável que no curto prazo consiga-se trazê-la a um patamar de sustentabilidade econômico-financeira". As informações são do jornal O Estado de São Paulo.

Justiça Eleitoral cassa mandato de deputada federal que fez harmonização facial com dinheiro de campanha.

Reprodução

Foi a própria coordenadora de campanha quem denunciou Silvia Waiãpi.

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá cassou, por unanimidade, o mandato da deputada federal Silvia Waiãpi (PL) por usar verba de campanha em harmonização facial em 2022. Conforme exposto no julgamento, foi a própria coordenadora do comitê partidário que denunciou a situação, em setembro daquele ano. Ela relatou ter se desentendido com a então candidata por causa do emprego dos recursos públicos no procedimento estético.

Para disfarçar o gasto, feito em agosto daquele ano, Silvia teria transferido uma verba total de mais de R$ 39 mil a Maitê, sob pretexto de ser o pagamento por seus serviços como coordenadora. Na clínica, a então candidata pediu a Maitê para fazer as transferências. A situação também foi confirmada pelo cirurgião-dentista William Rafael.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) também apresentou recibos no valor total de R$ 9 mil. Na sessão plenária, os desembargadores e juízes citaram "provas robustas", rejeitaram a prestação de contas da parlamentar, acatando, assim, a solicitação do que pedia a cassação.

De acordo com a ação, a deputada usou verba pública destinada à campanha eleitoral para realizar uma harmonização facial em 2022, quando foi eleita para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

Silvia Waiãpi, de nome civil Silvia Nobre Lopes, tem 48 anos e é natural de Macapá. Nas redes sociais, ela se declara mãe, avó, indígena, militar e republicana conservadora. Graduada em fisioterapia, a parlamentar comandou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no governo de Jair Bolsonaro.

Em 2023, o nome da deputada foi incluído em inquérito que apura os atos que resultaram na invasão do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) em 8 de janeiro de 2023.

Em nota, a deputada Silvia Waiãpi disse não ter sido intimada para o julgamento que ocorreu na quarta. Ela afirma ter descoberto pela imprensa a situação e que as suas contas já haviam sido julgadas e aprovadas pelo mesmo tribunal.

"É estranho que a deputada Silvia Waiãpi não tenha sido intimada, tampouco seus respectivos advogados. Somente após a audiência pública, que ela presidia e que terminou próximo às 19 horas, é que a deputada foi questionada sobre o julgamento. Agora, cumpre aos advogados tomarem ciência do que de fato foi julgado e tomar as medidas cabíveis", finaliza a nota.

A deputada participava audiência pública "Combate à exploração e abuso sexual de vulneráveis no Norte do Brasil" no momento em que ocorria o julgamento.

Desembargador de São Paulo alvo da Polícia Federal por suspeita de venda de sentenças é afastado do cargo por um ano.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou, por um ano, o desembargador Ivo de Almeida, alvo de uma operação da Polícia Federal (PF), nessa quinta-feira (20). Ele é investigado por suspeita de vender decisões judiciais.

Divulgação/TJSP

Ivo de Almeida já foi juiz corregedor dos presídios paulistas em 1992 durante o ”Massacre do Carandiru”.

Ivo de Almeida já foi juiz corregedor dos presídios paulistas em 1992 durante o ”Massacre do Carandiru”.

Ivo tem 66 anos. Ele é formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ingressou na magistratura em 1987 como juiz substituto em Bauru, interior paulista.

Em 1992, quando foi juiz corregedor dos presídios, Ivo tinha a missão de corrigir os eventuais erros e os abusos cometidos pelas autoridades penitenciárias contra os presos.

Em 2 de outubro daquele ano, a Polícia Militar (PM) invadiu o Pavilhão 9 da Casa de Detenção do Carandiru, na Zona Norte de São Paulo, para conter uma rebelião de detentos. Ao todo, 111 presos morreram. A PM foi acusada pelo Ministério Público (MP) de executar 77 presidiários. Os outros 34 foram mortos pelos próprios colegas de cela.

Ivo chegou a ser ouvido como testemunha em um dos julgamentos contra os PMs pelo ”Massacre do Carandiru”. O magistrado tomou posse como desembargador do TJ em 2013.

“É o momento de renovar nossos votos, nossos compromissos de bem servir à Justiça paulista com dedicação, afinco e, sobretudo, com lealdade”, falou Ivo, quando assumiu há mais de dez anos a 1ª Câmara de Direito Criminal do TJ como desembargador.

Além de Ivo, a PF investiga advogados e outras pessoas por suposto envolvimento na venda e compra de sentenças judiciais. As pessoas foram alvos de mandados judiciais de busca e apreensão da ”Operação Churrascada” da PF, que ocorreu nessa quinta.

De acordo com a investigação da Polícia Federal, Ivo é suspeito de vender sentenças judiciais em processos sob a sua relatoria e em casos que passavam pelo plantão judicial. O TJ é a segunda instância da Justiça. A PF também apura a suspeita de que o desembargador obrigaria funcionários do seu gabinete a darem a ele parte dos salários que recebiam, prática conhecida como ”rachadinha”.

A PF chegou a pedir a prisão dos investigados, mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou. O STJ autorizou a Polícia Federal a cumprir 17 mandados de busca e apreensão em endereços na capital e no interior paulista ligados aos envolvidos.

Outros desembargadores do TJ em São Paulo receberam com estarrecimento a informação de que um de seus magistrados era alvo da PF por suspeita de corrupção. Internamente os juízes consideram que a área criminal, onde Ivo atua, é a menos propensa da Justiça a se envolver em corrupção.

A ”Operação Churrascada” é uma investigação em trâmite no STJ e decorre da ”Operação Contágio”, feita em 2021 pela Polícia Federal em São Paulo, que desarticulou uma organização criminosa responsável pelo desvio de verba pública da área de saúde.

O nome da operação remete ao termo “churrasco” utilizado pelos investigados para indicar o dia do plantão judiciário do magistrado.

Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,462	5,463
Dólar Turismo	5,48	5,66
Peso Argentino	0,006	0,006
Euro		

Atualizado em: 20/06/2024 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R$ 1.412,00	Menor faixa: R$ 1.573,89	Maior faixa: R$ 1.994,56

Dados:Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	120.446pts	+0.15%

Atualizado em 20/06/2024 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2024	10,75%

Variação Semestral Atualizada em 20/06/2024 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
JUN/2023	-0,08	-1,93	-0,10
JUL/2023	0,12	-0,72	-0,09
AGO/2023	0,23	-0,14	0,20
SET/2023	0,26	0,37	0,11
OUT/2023	0,24	0,50	0,12
NOV/2023	0,28	0,59	0,10
DEZ/2023	0,56	0,74	0,55
JAN/2024	0,42	0,07	0,57
FEV/2024	0,83	-0,52	0,81
MAR/2024	0,16	-0,47	0,19
ABR/2024	0,38	0,31	0,37
MAI/2024	0,46	0,89	0,46
EM 2024	2,27	0,27	2,42
12 MESES	3,93	-0,34	3,34

Dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FGV – Fundação Getulio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	20/06 (SEMANA ATUAL)	13/06 (SEMANA ANTERIOR)	20/05 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R$ 8.35	R$ 8.40	R$ 8.00
Vaca	1kg vivo	R$ 7.50	R$ 7.60	R$ 7.60
Suíno	1kg vivo	R$ 6,38	R$ 6,30	R$ 6,20
Cordeiro	1kg vivo	R$ 9,14	R$ 9,14	R$ 9,17
Agricultura	**Unidade**	**20/06 (SEMANA ATUAL)**	**13/06 (SEMANA ANTERIOR)**	**20/05 (MÊS ANTERIOR)**
Soja	60kg	R$ 134,30	R$ 136,13	R$ 130,55
Arroz	50kg	R$ 112,63	R$ 113,56	R$ 116,31
Feijão	60kg	R$ 230,00	R$ 200,00	R$ 160,00
Milho	60kg	R$ 58,06	R$ 57,51	R$ 59,13
Trigo	1Ton	R$ 1.452,85	R$ 1.429,10	R$ 1.279,05

Atualizado em: 20/06/2024 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

Decisão "sem maluquice" indica juro parado em 10,5%, diz ex-diretor do Banco Central.

Em uma reunião cercada de expectativas, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) veio em linha com o esperado – manutenção unânime da Selic em 10,5% –, o que foi algo "muito positivo", dado que as alternativas eram ruins, diz o ex-diretor de pesquisa econômica do BC, Fabio Kanczuk.

Ao jornal Valor Econômico, ele diz ver a Selic parada em 10,5% neste ano e nota que o BC dá aval a essa perspectiva com o cenário alternativo nas projeções de inflação. "Não está com todas as letras que vai ficar constante, mas é sugestivo."

1) O que achou da decisão?

A decisão veio bem de acordo com o esperado. Manutenção com unanimidade, sem nenhuma maluquice. Bem-feita, com uma escrita bastante limpa. E isso é muito bom se compararmos com os cenários alternativos, que eram todos caóticos. Tinha gente achando que poderia haver mais uma queda de 0,25 ponto ou que a decisão poderia não ser unânime. O fato de termos visto o cenário base, quando as alternativas eram ruins, foi algo muito positivo.

2) E em relação aos próximos passos na condução dos juros?

Em termos de sinalização, tinha dúvida sobre o que iriam dizer sobre os próximos passos, se poderiam indicar, talvez, a necessidade de alta de juros ou colocar alguma assimetria para cima A sinalização foi a de manter os juros nesse patamar de 10,5% pelo período necessário para fazer a inflação e as expectativas irem para a meta. Na linguagem de mercado, seria o "high for long", em que se segura o juro em nível alto pelo período longo o suficiente. Não está com todas as letras que vai ficar constante, mas é sugestivo. Foi a impressão que eu tive.

3) O Copom veio com um cenário alternativo nesse sentido...

Exato, o que define mesmo o plano de voo é o cenário alternativo e tem algumas coisas curiosas nisso. O cenário base ter dado uma inflação de 3,4% não é surpresa nenhuma e é consistente, na minha opinião, com um aumento do juro real neutro para 4,75%. É o meu chute do que vem mais à frente na ata do Copom ou no Relatório de Inflação. Quando eu rodo o meu modelo, para obter 3,4% de inflação o juro neutro tem que estar em 4,75% . A mensagem que o Copom passou é a de que, se ele mantiver em 10,5% o juro, a inflação vai para perto da meta, mas o número também pode indicar outra coisa.

4) Como os ativos locais devem reagir à decisão?

Geraldo Magela/Agência Senado

"Não está com todas as letras que vai ficar constante, mas é sugestivo", diz Fabio Kanczuk.

Acho que o comunicado vai ser bem visto. O mercado pode pensar que não houve divisão de votos ou algo estranho no texto e que ainda teve o BC sugerindo que quer convergir a inflação para a meta. Nesse sentido, eu imaginaria a curva de juros se comportando bem, tirando prêmio de risco da frente e ficando mais "flat" . E o real também pode ir bem.

5) O ruído político antes da decisão do Copom aumentou. Como o sr. viu as discussões?

O Lula virou o foco de novo para o BC. O principal motivo, para mim, pode ser porque a crise do Rio Grande do Sul saiu do foco e o governo precisava de um novo alvo. Quando o Lula faz isso, aumenta a confusão no mercado, mas, politicamente, pode ser conveniente. Acho que a gente já esperava, o ambiente estava estranho. No Copom passado, quando diminuíram a velocidade do corte, o Lula parecia estar tão tranquilo Agora o jogo normal voltou, batendo no BC e no Roberto Campos , ainda mais com o Copom parando de cortar os juros. É um prato feito.

6) O mercado considera o diretor Gabriel Galípolo o favorito para suceder Campos Neto. Com o voto pela manutenção da Selic, ele perde força para comandar o BC?

Acredito que não. Agora ele se firma com o mercado, que vai dar mais confiança para ele. E a minha impressão é de que o Lula e o Haddad já tinham entendido isso, que a melhor decisão a ser feita agora seria essa. Ele conseguiu um Copom em que não se queimou com o Lula e ganhou reputação no mercado. Aumentou a probabilidade de ele ser o próximo presidente do BC.

Banco Central recupera boa parte da credibilidade, diz outro ex-diretor da instituição.

Para José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV e consultor associado da MCM Consultores, não havia outra alternativa ao Copom que não fosse a manutenção unânime da Selic em 10,5%. A decisão, segundo o ex-diretor do BC, recupera parte da credibilidade da instituição, e foi tomada, em grande medida, pela preocupação com uma possível depreciação adicional do câmbio.

1) Acredita que o BC recupera parte da credibilidade que foi colocada em questão?

Recupera sim uma boa parte da credibilidade. Agora, com toda a sinceridade, eu entendo que não restava outra opção ao Banco Central. O quadro está bastante preocupante. A única decisão possível era interromper o ciclo de queda e, diante do ruído da última decisão, a unanimidade era, indiscutivelmente, de grande importância. Apesar disso, foi um grande passo na recuperação da credibilidade da autoridade.

2) Por quê?

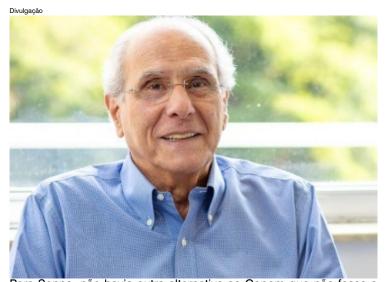
Desde o início do ano, há um grau de desconforto muito elevado nos participantes do mercado. Não só no Brasil como no exterior. Neste ano vimos as taxas de juros prefixadas subindo, bem como as taxas reais e as inflações "implícitas". O dólar começou o ano em R$ 4,85 e está acima dos R$ 5,40. A análise que cabe fazer não é só do momento atual, mas sobre a evolução dos acontecimentos. Tivemos um bom progresso na inflação, mas ela ainda traz algum grau de preocupação, especialmente na parte de serviços subjacentes. A mesma coisa quando pensamos nas expectativas. Nada disso condiz ou é compatível com a continuidade do processo de redução das taxas de juros.

3) Como vê o argumento de que o BC seria muito sensível às pressões de mercado?

Acho uma pena a discussão ser feita nestes termos. Os participantes do mercado querem o que todos querem, juros baixos, inflação baixa, estabilidade política e crescimento. Quando o mercado está emitindo alertas, não quer dizer que ele esteja externando preferências por juros altos. Como alguém pode torcer por juros mais altos se isso deprecia os ativos, as ações das empresas, os fundos de pensão, os ativos reais e os financeiros? O próprio mercado sai perdendo com juros mais altos. Não há evidências que apontem para o fato de que o mercado trabalha para que os juros sejam mais altos.

4) Como interpreta o exercício alternativo do Copom?

Foi bem oportuno que o BC tenha optado por voltar a divulgar o resultado baseado na hipótese alternativa. Dá uma ideia clara de que, se a Selic ficar mantida em 10,5%, seria possível cumprir a meta. A projeção de 3,1%, com uma meta de 3%, mostra que não há um desvio significativo. Mas também percebemos que não há conforto nesta margem. A mensagem é: mantendo 10,5% eu fico na meta, mas não é uma situação que vá inspirar muito conforto. É um sinal de que, se não houver mudança substancial de cenário, vamos ficar com 10,5% por bastante tempo.

Divulgação

Para Senna, não havia outra alternativa ao Copom que não fosse a manutenção unânime da Selic em 10,5%.

5) O BC deveria ter citado a possibilidade de retomar as altas?

Acredito que não tenha feito para não colocar mais lenha na fogueira. Já é um ambiente pesado do ponto de vista político. Mas ele também não descartou isso de modo explícito. No caso do BC americano, temos visto o Jerome Powell dizendo que essa alternativa não está na mesa. Não foi a mesma coisa que o BC fez e imagino que não seja algo que o Copom desconsidera. A projeção de inflação dele para 2025 já alcançou os 3,4% para o ano que vem, um número ainda mais distante do centro da meta. Com isso, acho que fica meio implícito que uma alta de juros é passível de acontecer.

6) Como interpretou as menções à política fiscal?

Há uma tendência de crescimento das despesas obrigatórias que pode acabar pressionando as despesas discricionárias dentro do arcabouço fiscal em poucos anos. Essa é uma situação que exige uma resposta muito firme do governo e do Congresso. Me preocupa que eu não vejo uma movimentação concreta nessa direção. As discussões terem começado é muito bom, mas elas precisam evoluir para medidas mais concretas. O arcabouço fiscal não é sustentável a longo prazo. Todo o modelo que está em prática agora se resume em aumentar as receitas e isso não é sustentável.

"Se eu falar sobre a decisão do Copom, será depois de ler a ata", diz o ministro da Fazenda.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não quis comentar na quarta-feira (19) sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa básica de juros da economia em 10,5% ao ano, interrompendo a trajetória de juros iniciada em agosto de 2023.

“Se eu falar sobre isso , será depois da ata, vou ler com calma, como eu tenho feito nas últimas decisões. Tenho confiança nas pessoas indicadas”, afirmou Haddad.

Haddad reforçou ainda sua confiança no crescimento da economia. “Vamos seguir o rumo forte da economia. Economia vai crescer e gerar emprego. Estamos no caminho certo”, disse, e completou. “Qualquer seja , vamos superar”.

Questionado por jornalistas sobre as medidas de ajuste fiscal e a conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o tema, Haddad afirmou que “começa o processo orçamentário normal”. “Vamos ajustando no Orçamentol”.

Divulgação

Fernando Haddad reforçou ainda sua confiança no crescimento da economia.

Os últimos dias foram de aumento de tensão no debate econômico do país. Na terça-feira (18), na véspera da decisão do Comitê de Política Econômica (Copom) sobre a taxa básica de juros da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

Na semana passada, quando já havia percepção de aumento de risco no Brasil por causa da situação fiscal, Lula disse que seu governo está ”arrumando a casa” e colocando as contas públicas em ordem, mas citou apenas aumento de arrecadação e não redução de despesas, o que contribuiu para a piora do humor nos mercados.

No dia seguinte, Haddad foi a público, ao lado da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para defender revisão “ampla, geral e irrestrita” nas despesas pela equipe econômica.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que tem “confiança nas pessoas indicadas” para o BC. A fala se deu após a decisão unânime do Copom do BC de manter a taxa básica de juros em 10,5% ao ano.

Questionado se os juros poderiam ser um obstáculo ao crescimento, Haddad disse que qualquer que seja a dificuldade “nós vamos superar”.

O Copom manteve, em decisão unânime, os juros em 10,5% ao ano. Todos os diretores, inclusive aqueles que foram indicados ao Banco Central pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram favoráveis. Após as duras críticas do petista ao BC e ao presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, nesta semana, havia dúvidas se os indicados por Lula defenderiam a manutenção da Selic ou votariam por cortar a taxa.

Oposição está dividida no momento em que o governo faz ataques ao presidente do Banco Central e trabalha para derrotar a PEC que dá autonomia financeira à instituição.

A oposição está dividida e quer debate mais amplo sobre Projeto de Emenda à Constituição (PEC) do Banco Central. A fala é do novo líder da oposição no Senado, Marcos Rogério (PL-RO). No momento em que o governo faz ataques ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e trabalha para derrotar a PEC que dá autonomia financeira à instituição, o novo líder da oposição defende que a bancada quer um debate mais amplo sobre o texto.

"Existem posições diferentes na oposição. Vou levar o tema para a próxima reunião e teremos um posicionamento", afirmou, em sua primeira entrevista após receber o bastão de Rogério Marinho (PL-RN), que tirou licença do Senado para se dedicar às eleições municipais. O líder da oposição assegura, contudo, que a oposição não abre mão da autonomia institucional do Banco Central, conquistada durante o governo Bolsonaro. "Isso é unânime", disse.

Rogério diz que vai liderar a oposição pelo período mais curto possível. "Quero voltar à defesa de Rondônia, espero ser um líder temporário." Marinho deve retomar o posto em 120 dias. "Vou dar sequência ao trabalho dele. Enfrentamento respeitoso ao governo, mas firme."

O líder da oposição aproveitou para fazer cobranças ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "Compreendo a limitação, ele é presidente do colegiado. Mas falta uma atuação mais firme na defesa das prerrogativas parlamentares", afirmou.

Integrante da Executiva Nacional do PT, Jilmar Tatto saiu em defesa dos indicados por Lula para o BC, que votaram para manter a Selic. "É tática para ter uma transição (saída de Roberto Campos Neto do BC) segura, tranquila, normal. Foi nesse sentido", avaliou à Coluna. Apesar da pressão do PT, o Copom tomou uma decisão unânime.

No Senado

A Comissão de Constituição e Justiça debateu nessa terça-feira (18), em audiência pública, a PEC 65/2023 que transforma o Banco Central em empresa pública com autonomia financeira e orçamentária, sob supervisão do Congresso Nacional. Atualmente, o BC é uma autarquia de natureza especial, responsável por executar as políticas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Marcello Casal Jr./Agência Brasil

A proposta transforma o Banco Central em empresa pública com autonomia financeira e orçamentária, sob supervisão do Congresso Nacional.

O projeto que transforma o BC em empresa, de autoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), defende a utilização de recursos financeiros próprios para o "cumprimento da sua missão institucional". Atualmente, as funções do BC - como as decisões sobre a taxa básica de juros (Selic) - são independentes em relação aos interesses econômicos do governo.

O texto é defendido por economistas que veem na completa independência do Banco Central uma possibilidade de o órgão agir de forma "técnica" e "sem interferências políticas". O mesmo projeto, no entanto, é criticado por outros economistas, que enxergam na completa autonomia do BC uma "quebra de harmonia" entre os agentes da política econômica (fiscal e monetária).

Assim como os economistas, a dualidade em relação ao projeto que transforma a autarquia monetária em empresas é presente entre os servidores do Banco Central. Natacha Gadelha, presidente da Associação Nacional dos Analistas do Banco Central do Brasil (ANBCB), considera a PEC 65 como uma "evolução institucional natural" da instituição. As informações são dos jornais O Estado de S. Paulo e do Correio Braziliense.

Dirigente do PT defende indicados de Lula mesmo após o Banco Central não aceitar pressão do presidente da República e manter a taxa de juros.

Integrante da Executiva Nacional do PT, o deputado federal Jilmar Tatto (SP) saiu em defesa dos diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Banco Central, que — apesar da pressão do governo e do PT — votaram para manter a taxa Selic em 10,5%. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) foi unânime. Para Tatto, trata-se de uma estratégia para a transição.

"É uma tática para fazer a transição para a saída , para ter uma transição segura, tranquila, normal. Foi nesse sentido", avaliou o secretário de Comunicação do PT à Coluna do Estadão. Junto a toda a bancada na Câmara, Jilmar Tatto subscreveu a ação popular articulada pela presidente do partido, Gleisi Hoffmann, contra Campos Neto.

Com voto do diretor Gabriel Galípolo (Política Monetária), considerado favorito de Lula para comandar o BC, o Copom confirmou as expectativas e interrompeu o ciclo de queda de juros. Até dentro do PT previa-se esse placar de 9 a 0.

Reprodução

Jilmar Tatto avaliou a decisão unânime do Copom para interromper cortes na Selic em 10,5%.

A avaliação na legenda é que Campos Neto forçou uma unidade nesta reunião após rachar o colegiado do Banco Central em maio, quando os indicados de Lula se opuseram a diretores mais antigos sobre o ritmo de relaxamento monetário.

Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou nessa quinta-feira (20), a decisão do Copom de encerrar o ciclo de afrouxamento monetário e manter a taxa Selic em 10,5% ao ano, afirmando que o povo brasileiro é quem mais perde com a decisão.

"Foi uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, é o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juros, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro", disse Lula em entrevista à rádio Verdinha, em Fortaleza.

Ele afirmou que o presidente da República não se mete nas decisões do Copom, mas questionou a autonomia da autoridade monetária, acusando-a de servir aos interesses do mercado financeiro.

Lula argumentou que a manutenção da Selic eleva as despesas do governo com o pagamento de juros de dívidas da União, o que, segundo ele, deveria ser discutido quando se levanta a possibilidade de revisão de gastos para ajustar as contas públicas brasileiras.

"Toda vez que a gente fica discutindo corte, a imprensa fala que aumentar o salário mínimo é gasto. Por que não transforma em gasto a taxa de juros que nós pagamos?", questionou, acrescentando que também fica "nervoso" com o pagamento de dividendos para acionistas minoritários da Petrobras.

O presidente explicou que seu governo desejar realizar gastos com qualidade e para fins necessários. Ele afirmou, no entanto, que o custo de não investir em algumas áreas prioritárias pode ser ainda maior do que as despesas ao se optar pelo investimento.

"Quem está perdendo é o Brasil", diz Lula sobre taxa Selic ser mantida em 10,5%.

Em sua primeira declaração pública após o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidir, na quarta-feira (19), pela manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano, o presidente Lula (PT) condenou a postura do banco liderado por Roberto Campos Neto, chamado pelo presidente de "esse rapaz".

Lula questionou a suposta "independência" e "autonomia" do BC. "Eu fui presidente por oito anos. O presidente da República nunca se mete nas decisões do Copom e do Banco Central. O Meirelles tinha autonomia comigo tanto quanto tem esse rapaz de hoje. Só que o Meirelles era um cara que eu tinha o poder de tirar, como o Fernando Henrique Cardoso tirou tantos, como outros presidentes tiraram tantos. Aí resolveram entender que era importante colocar alguém que tivesse um Banco Central independente, que tivesse autonomia. Autonomia de quem? Autonomia para servir quem? Para atender quem?", questionou durante entrevista, em Fortaleza (CE).

O presidente ainda destacou que enquanto muito se fala sobre a necessidade de ajuste fiscal, garantindo que o governo gaste menos do que arrecada - pretexto utilizado inclusive para cortar gastos relacionados a benefícios sociais -, a União segue gastando bilhões de reais com o pagamento de juros, agravados exatamente pela Selic mantida nas alturas pelo BC.

"Eu estava em uma reunião do orçamento discutindo que nós temos possibilidade de ter um déficit de R$ 30 bilhões ou R$ 40 bilhões. Aí eu fico olhando do outro lado da folha que me apresentam, só de juros no ano passado foram R$ 790 bilhões que a gente pagou. Só de desoneração foram R$ 536 bilhões que a gente deixou de receber. E toda vez que a gente fica discutindo corte, a imprensa fala muito, fala que 'aumentar o salário mínimo é gasto', 'aumentar para o professor é gasto'. E por que não transforma em gasto a taxa de juros que nós pagamos?".

Bancos e rentistas

Lula também enfatizou quem ganha com os juros altos - os bancos e rentistas - e quem perde: o Brasil. "Se você pegar os investimentos de crédito nesse País, você vai perceber que os créditos, os grandes créditos, são feitos pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil, pelo BNB e pelo BNDES. Os bancos privados preferem, em vez de fazer crédito, ganhar dinheiro com a alta taxa de juros de 10,5%. Então foi uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, o povo brasileiro. Quanto mais a gente pagar de juros, menos dinheiro a gente tem para investir aqui dentro. E isso tem que ser tratado como gasto".

José Cruz/Agência Brasil

O presidente também criticou a "insensibilidade" do mercado financeiro e a desigualdade tributária que rege o País.

O presidente também criticou a "insensibilidade" do mercado financeiro e a desigualdade tributária que rege o País. "Eu não vejo o mercado falar dos moradores de rua, dos catadores de papel, dos desempregados, das pessoas que necessitam do Estado. Quem é que necessita do Estado? É o povo trabalhador. É a classe média, que é quem paga imposto nesse País. Esses dias eu fiquei meio nervoso porque nós pagamos R$ 45 bilhões de dividendos para os acionistas minoritários da Petrobras, que não pagam um centavo de Imposto de Renda", fala.

"E você, depois de trabalhar o mês inteiro, você vai receber o seu salário e vem descontado 27,5% de Imposto de Renda. O trabalhador ganha uma miséria de participação no lucro no final do ano e tem que pagar Imposto de Renda. E quem ganha dividendo não paga. Então é preciso que a gente tenha um pouco de sensibilidade para as pessoas perceberem que o que nós estamos tentando fazer é elevar um pouco o padrão de vida das pessoas mais humildes, para que se transforme em um padrão de consumo de classe média", conclui Lula As informações são do portal de notícias Brasil 247.

Dólar fecha no maior valor do governo Lula após presidente criticar decisão do Copom de não mexer na taxa de juros básicos.

O dólar inverteu o sinal negativo visto pela manhã dessa quinta-feira (20) e fechou em alta, cotado a R$ 5,46, atingindo o maior valor registrado no governo Lula 3. Este também é o maior patamar desde julho de 2022, quando fechou em R$ 5,4977.

O movimento acompanhou o avanço da moeda no exterior, em dia de alta dos rendimentos dos Treasuries (títulos do Tesouro norte-americano) e veio à medida que investidores repercutiam novas falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sobre a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BC).

Na véspera, o colegiado decidiu manter a Selic, taxa básica de juros, inalterada em 10,50% ao ano. A decisão já era amplamente esperada pelo mercado, tendo em vista a volta da aceleração da inflação e a disparada recente do preço do dólar.

No entanto, algo que agradou investidores foi o fato de decisão pela manutenção dos juros no atual patamar ter sido unânime entre todos os dirigentes do Copom.

Ao final da sessão, o dólar avançou 0,38%, cotado a R$ 5,4622. Com o resultado, acumulou altas de: 1,49% na semana; 4,06% no mês e 12,56% no ano.

Mercados

O destaque dessa quinta ficou com a nova decisão do Copom. Após sete reduções seguidas na taxa Selic o colegiado decidiu fazer uma pausa no ciclo de cortes na véspera.

A decisão veio em linha com as atuais expectativas do mercado, mas ainda representa uma previsão maior de juros para 2024 em relação ao observado no começo do ano.

Para analistas, tão importante quanto a própria decisão do colegiado foi o fato de ela ter sido unânime. Votaram para manter a Selic no atual patamar todos os diretores do Copom e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que tem sido alvo de críticas do presidente Lula (PT).

Mesmo que o mercado enxergasse a unanimidade na votação do Copom como uma boa notícia, no entanto, novas falas de Lula nessa quinta voltaram a pressionar o dólar. O presidente lamentou a decisão dos diretores de manter a taxa Selic em 10,50% ao ano, afirmando que o povo brasileiro é quem mais perde com a decisão.

"A decisão do Banco Central foi investir no mercado financeiro e nos especuladores. Nós queremos investir na produção", afirmou Lula durante entrevista à Rádio Verdinha, em Fortaleza.

No começo desta semana, Lula já havia feito críticas à postura do BC em relação aos juros e ao próprio presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

"Temos situação que não necessita essa taxa de juros. Taxa proibitiva de investimento no setor produtivo. É preciso baixar a taxa de juros compatível com a inflação. Inflação está controlada. Vamos trabalhar em cima do real", afirmou.

Freepik

A moeda norte-americana avançou 0,38%, cotada a R$ 5,4622, no maior nível desde julho de 2022.

Lula ainda disse que o BC é a "única coisa desajustada" no Brasil e que o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, "trabalha para prejudicar o País".

"Só temos uma coisa desajustada neste país: é o comportamento do Banco Central. Essa é uma coisa desajustada. Presidente que tem lado político, que trabalha para prejudicar o país. Não tem explicação a taxa de juros estar como está", afirmou Lula, em entrevista à Rádio CBN.

Além disso, ainda pesa a incerteza fiscal sobre o Brasil. Na segunda-feira (17), em entrevista a jornalistas após reunião com Lula para analisar as contas do governo e preparar a elaboração do Orçamento de 2025, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad e do Planejamento, Simone Tebet, afirmaram que o nível elevado de renúncias fiscais na conta do governo federal chamou a atenção do presidente.

"São duas grandes preocupações: o crescimento dos gastos da Previdência e da renúncia tributária. E o aumento dos gastos da Previdência está relacionado também ao aumento das renúncias tributárias", disse Tebet.

"Esses números foram apresentados ao presidente. Ele ficou extremamente mal impressionado com o aumento dos subsídios", acrescentou a ministra.

Por fim, ainda fica no radar os eventuais sinais sobre o futuro da taxa de juros nos Estados Unidos. Analistas previam que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deveria iniciar um ciclo de corte nas taxas no começo do ano, o que não aconteceu.

Agora, o mercado espera que isso ocorra somente uma vez nos últimos três meses de 2024, tendo em vista que a economia dos Estados Unidos se mostrou resiliente durante todo o primeiro semestre.

Mercado consolida expectativa de manutenção da taxa Selic em 10,5% até o fim do ano.

Após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), nessa quarta-feira (19), que manteve a taxa básica de juros em 10,5% ao ano, a ampla maioria do mercado (35 de 42 casas, ou 83%) prevê que a Selic permaneça no mesmo patamar até o final do ano. Outras sete de 40 casas (17,5%) avaliam que a taxa deve permanecer estável até o fim de 2025.

Para a reunião de julho, todas as 42 casas consultadas preveem manutenção da Selic em 10,5%. O placar da reunião deve novamente ser unânime, avaliam em consenso 26 instituições - as demais não responderam.

Sete de 42 (16,6%) projetam, no entanto, que os cortes da Selic devem ser retomados ainda este ano. Uma prevê novas reduções a partir de setembro, outras duas a partir de novembro, e quatro, de dezembro.

O comunicado da reunião do Copom nesta semana reforçou no mercado financeiro a percepção de que o juro básico deverá permanecer no mesmo nível até o final do ano. O consenso na decisão também foi bem recebido pelos agentes do mercado, que avaliam que o movimento poderá frear a recente desancoragem das expectativas de inflação.

“Por ora, reduziu boa parte daqueles ruídos que ficaram da reunião passada”, observa o sócio e economista sênior da Tendências Consultoria, Silvio Campos Neto.

Além do consenso, ele cita que o grande destaque foi a apresentação de um cenário alternativo de inflação do BC, que considera uma Selic estável em 10,5% no horizonte relevante, o que levaria o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a encerrar o ano que vem em 3,1%.

“Tendo em vista que o resultado desse modelo é de quase convergência (à meta de 3%), foi um recado de que os juros não devem cair tão cedo. Tira do jogo novas quedas em 2024”, diz Silvio Campos Neto.

Para 2025, contudo, a retomada do afrouxamento segue na mesa, segundo o economista, que prevê juro básico em 9,5% no fim do próximo ano. Ele ressalta que esse cenário está condicionado à materialização dos cortes de juros nos Estados Unidos ainda neste ano e a iniciativas do governo federal de maior controle fiscal, além de uma “transição benfeita” no comando do BC.

A avaliação é, em boa parte, corroborada pelo economista Danilo Passos, da WHG. Ele, que já previa Selic estável em 10,5% até o fim de 2024, avaliou o comunicado desta quarta como neutro e equilibrado. “A comunicação do BC mostra que a estratégia que eles vão adotar, pelo menos nas próximas reuniões, é realmente a de segurar a Selic parada por um tempo para observar os desenvolvimentos externos e domésticos”, diz.

Freepik

O comunicado da reunião do Copom nesta semana reforçou no mercado financeiro a percepção de que o juro básico deverá permanecer no mesmo nível até o final do ano.

Volatilidade no mercado

Passos pondera que o momento, no entanto, é de volatilidade no mercado, e que muitos vetores podem influenciar as decisões do BC à frente, seja no âmbito local, com destaque para a questão fiscal, ou no global, com foco nos próximos passos do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

A WHG prevê que os cortes da Selic retornem em 2025, levando a taxa a 9,75%. A estimativa, porém, depende de fatores como o resultado das eleições nos Estados Unidos e o encaminhamento da questão fiscal doméstica, detalha.

Já o economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo, avalia que o processo de corte de juros nos Estados Unidos e a conjuntura econômica como um todo devem abrir espaço para o Copom voltar a cortar o juro básico já em dezembro deste ano.

Ele destaca que seria de “extrema importância” que a retomada dos cortes seja feita ainda na gestão do presidente do BC, Roberto Campos Neto, que termina no fim do ano. “Se deixar para retomar os cortes na primeira reunião de 2025, sem a presença de Campos Neto e outros diretores vistos como mais conservadores pelo mercado, pode gerar uma turbulência”, afirma. “O mercado pode entender que, se Campos Neto saiu, vai se materializar um comportamento mais leniente com a inflação”, emenda Galhardo.

O Santander Brasil, por sua vez, manteve em seu cenário a retomada do afrouxamento monetário ainda neste ano, mas adicionou viés de alta à projeção de Selic em 10% em dezembro. As informações são do O Globo.

Agroindústria brasileira teve em abril o seu maior crescimento em dez anos.

A produção agroindustrial teve em abril o maior crescimento para o mês dos últimos dez anos, puxada pelo desempenho das indústrias de alimentação de origem animal, biocombustíveis e de fumo. O Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), elaborado pelo Centro de Estudos do Agronegócio FGV Agro, subiu 12,1% na comparação anual.

O resultado fez com que a produção agroindustrial do primeiro quadrimestre deste ano registrasse crescimento acumulado de 4,1%, marcando o melhor resultado para o período desde 2018. O desempenho foi melhor do que o da indústria de transformação, que cresceu 3,6% no período.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, a produção de abril teve o maior crescimento da série histórica (iniciada em 2003), de 13,2%. O setor vem crescendo desde o ano passado.

A indústria de alimentação de origem animal registrou avanço de 20,2%, a maior alta dentre todas as agroindústrias acompanhadas pelo FGV Agro. Nesse ramo, houve avanços nos segmentos de carnes bovina, suína, de frango, laticínios e pescados.

A produção do segmento de não alimentícios teve crescimento de 10,7%. O destaque foi a indústria de biocombustíveis, que registrou avanço de 27,4%, com destaque para o aumento da produção de etanol de cana-de-açúcar. Em seguida, ficou a indústria de fumo, cujo crescimento foi de 18,9% no mês.

Outro destaque foi a produção de segmento de produtos têxteis, que aumentou 14,5%. Segundo o FGV Agro, o setor tenta se recuperar de uma retração marcada por pressão de custos e competição com a indústria chinesa.

Por outro lado, a indústria de insumos agropecuários registrou decréscimo de 0,9% na sua produção — o único setor da agroindústria com retração no mês. O setor vem sendo impactado pelo atraso na safra de verão, pelas incertezas com a safrinha de milho, e pelo aperto de margens dos produtores rurais.

Plano Safra

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, anunciou nesta semana que o Plano Safra de 2024/2025 será "recorde". Fávaro destacou a importância de criar um modelo que possibilite o equilíbrio fiscal, reconhecendo a dificuldade de atingir a meta de zerar o déficit. "Já tivemos um Plano Safra recorde em 2023/2024, e a única ressalva feita pela Frente Parlamentar na época foi que o volume de recursos para equalização não foi o esperado. Agora, enviaram uma nova proposta", disse.

Reprodução

A indústria de alimentação de origem animal registrou avanço de 20,2%, a maior alta dentre todas as agroindústrias acompanhadas pelo FGV Agro.

Fávaro falou com jornalistas após uma reunião com a FPA (Frente Parlamentar de Agropecuária) e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O ministro afirmou que o anúncio do Plano Safra será feito "provavelmente" em Rondonópolis (MT), enquanto o lançamento para a agricultura familiar ocorrerá no Palácio do Planalto, em Brasília. A expectativa é que o plano familiar seja anunciado em 25 de junho e o empresarial em 26 de junho.

O ministro também mencionou que se tornou menos relevante o montante destinado à equalização dos juros, que é o custo assumido pelo governo nos empréstimos concedidos aos agricultores. Essa participação do Tesouro Nacional permite a redução das taxas de juros cobradas. "É menos relevante desde que haja um maior direcionamento de recursos da Poupança Rural e do depósito à vista, o que reduz significativamente os custos e permite que os bancos ofereçam as menores taxas possíveis aos produtores", afirmou. As informações são do Globo Rural e da Agrimídia.

Governo estima economia de até R$ 30 bilhões em 2025 com revisão de benefícios.

O governo calcula que o pente-fino em cadastros de programas sociais, um dos focos da agenda de revisão de gastos, pode render uma economia em torno de R$ 20 bilhões em 2025. Integrantes da área política chegam a citar nos bastidores uma cifra de até R$ 30 bilhões, em um cenário mais otimista. O objetivo é fazer uma "varredura" em todos os benefícios para que aqueles que não têm direito aos recursos deixem de recebê-los.

Os gastos com benefícios como seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC), um tipo de aposentadoria voltada a idosos ou pessoas com deficiência muito pobres, estão no radar da equipe econômica.

Este último, por exemplo, gerou um alerta entre técnicos, já que as despesas cresceram 17,6%, já descontada a inflação, no primeiro quadrimestre de 2024, na comparação com o mesmo período de 2023.

Lyon Santos/MDS

A revisão dos cadastros do programa Bolsa Família, principal vitrine do governo, também está no foco do Executivo.

O Grupo de Trabalho (GT) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), criado no ano passado para otimizar os custos com a Previdência, tem atuado em duas frentes para otimizar as despesas com BPC. Uma é a revisão bienal já prevista em lei, que busca reavaliar as condições que geraram o direito ao benefício aos contribuintes, e a outra é uma mudança no fluxo de cobrança, ou seja, uma forma de facilitar a cobrança nas situações em que há pagamento indevido. A gestão, a regulação e a previsão orçamentária do benefício, no entanto, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Bolsa Família

A revisão dos cadastros do programa Bolsa Família, principal vitrine do governo, também está no foco do Executivo. Em nota, o ministro do MDS, Wellington Dias, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou a pasta a dar continuidade nos trabalhos de fiscalização de fraudes em beneficiários do programa social.

Na quarta-feira (19), Lula se reuniu com ministros da equipe econômica para tratar sobre o aumento dos mecanismos de controle e combate à fraude em benefícios. No encontro, além de Haddad e Dias, estiveram os ministros do Planejamento, Simone Tebet, da Gestão, Esther Dweck, e da Previdência, Carlos Lupi, além do Secretário Especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti.

A Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Gestão compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO), que avalia um panorama em relação ao cenário das despesas. Na última segunda-feira (17) integrantes da JEO se reuniram com Lula para apresentar o cenário de evolução das receitas e despesas, além dos principais gastos com programas do governo.

Expansão do 5G no Brasil está acelerada e impulsiona consumo de dados.

O número de clientes que acessam a internet móvel 5G está crescendo rapidamente e em um ritmo bem acima da tecnologia anterior, o 4G. Esse cenário tem levado os clientes das operadoras a migrarem para planos com mais dados e preços maiores, segundo executivos das empresas.

Passados 22 meses desde a ativação do sinal 5G, o País já tem 26 milhões de acessos na nova tecnologia. Nesse mesmo período após a implantação, o 4G tinha 6,8 milhões de acessos, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

"Realmente, a dinâmica de expansão do 5G está acelerada", disse o presidente da Claro, Paulo César Teixeira, ao citar os dados da Anatel durante o evento Teletime TEC. "No Brasil, cerca de metade da população já está em áreas com a cobertura pelo 5G. Isso mostra que, claramente, estamos indo na direção certa."

Segundo Teixeira, um dos fatores que contribuiu para o crescimento acelerado do 5G foi o esforço das operadoras e dos fabricantes de celulares para lançarem aparelhos a preços acessíveis. Os primeiros celulares 5G ainda tinham preços elevados, mas o valor vem caindo. "Ano passado, chegamos a aparelhos na faixa de R$ 1.000,00 a R$ 1.500,00. Agora, queremos ir para R$ 500,00?, afirmou, prevendo que isso seja realizado até o próximo ano.

O presidente da Claro acrescentou que o indicador de satisfação dos clientes (NSP, no jargão) que usam o 5G está 24 pontos maior (numa escala de 0 a 100) que a dos usuários de 4G. "Isso é por conta da performance diferenciada do 5G, com velocidade 11 a 12 vezes maior que a do 4G. Outro ponto é que, no passado, tinha uma dificuldade de cobertura de grandes eventos, mas isso já melhorou muito", contou, referindo-se ao fato de que o 5G permite a conexão de milhares de aparelhos simultaneamente nas mesmas áreas.

Reprodução

Na Claro, 30% do tráfego de dados nas redes móveis já provém do 5G.

Na Claro, 30% do tráfego de dados nas redes móveis já provém do 5G. Em cidades como São Paulo, isso é de 40% (os dados consideram apenas as regiões onde a cobertura já está disponível). Com isso, a expectativa é de um aumento no valor médio gasto por cliente da Claro. "O cliente está consumindo mais dados, então ele se vê obrigado a fazer um upgrade do plano", observou Teixeira.

Consumo maior

Também presente no evento, o diretor de marketing da TIM, Paulo Esperandio, destacou que o tráfego de dados dos clientes 5G é cerca de 30% a 40% maior que na tecnologia anterior. "Mais qualidade leva a maior consumo", frisou. "Vemos um aumento brutal no consumo, desde os itens mais básicos até os serviços de streaming", comentou.

Segundo Esperandio, a TIM tem feito um grande esforço para ampliar a cobertura 5G. Em nove capitais, a operadora já posicionou antenas em 100% dos bairros, citou. Ele confirmou ainda que houve uma melhora na avaliação de qualidade pelos clientes combinada com aumento no consumo.

Esses fatores têm favorecido a migração de clientes para planos de maior valor agregado. Ou seja, o cliente pré-pago procura os planos do tipo "controle". Estes, por sua vez, têm ido para pós-pagos "puros". "Isso gera para nós um aumento do tíquete médio e geração de valor", afirmou o executivo, citando que cerca de 10% a 15% da base entram nesse "upselling". As informações são do portal Terra.

Mulheres ganham menos que homens em 82% das áreas de atuação, diz o IBGE.

Em 82% das principais áreas de atuação no Brasil, as mulheres receberam salários menores que os homens no ano de 2022. É o que informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nessa quinta-feira (20), acrescentando que elas ganhavam salários médios iguais ou maiores que os dos homens em apenas 63 das 357 áreas de atuação com números disponíveis para análise, o equivalente a 18%.

Algumas das atividades com maior presença feminina no Brasil, como Saúde, Educação e Artes, cultura, esporte e recreação, inclusive, registraram salários médios menores para elas do que para eles.

De acordo com o levantamento do IBGE referente a 2022, na área de Saúde humana e serviços sociais, as mulheres eram 226.692 e ganharam um salário médio de R$ 2.514,52, enquanto os homens eram 181.362 e ganharam um salário médio de R$ 2.926,35.

Já na área de Educação infantil e ensino fundamental, as mulheres eram mais de 2,3 milhões e ganharam um salário médio de R$ 3.932,52, enquanto os homens eram cerca de 1,1 milhão e ganharam um salário médio de R$ 4.845,77.

No grupo de Artes, cultura, esporte e recreação, as mulheres eram 173.653 e ganharam um salário médio de R$ 2.470,35, enquanto os homens eram 78.514 e ganharam um salário médio de R$ 2.603,15.

O salário médio das mulheres foi de R$ 3.241,18 em 2022, 17% menor que o dos homens, de R$ 3.791,58.

O levantamento foi feito com base no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) de 2022, que reúne dados de empresas e seus empregados, inclusive salários, excluindo apenas os empresários enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI).

O IBGE reuniu os salários do pessoal ocupado assalariado das empresas de cada área de atuação, separando por gênero, e calculou a média salarial de cada um.

A área de atuação com a maior diferença salarial foi a de fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas, com homens ganhando R$ 7.509,33, enquanto mulheres ganharam R$ 1.834,09, um valor 309,4% menor.

Já a área em que as mulheres ganharam mais, com a maior diferença, foi em organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. Nessa área, mulheres receberam salários médios 47,7% maiores que o dos homens: elas ganharam R$ 9.018,70 e eles, R$ 4.717,09.

Freepik

O salário médio das mulheres foi de R$ 3.241,18 em 2022, 17% menor que o dos homens, de R$ 3.791,58.

Igualdade salarial

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho de 2023, o projeto de lei que torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres quando exercerem trabalho equivalente ou a mesma função. O PL 1.085/2023 foi aprovado em junho de 2023 pelo Congresso Nacional.

O projeto, que agora foi transformado em lei, é de autoria do Executivo, e prevê aplicação de multa ao empregador que descumprir a igualdade salarial para mesmas funções e competências profissionais. A multa será equivalente a dez vezes o valor do novo salário devido. Em caso de reincidência, o valor será dobrado. Atualmente, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é prevista multa de um salário mínimo regional.

"Nesse governo, o empresário que não cumpra , vai ter que enfrentar a legislação brasileira, a lei", afirmou Lula durante cerimônia de sanção, ocorrida na Base Aérea de Brasília.

Mesmo com pagamento da multa, a pessoa discriminada pode ingressar com pedido de indenização por danos morais. Para dar eficácia à nova lei, o governo federal instituiu canais de denúncia sobre o descumprimento da igualdade salarial por parte de empresas e entidades em geral. As pessoas podem encaminhar os casos por meio de um portal do Ministério do Trabalho ou pelo telefone: Disque 100, Disque 180 ou Disque 158.

"Nós, mulheres, aguardamos por esse dia há pelo menos 80 anos. A obrigatoriedade do salário igual para trabalho igual entre mulheres e homens existe desde 1943 no Brasil, com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desde então, houve pouquíssimo avanço nesse sentido", afirmou a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

"Atlas da Violência" reafirma o fracasso brasileiro na proteção de crianças e jovens.

A nova edição do Atlas da Violência - produzido anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - traz dados estarrecedores que escancaram o fracasso brasileiro na proteção da vida de crianças e jovens. Com dados referentes a 2022, descobre-se que praticamente metade (49,2%) dos 46,4 mil homicídios registrados no Brasil teve como vítimas pessoas entre 15 e 29 anos.

Naquele ano, de cada cem mortes de jovens, um terço (34) se deu por homicídio - e grande parte deles por arma de fogo. Visto de outra forma, a cada dia, 62 jovens foram assassinados no País. Em dez anos, foram mais de 321 mil vítimas de violência letal, a maioria homens negros.

O Atlas também mapeou a extensão dos casos de violência sexual. Meninas até 14 anos são, proporcionalmente, as maiores vítimas de agressão sexual, uma das formas mais comuns de violência doméstica e familiar. Quase metade (49,6%) da violência contra meninas de 10 a 14 anos tem caráter sexual. Seis em cada dez vítimas têm no máximo 13 anos.

São números obtidos com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, criado pelo Ministério da Saúde para notificar, compulsoriamente, qualquer caso suspeito ou confirmado de diferentes formas de violência, como doméstica/intrafamiliar e sexual, e contra mulheres e homens de todas as idades. Isso significa admitir que o levantamento é composto apenas pelos casos oficialmente registrados – e não há razão para duvidar que a realidade é ainda pior do que os números publicados.

Pouca gente há de questionar a premissa de que o Brasil vem falhando na proteção de crianças e adolescentes, não só nos efeitos da violência, mas também no cuidado da educação básica, sem o que é impossível imaginar um futuro minimamente digno para eles. Com incômoda frequência, no entanto, a divulgação de números e balanços, como esses expostos no Atlas, ajuda a dar contornos ainda mais dramáticos a uma realidade perturbadora - e que muitos acabam ignorando ou deixando em segundo plano diante de outras mazelas.

Há um círculo vicioso do qual precisamos escapar: a falta de preparo do jovem leva-o ao desemprego e subemprego; a falta de ocupação e perspectivas leva-o ao desespero; a falta de esperança leva-o à droga e à captura pelo crime organizado. E assim se fecha um ciclo de miséria, delinquência e violência que condena o presente e o futuro de boa parte do País.

Matar e morrer

É como se o Brasil estivesse numa guerra, situação em que jovens soldados são enviados para matar e morrer, mas a guerra que vitima os jovens brasileiros é do País consigo mesmo. A título de comparação, os Estados Unidos perderam 58 mil soldados em 20 anos de Guerra do Vietnã. Ou seja, no Brasil ocorreram cinco guerras do Vietnã em uma década.

Reprodução

Em dez anos, foram mais de 321 mil vítimas de violência letal, a maioria homens negros.

Ademais, como afirmou Samira Bueno, uma das coordenadoras do Atlas, são os jovens a mão de obra preferencial do crime organizado. Uma vez aliciados pelo mundo do crime, evadem da escola muito cedo e não veem oportunidades senão na engenharia das organizações criminosas.

Se há cooptação sobre os jovens meninos, há muito mais do que coação sobre as meninas. Os números do Atlas são confirmados por outras pesquisas, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado também pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo o qual houve 75 mil estupros em 2023.

O perfil demográfico das vítimas diz muito sobre nossas iniquidades e sobre nossa miséria moral e institucional: 88,7% são mulheres, 61,4% são menores de 14 anos e 10,4% têm menos de quatro anos de idade. Na maioria dos casos seus algozes são familiares.

Por vezes os números não dão conta da dramaticidade do mundo real e de suas histórias. Mas são fundamentais para dar a dimensão do problema e produzir gritos de alerta, de modo que o País reaja com o devido vigor.

Não está escrito nas estrelas, porém, que tais números se manterão assim, como se não houvesse caminho alternativo para dar algum alento à grande maioria das crianças e dos jovens brasileiros. Mas mudá-los vai requerer muito mais compromisso e ação do que a indignação de alguns e a indiferença de muitos. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Justiça brasileira proíbe vídeos que exaltem a violência policial no YouTube.

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou a suspensão de 13 vídeos nos quais policiais fazem declarações consideradas como disseminação de discursos de ódio e incitação à violência. A decisão, publicada na terça-feira (18), impede o acesso a conteúdos específicos dos canais ”Copcast”, ”Fala Glauber”, ”Café com a Polícia” e ”Danilsosnider”.

A ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) tem como réus os youtubers Jocimar dos Santos Ramos, Glauber Cortes Mendonça, Danilo Martins Barbosa da Silva e Kauam Pagliarini Felippe, além do Estado do Rio de Janeiro e do Google, dono da plataforma YouTube.

Nos vídeos suspensos, os agentes entrevistados narram episódios vividos durante ocorrências policiais. Em um deles - transcrito na sentença, que tem caráter liminar - um PM descreve o espancamento de um homem e as agressões a uma mulher grávida.

”Aí o maluco tipo assim viu a cena, cresceu. Nisso que ele cresceu, aí eu descontrolei. Aí foi agressividade descontrolada. O maluco veio pra cima, eu peguei o maluco e já comecei ‘pau, pau, porrada’ (gesto de soco), o maluco tomando, caindo no chão, eu segurando a cara dele, dando, aí eu já fiquei cego. Aí eu sei que veio uma mulher, veio uma grávida, veio mais gente, eu peguei a mulher e joga a mulher pra lá, e a grávida foi pra lá (...) e a grávida voltou, eu enrolei ela pelo cabelo e tomou (gesto de tapa), voou longe”, diz um dos policiais, em trecho mencionado na sentença.

A juíza Geraldine Vital destaca outra entrevista concedida por policial que foi considerada como ”desproporcional ao ideal informativo”: ”Aí eu falei: ah, então tu é maluco mesmo? aí o maluco olhou pra mim: É, por que? aí eu vou testar se tu é maluco mesmo. (rss) Aí eu agarrei o cara, seguramos as duas orelhas dele assim, aí pegamos a cabeça dele e começamos a dar na parede. Pa! Pa! aí abriu aqui né (fez um gesto de risco na testa), aí o sangue descendo. Aí a mulher: ah, ele vai matar ele, vai matar ele! aí tá o Silvio, SOLTA! SOLTA ELE! Aí eu soltei ele, o maluco ficou lá meio caído,(...)”, afirmou o agente.

Para a magistrada, essas declarações excedem ”os limites do regular exercício da liberdade de expressão para, frontal e imotivadamente, disseminar discurso de ódio”.

Entre os conteúdos suspensos, há vídeos intitulados ”Fiquei sem controle no Bope”, ”Cachorro Louco conta como quebrou quatro em favela”, ”Eu fui pro tático para matar ladrão”, ”O Bope sobe assim para pegar vagabundo de bobeira” e ”Matei o dono da favela no primeiro serviço”.

Reprodução

Os youtubers Jocimar dos Santos Ramos, Glauber Cortes Mendonça, Danilo Martins Barbosa da Silva e Kauam Pagliarini Felippe são réus.

Daniel Martins, do canal Danilsosnider, afirmou que cumpriu a decisão ”antes mesmo dela ser publicada”.

”Os vídeos apontados lá não estão mais no ar. O podcast tem como intuito que policiais relatem a sua história levando para valorização do trabalho policial, quanto para o bom humor, não tenho acesso ao controle e veracidade das histórias e, por fim, não incentivo a violência policial”, frisou.

Dono do canal Copcast, ”O Pracinha”, como é chamado, diz que ainda não foi intimado, mas que recorrerá da decisão. Ele ainda disse que a ação condenou Jocimar dos Santos como responsável pelo canal, quem seria apenas um dos entrevistadores de alguns episódios.

O Pracinha afirmou que os vídeos não configuram disseminação de ódio pois narram episódios verdadeiros, que foram registrados em delegacias e, em alguns casos, até resultaram em condenações.

”Todos os relatos feitos no podcast foram registrados em sede policial, na delegacia. São situações reais, de troca de tiro, de discussões. Foram registrados, alguns podem ter ido a julgamento. O Sargento Britto diz no final da história que foi condenado e pagou pelo erro dele Que perdeu o controle e perdeu a mão. Até hoje ele paga indenização, se foi transitado em julgado, ele pode falar sobre o assunto”, diz Pracinha, que não é policial, mas conta que criou o canal como uma forma de ”valorizar a Polícia Militar”.

Na ação, o MPF e a DPU também pedem que o Google seja condenado a pagar indenização de R$ 1 milhão e que os policiais militares tenham que arcar com R$ 200 mil por danos morais coletivos. As informações são do O Globo.

Deu certo a Lei Seca, em vigor no Brasil há 16 anos: pelo menos nas rodovias federais, as colisões com motoristas alcoolizados diminuiu, diz a Polícia Rodoviária Federal.

A Lei Seca completou 16 anos na quarta-feira (19). Conhecida por tornar mais rígido o combate à direção sob o efeito de álcool nas vias brasileiras, a norma estabeleceu tolerância zero para motoristas que dirigem após consumir bebidas alcoólicas e definiu a conduta como infração de trânsito gravíssima, sujeitando o infrator à multa e suspensão do direito de dirigir por doze meses.

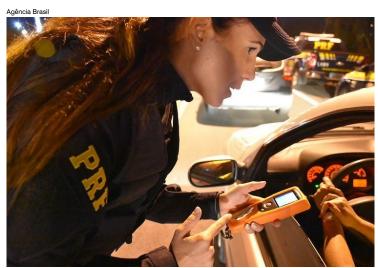
A Polícia Rodoviária Federal (PRF), uma das instituições que integram o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), tem com uma de suas principais atribuições a garantia da segurança viária, o que inclui a fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais de todo o país e o trabalho de prevenção feito junto aos motoristas, com a orientação de não dirigir sob o efeito de álcool.

No ano passado, a PRF registrou o menor número de sinistros de trânsito em que a causa principal foi a ingestão de álcool pelo condutor. O índice de 2023 foi o menor registrado em cinco anos. Na comparação com 2019, ano pré-pandemia de Covid - que restringiu drasticamente a fiscalização presencial - a queda foi de 33,6%. As estatísticas de mortes e feridos nesses sinistros, na comparação entre os mesmos períodos, também diminuiu.

Os índices refletem o trabalho da PRF de prevenção de acidentes e da fiscalização realizada pelos policiais nas cinco regiões do país. No ano passado, foram mais de cinquenta mil ações específicas para fiscalizar a conduta dos motoristas relacionada a alcoolemia.

Apesar do esforço da PRF para que condutores e passageiros tenham uma viagem segura, a responsabilidade e consciência dos motoristas podem tornar o trânsito mais seguro. Por esse motivo, a orientação é que os motoristas não dirijam sob efeito de álcool e que, quando consumirem bebidas alcoólicas, utilizem formas alternativas de transporte.

Tendência nacional

Os dados registrados pela PRF em Pernambuco seguem a tendência nacional de redução dos sinistros provocados pela perigosa combinação de álcool e volante. No ano passado, foram atendidos 142 sinistros, que resultaram em 134 feridos. Na comparação com 2019, ano pré-pandemia de Covid – que restringiu drasticamente a fiscalização presencial – a queda foi de 44,9%. A diminuição no número de mortes foi ainda mais expressiva, de 75%. Em 2019, 33 pessoas perderam a vida e em 2023 foram oito.

Agência Brasil

A orientação é que os motoristas não dirijam sob efeito de álcool e que, quando consumirem bebidas alcoólicas, utilizem formas alternativas de transporte.

No ranking das rodovias federais no estado em que sinistros relacionados ao consumo de álcool são mais registrados estão as BRs 232, 101 e 423. Em 2023, a BR-232 liderou o ranking com o 50 sinistros, 57 feridos e cinco mortos. Este ano, a PRF já atendeu 64 sinistros, com 54 feridos e quatro mortes. Desse total, 14 foram registrados na BR-428, que assume a liderança dentre as rodovias. Nessa estatística, 54 pessoas ficaram feridas e quatro morreram.

Para prevenir sinistros e retirar condutores alcoolizados das rodovias, as equipes PRFs realizam abordagens com o uso de etilômetros, mais conhecidos como bafômetros. Em 2023, 148,3 mil motoristas que circulavam por BRs pernambucanas fizeram o teste. Em 283 casos ficou contatada a ingestão de álcool e outras 1.752 pessoas foram autuadas pela recusa ao teste.

Este ano, mais de 52 mil teste de alcoolemia foram aplicados; 69 condutores tinham bebido antes de dirigir e 615 se recusaram a passar pelo "bafômetro" e também receberam a notificação de infração. As informações são da Agência Brasil.

Em 2022, o Brasil gastou R$ 153,5 bilhões com despesas médicas e em perda de produtividade provocadas pelos fumantes.

O tabagismo causa quase 50 diferentes doenças incapacitantes e fatais, segundo levantamento do Ministério da Saúde. Esse malefício também gera um expressivo gasto econômico. Para ter ideia, em 2022, o Brasil gastou R$ 153,5 bilhões com despesas médicas e em perda de produtividade provocadas pelas consequências do uso do tabaco. O valor corresponde a 1,55% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Por outro lado, no mesmo ano, a arrecadação de impostos federais com a indústria do tabaco não chegou a R$ 9 bilhões.

Os dados são da pesquisa Carga da doença e econômica atribuível ao tabagismo no Brasil e potencial impacto do aumento de preços por meio de imposto, uma análise com duração de dois anos, divulgada recentemente na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Brasília.

A análise foi coordenada pela Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos (Conicq), por meio do Instituto Nacional de Câncer (INCA). A pesquisa também contou com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, da Argentina.

De acordo com Vera Luiza da Costa e Silva, secretária executiva da Conicq, os resultados mostram que a indústria do tabaco leva a muito mais perdas do que ganhos financeiros para o País. "O argumento da indústria de que a venda legal de derivados do tabaco gera arrecadação por conta dos impostos é uma falácia", afirma a pesquisadora.

Segundo a publicação, a maior parte dos gastos nacionais relacionados ao tabagismo foi diretamente destinada à assistência médica, que totaliza um investimento de R$ 67,2 bilhões do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a análise, os custos foram, especialmente, para cuidados com doenças respiratórias, cardíacas e acidente vascular cerebral (AVC), responsáveis por 65% de todo o valor destinado aos atendimentos. Dentre os investimentos voltados ao tratamento de câncer, os de esôfago, boca e faringe registraram os maiores valores aplicados.

Além disso, as mortes prematuras e a incapacidade para atividades laborais - causadas pelas sequelas do tabagismo -, impactam a força de trabalho do País. Esse aspecto, em 2022, gerou uma perda indireta de R$ 45 bilhões para toda a sociedade. Para o estudo, o ônus indireto do tabaco também inclui R$ 41,3 bilhões que deixam de ser arrecadados por perda de produtividade dos cuidadores informais - trabalhadores que precisam abandonar suas atividades para cuidar de entes queridos vítimas de doenças causadas pelo tabagismo.

Divulgação/Banco Mundial/ONU

O valor corresponde a 1,55% do PIB do País.

Outras condições, como o tabagismo passivo, contribuíram para 12% das mortes prematuras relacionadas ao tabaco, segundo o estudo. Vale destacar que, de acordo com dados divulgados no trabalho, 603 mil mortes anuais no mundo são atribuíveis ao tabagismo passivo, isto é, a exposição à fumaça do tabaco. Dessas, 168.840 (28%) são de crianças.

A pesquisa incentiva um aumento de 50% na taxação dos produtos que usam o tabaco. O mapeamento estima que isso evitaria um custo de R$ 64 bilhões com assistência à saúde, além de evitar 145 mil mortes devido à queda do consumo. "Quando aumentamos o preço dos cigarros, reduzimos seu consumo. É uma relação inversamente proporcional", reflete Vera Luiza.

Segundo a análise, também haveria aumento de R$ 26 bilhões na arrecadação tributária. O documento propõe ainda a responsabilização da indústria do tabaco em conformidade com as políticas e práticas jurídicas brasileiras para compensar perdas oriundas da venda dos seus produtos.

Saiba o que pode mudar com a reforma do Ensino Médio.

A Comissão de Educação e Cultura do Senado aprovou, durante votação simbólica, nessa quarta-feira (19), o parecer favorável ao projeto de lei que prevê uma nova reforma do ensino médio.

As mudanças propostas no texto da relatora Dorinha Seabra (União-TO), incluem a ampliação da carga horária e o fortalecimento da formação geral básica. A matéria agora segue para apreciação do Plenário com pedido de urgência. Como o relatório apresentado pela senadora é um substitutivo, o PL 5.230/23 terá de retornar à Câmara dos Deputados, caso seja aprovado pelo Senado.

O texto do relatório foi apresentado na semana passada. Foram feitos então pedidos de vistas e, na sequência, algumas sugestões foram apresentadas e acatadas pela senadora Dorinha. Segundo ela, "ajustes redacionais" foram feitos, principalmente relativos a prazos e cargas horárias. O texto aprovado prevê a ampliação da carga horária mínima total destinada à formação geral básica (FGB), das atuais 1,8 mil horas para 2,4 mil.

A carga horária mínima anual do ensino médio passa de 800 para 1 mil horas distribuídas em 200 dias letivos. Há a possibilidade de essa carga ser ampliada progressivamente para 1,4 mil horas, desde que levando em conta prazos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), respeitando uma distribuição que seja de 70% para formação geral básica e 30% para os itinerários formativos.

Foram também acatadas emendas visando ampliar, a partir de 2029, as cargas horárias totais de cursos de ensino médio com ênfase em formação técnica e profissional. Elas seriam expandidas de 3 mil horas para 3,2 mil horas; 3, 4 mil; e 3,6 mil quando se ofertarem, respectivamente, cursos técnicos com carga específica de 800, 1 mil e 1,2 mil horas.

No texto alternativo, a relatora determinou que, caso haja ampliação da carga horária, seja respeitada a seguinte porcentagem: 70% para formação geral básica e 30% para os itinerários formativos. Entre os destaques apresentados pela parlamentar no relatório figura a inclusão da língua espanhola como componente curricular obrigatório, além do inglês.

"O substitutivo valoriza, ainda, a experiência profissional na educação, permitindo a atuação de profissionais do chamado notório saber. O notório saber veio para o texto voltado principalmente à área da educação profissional, trazendo para o sistema profissionais que não eram formados na área, mas que tinham conhecimento específico para atuar", argumentou a senadora ao apresentar o texto do relatório na semana passada.

Agência Brasil

As mudanças incluem a ampliação da carga horária e o fortalecimento da formação geral básica.

Outros idiomas poderão ser ofertados em localidades com influências de países cujas línguas oficiais sejam outras. O texto prevê também que profissionais com notório saber e experiência comprovada no campo da formação técnica e profissional, mesmo sem diploma de licenciatura, poderão atuar nos sistemas de ensino. É o que já ocorre, por exemplo, quando engenheiros dão aula de matemática.

Outra sugestão apresentada no relatório da parlamentar é a obrigatoriedade de os estados manterem pelo menos uma escola com ensino médio regular noturno em cada município, caso haja demanda comprovada.

Dorinha frisou que a atuação dos profissionais será "em caráter excepcional, mediante justificativa do sistema de ensino e regulamentação do Conselho Nacional de Educação (CNE)". Ela defende também que essa medida possibilitará a ampliação do acesso a profissionais qualificados, especialmente em áreas e regiões com escassez de profissionais licenciados.

O relatório prevê, ainda, formação continuada de professores, de forma a garantir que eles estejam preparados para as novas diretrizes e metodologias, "com foco em orientações didáticas e reflexões metodológicas, assegurando o sucesso das transformações propostas para o ensino médio".

Rússia e Coreia do Norte assinam acordo de defesa mútua em caso de ataque a uma das partes.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder da Coreia do Norte, Kim Jong Un, assinaram nessa quarta-feira (19) um acordo abrangente para intensificar as relações bilaterais entre os países e garantir a defesa mútua entre as nações em caso de ataque a uma das partes, abrindo caminho para estabelecer uma maior estrutura de cooperação de longo prazo.

Kim disse em uma coletiva de imprensa conjunta que as duas partes assinaram um acordo de "parceria estratégica" que eleva os laços entre as nações "ao nível de uma aliança."

O acordo "lança as bases para a realização da grande liderança pelos dois países e a construção de Estados fortes, enquanto protege firmemente a paz regional e global e o ambiente de segurança," disse Kim.

A agência de notícias russa "Tass" relatou que Putin saudou o acordo como "um documento verdadeiramente inovador que reflete o desejo dos dois países (...) de elevar nossas relações a um novo nível qualitativo."

O líder russo também disse que o pacto "estabelece tarefas e metas de grande escala para aprofundar as relações russo-coreanas a longo prazo" nas esferas "política, comercial e de investimento, cultural, humanitária e de segurança".

A agência russa "Interfax" afirmou que o novo acordo substitui documentos de cooperação assinados em 1961, 2000 e 2001.

O líder russo chegou à capital norte-coreana de Pyongyang na manhã dessa quarta-feira (19) para uma cúpula com Kim, sua segunda visita ao país desde 2000. Nos últimos anos, os dois países aumentaram dramaticamente o contato diplomático e o comércio, já que ambos são alvos de fortes sanções internacionais.

Saiba mais

O acordo mútuo assinado pela Rússia e Coreia do Norte intensifica as relações bilaterais dos países principalmente na defesa militar em caso de um ataque estrangeiro. O acordo, chamado de pacto abrangente, é firmado em um momento delicado na diplomacia mundial, dizem especialistas.

Os líderes definiram o documento como uma parceria estratégica de longo prazo, que visa estabelecer tarefas políticas, comerciais e de investimentos entre russos e norte-coreanos.

Reprodução

O acordo, chamado de pacto abrangente, é firmado em um momento delicado na diplomacia mundial, dizem especialistas.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Rússia, além do apoio militar, foram discutidos entre os dois líderes cooperações nas áreas de saúde, educação médica, infraestrutura e ciência.

O que chamou mais atenção no acordo, cujo texto na íntegra não foi divulgado publicamente, foi a cooperação militar entre os dois países. Segundo o governo russo, o tratado assinado hoje prevê que, se um dos dois países for atacado, o outro em guerra.

Conforme o tratado, se a Rússia for diretamente atacada por um terceiro estado ou se for atacada por uma coalizão de estados, a Coreia do Norte teria por obrigação, por conta do pacto, auxiliar a Rússia militarmente. Da mesma forma com a Coreia do Norte, caso ela seja atacada, os russos devem prestar apoio bélico.

O pacto entre Rússia e Coreia do Norte acontece em um momento de tensão entre russos e países ligados à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Segundo as agências russas de notícias Tass e RIA Novosti, Putin chamou atenção para as declarações dos Estados Unidos e países da Otan sobre o fornecimento de munições e armamentos para um eventual ataque ao solo russo.

Conheça o bilionário americano que sonha em comprar o TikTok para salvar a internet das "big techs".

O bilionário americano Frank McCourt, famoso pela atuação no setor imobiliário, pretende comprar o TikTok para resgatar a internet das mãos das grandes plataformas que ele acredita firmemente que estão destruindo a sociedade e pondo as crianças em risco. Court é conhecido como o ex-proprietário do time de beisebol Los Angeles Dodgers, e na Europa é dono do famoso Olympique de Marseille, que tem entre seus torcedores o presidente francês, Emmanuel Macron.

Há anos, McCourt alerta que o poder das grandes plataformas tecnológicas está prejudicando as crianças e levando o mundo por um mau caminho. "Estamos sendo manipulados por estas grandes plataformas. E é por isso que vemos que nas sociedades livres em todos os lados, o mundo parece estar pegando fogo, não é?", disse durante a conferência tecnológica Collision, em Toronto, Canadá.

Entre outros, ele citou a situação na França, onde a extrema direita tem chances de vencer as próximas eleições legislativas, como o exemplo mais recente de sua percepção. "Há muita agitação, muito caos, muita polarização. Sabem o que? Os algoritmos estão trabalhando bem, nos mantêm constantemente nesse estado. É hora de mudar", afirmou.

McCourt contou que sua primeira motivação para agir foi a ameaça que as redes sociais representaram para seus sete filhos. "Essa internet é predatória. Está fazendo um grande mal para as crianças. Vemos a ansiedade, a depressão e uma epidemia de suicídios de crianças", enfatizou.

Para resolver o problema, McCourt faz campanha por uma "nova internet", que deveria tirar o controle da grande rede de plataformas como Instagram, YouTube, TikTok e X.

"Estas plataformas têm centenas de milhares das nossas características pessoais, de cada um de nós. E não é apenas onde compramos ou o que gostamos de comer ou onde estamos fisicamente em certo momento. É a forma como pensamos, nos emocionamos, reagimos ou como nos comportamos", enumerou.

Nova internet

McCourt imagina uma nova internet, que descreve como descentralizada, na qual os usuários controlam seus próprios dados, independentemente dos aplicativos de redes sociais que usarem. Comprar o TikTok daria a seu projeto, conhecido como Project Liberty (Projeto Liberdade), uma nova escala, unindo à sua causa legiões de usuários, principalmente jovens, explicou.

Reprodução

Court é conhecido como o ex-proprietário do time de beisebol Los Angeles Dodgers, e na Europa é dono do famoso Olympique de Marseille.

O Project Liberty tem, entre seus membros, o pioneiro da internet Tim Berners-Lee, assim como Jonathan Haidt, professor da universidade NYU, cujo livro mais recente, "The Anxious Generation" (A Geração Ansiosa, em tradução livre), argumenta que os efeitos das redes sociais nos jovens têm sido devastadores.

Mais interessados

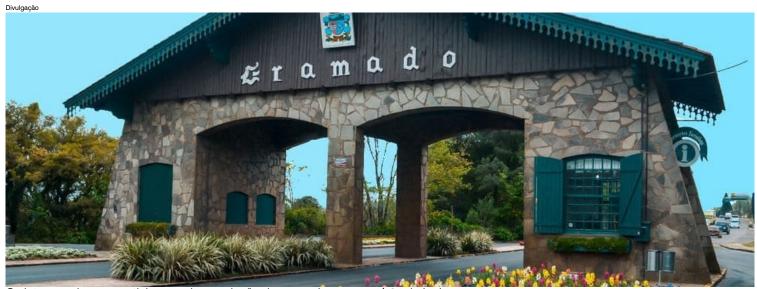
McCourt não é o único que está de olho na plataforma de origem chinesa. O ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steve Mnuchin, também quer apresentar sua oferta. Estes planos seguem uma lei assinada pelo presidente Joe Biden, em abril, que dá ao TikTok 270 dias para encontrar um comprador de fora da China ou enfrentar o banimento nos Estados Unidos por razões de segurança nacional.

No entanto, ainda não está claro se o TikTok acabará posto à venda. A empresa luta na Justiça americana contra esta lei, e o governo chinês têm assinalado que não vai aceitar a entrega de uma das marcas de tecnologia mais bem sucedidas do país.

"A preocupação do governo americano é que os dados de 170 milhões de americanos sejam enviados para a China", o que, "obviamente", representa uma ameaça à segurança nacional, assinala McCourt.

O bilionário espera que o caso do TikTok permita que as pessoas "se deem conta" de que outras plataformas também enviam seus dados "a outros locais". "Talvez não vão para a China, mas (os dados pessoais) vão para outros lugares controlados por alguém que tem tudo a seu respeito. E isso não é correto. Isso é antidemocrático", concluiu McCourt. As informações são do O Globo.

Gramado recebe a edição de 2024 do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade.

Divulgação

Os interessados em participarem da premiação devem se inscrever até 24 de junho.

A edição de 2024 do Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, uma das mais importantes premiações do turismo, será realizada em Gramado, na Serra Gaúcha. A iniciativa da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) e da Feira Internacional de Turismo de Gramado (Festuris), conta com o apoio do Ministério do Turismo e faz parte da estratégia do governo federal de ajudar a reconstruir o Rio Grande do Sul, por meio do Turismo.

O prêmio Braztoa busca incentivar, identificar e dar visibilidade as iniciativas que se destaquem como as melhores práticas de sustentabilidade em toda a cadeia do turismo nacional, com foco no tripé social, ambiental e econômico e, também, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A cerimônia de entrega dos prêmios está agendada para o dia 9 de novembro.

Este ano, o evento conta com a parceria da Festuris, como anfitriã em Gramado e, também, do Semeando a Excelência do Desenvolvimento Sustentável (SEEDS), sendo a Braztoa responsável pela curadoria de toda a programação. Essa inédita aliança é marcada pelo compromisso de que o trabalho desenvolvido trará um impacto positivo para todo o trade turístico, fomentando práticas sustentáveis e responsáveis no setor, além de fortalecer o turismo no Rio Grande do Sul.

Sobre o prêmio

O Prêmio Braztoa de Sustentabilidade foi a primeira premiação no mundo a receber a chancela da Organização Mundial do Turismo (OMT), e segue contando com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Ministério do Turismo. A premiação chega à sua 12ª edição acumulando mais de 100 ações reconhecidas e quase mil inscritas de todas as regiões do Brasil. Em 2024, serão consagradas até 10 iniciativas que atendam aos requisitos estabelecidos, além das possibilidades de "Menção Honrosa" e "Destaque".

Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul apresenta estabilidade no primeiro trimestre de 2024.

O nível de ocupação no Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2024, permaneceu estável em 62,2% na comparação com o trimestre anterior. O dado se refere ao percentual de pessoas ocupadas no período de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar. Na mesma base comparativa, a taxa de desocupação estadual subiu de 5,2% para 5,8%. Por fatores sazonais, o indicador costuma se elevar no primeiro trimestre do ano.

No mesmo período do ano passado, a taxa de desocupação manteve-se estável no Estado, assim como em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR). Houve queda, entretanto, em São Paulo (SP) e, também, no país.

Nos últimos 12 meses, encerrados em abril de 2024, o contingente de trabalhadores formalmente empregados apresentou crescimento de 2,2% no Estado, com um saldo de 60,6 mil vínculos adicionais, o que elevou o total para 2.840.145. No Brasil, a variação percentual foi mais expressiva nesse período, alcançando 3,8%.

A incidência da desocupação de longo prazo (que corresponde ao tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano) registrou, na comparação do primeiro trimestre de 2024 com o mesmo período do ano anterior, uma redução de 28,1% para 24,6% no Estado.

Esses e outros dados são apresentados no Boletim de Trabalho divulgado nesta quinta-feira (20). A publicação trimestral do DEE (Departamento de Economia e Estatística), vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, contempla os desempenhos do mercado de trabalho e do emprego formal no Rio Grande do Sul.

A autoria do boletim é dos pesquisadores Raul Bastos e Guilherme Xavier Sobrinho a partir de informações da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) – do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – e do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) – base estatística produzida pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Mercado de trabalho

No primeiro trimestre de 2024, a taxa de participação de força de trabalho manteve-se estável em 66% no RS, assim como em SC (68,1%) e no PR (65,5%). Em SP e no país, porém, reduziu de 67,1% para 66,3% e de 62,2% para 61,9%, respectivamente.

O contingente de ocupados informais, no primeiro trimestre de 2024, ficou estável no RS (1,87 milhão de pessoas), assim como nos demais estados da Região Sul e em SP. No país, a redução registrada foi de 1,5%.

Mercado formal

O grupamento de serviços foi o responsável por 46,6 mil dos 60,6 mil vínculos adicionais, alcançando a participação de 77% no resultado. O comércio contribuiu com 13,2 mil empregos, ou 21,9% do saldo geral. Apenas a indústria registrou redução do número de postos, com saldo de menos 2,8 mil vagas – o que significa variação de -0,4% nos 12 meses.

Os dois setores com menores participações na estrutura do emprego formal gaúcho, agropecuária e construção, apresentaram crescimento de pequena expressão: 2% e 1%, respectivamente.

O documento do DEE/SPGG também destaca que, nos 12 meses mais recentes, a maior parte (50,6%) do saldo de contratações e desligamentos, no Rio Grande do Sul, foi de mulheres, ainda que por uma pequena diferença.

Agência Brasil

O dado se refere ao percentual de pessoas ocupadas no período de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Considerando-se o desempenho das nove RF (Regiões Funcionais) do Estado, entre abril de 2023 e o mesmo mês deste ano, todas alcançaram variação positiva do emprego formal. A expansão menos expressiva, de 0,6%, foi verificada na RF 7 (Noroeste do Rio Grande do Sul, em que se destacam Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo). Já a RF 9, cujos maiores empregadores são os municípios de Passo Fundo e Erechim, registrou o percentual mais alto, de 4%.

Em relação ao salário médio dos trabalhadores admitidos no mercado formal, em abril de 2024, o valor era de R$ 2.006,10 – abaixo da remuneração praticada na média do Brasil, que atingia R$ 2.115,65. Na comparação anual, o salário de abril de 2024 está 3,8% acima daquele do mesmo mês de 2023 no Rio Grande do Sul.

Perspectivas

Tendo em vista os impactos socioeconômicos provocados pelas enchentes no Rio Grande do Sul ao final de abril e durante maio de 2024, os pesquisadores traçam perspectivas para o segundo trimestre.

A interrupção parcial das atividades econômicas e as limitações na mobilidade da População em Idade de Trabalhar devem resultar em uma retração da taxa de participação na força de trabalho. Porém não deve ter a mesma magnitude da verificada no segundo trimestre de 2020, durante a pandemia da covid-19.

Quanto ao nível de ocupação, a expectativa é a de que ocorra uma acentuada retração do indicador no RS, com a possibilidade de que o cenário perdure nos dois trimestres subsequentes.

Também é esperado um impacto relevante da retração da atividade econômica, no segundo trimestre de 2024, sobre a taxa de desocupação estadual. No que diz respeito à taxa de informalidade, é pouco provável que ocorra uma grande queda do indicador no mercado de trabalho do Estado durante o período.

Boletim de Trabalho

O Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Estado. A cada edição, aprofunda algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como o perfil demográfico dos trabalhadores, as diferentes formas de inserção no mercado e os rendimentos.

Dívida do RS: audiência entre os governos gaúcho e federal será realizada terça-feira no Supremo.

Após um pedido da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RS) pela extinção da dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal, o ministro Luiz Fux marcou para a próxima terça-feira (25) no Supremo Tribunal Federal (STF) uma audiência de conciliação entre as partes. O presidente da entidade no Estado, Leonardo Lamachia, estará presente.

"Intimem-se, com urgência, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (autora da ação), a União e o Estado do Rio Grande do Sul para que se façam presentes na audiência. Intime-se, ainda, a Procuradoria-Geral da República (PGR) para, querendo, designar membro que participe do ato."

O objetivo é discutir a Ação Civil Originária (ACO) nº 2.059, ajuizada na Corte máxima do País em 2012 pelo então presidente da OAB-RS, Claudio Lamachia e que já pleiteava a a anistia da pendência.

Leonardo Lamachia ressalta que, diante da catástrofe sem precedentes que o Rio Grande do Sul vive desde maio, por causa

EBC

Extinção do passivo do Estado com a União tem mobilizado a seccional gaúcha da entidade.

das enchentes recordes, é necessária uma solução "robusta e estruturante" para a questão da dívida:

"A suspensão do pagamento por três anos não é o suficiente. Entendemos que o governo federal tem condições técnicas, jurídicas e até mesmo políticas para acatar o pedido da Ordem, que tem base, inclusive, em recente perícia realizada nos autos dessa Ação".

Entenda

No dia 14 de maio de 2024, a OAB-RS divulgou nota pública defendendo que, em virtude da ACO nº 2.059/2012, "a dívida do Estado com a União poderia estar praticamente quitada". Além disso, uma nova petição da seccional foi encaminhada ao relator da ACO no Supremo, Luiz Fux, que acabou abrindo prazo para a União se manifestar sobre o pedido.

Dias depois, Lamachia foi pessoalmente até Brasília para uma série de reuniões para tratar do tema da dívida – além de outros de interesse da advocacia e da cidadania em relação à tragédia climática no Rio Grande do Sul. Houve uma audiência com o advogado-geral da União, ministro Jorge Messias, solicitando que a AGU (já está intimada pelo STF) se manifestasse nos autos da ACO favoravelmente ao pleito da Ordem gaúcha.

Já com Fux, o presidente da OAB-RS falou sobre a perícia judicial que consta nos autos da ação e que atesta a irregularidade nos critérios de atualização da dívida. Lamachia também pediu que, se a União não concordar com o pedido, seja então designada uma tentativa de conciliação entre União, Estado e seccional da Ordem – solicitação acolhida pelo ministro.

Além destas agendas em Brasília, Lamachia se reuniu com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, bem como o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Participaram, ainda, os senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Hamilton Mourão (Republicanos) e Ireneu Orth (PP). (Marcello Campos)

Governo gaúcho devolverá ICMS da compra de refrigerador, fogão e máquina de lavar ou secar para atingidos pelas enchentes.

O governador Eduardo Leite anunciou, nessa quinta-feira (20), que o governo estadual irá devolver a totalidade ou parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos) pago na compra de eletrodomésticos.

A iniciativa amplia, no momento de dificuldades enfrentadas por famílias atingidas pelas enchentes de maio, uma política de restituição já existente no Rio Grande do Sul. A novidade valerá para aquisições de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar ou secar. Os detalhes serão anunciados em breve, mas a Receita Estadual já informa que compras feitas desde 1º de maio serão consideradas.

A medida foi encaminhada e aprovada pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), e o governo trabalha para sua operacionalização, com finalização das regras e elaboração dos mecanismos para cruzamento de cadastros.

"Temos buscado medidas que representem soluções para as pessoas afetadas pelo desastre. A devolução de tributos é uma experiência que já temos bastante avançada e que será potencializada de modo a beneficiar quem precisa desses itens essenciais para voltar pra casa ou mesmo reconstruí-la", disse o governador.

A iniciativa faz parte do Plano Rio Grande, que atua em três eixos de enfrentamento aos efeitos das enchentes: ações emergenciais, ações de reconstrução e Rio Grande do Sul do futuro.

O programa terá limitadores para direcionar de forma eficiente o recurso e também incentivar as compras feitas em estabelecimentos do Estado. A nota fiscal dos produtos precisa ter o CPF do beneficiário (para comprovar junto ao Fisco sua inclusão nas áreas afetadas). Deverá ter também o código de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) do produto adquirido no comércio – ou seja, a nota fiscal precisa trazer o código especificando se o produto é geladeira, fogão ou máquina de lavar.

Também é necessário que o estabelecimento seja registrado no Estado, pois o Fisco gaúcho não poderá devolver o ICMS que pertence a outras unidades da federação. No total, um cidadão poderá ter uma devolução de até R$ 1 mil com os três produtos.

Entre as regras, há limites já definidos de reembolso para aquisições por CPF e por produto. Por exemplo: cada beneficiário só poderá comprar um fogão, uma geladeira e uma máquina de lavar ou secar. Também há um teto para a devolução de cada item.

Por esse motivo, a restituição do tributo poderá ser de 100% ou parcial. No caso de itens com valores mais expressivos, a devolução do ICMS deve ser parcial, conforme o teto de reembolso que será estipulado para cada tipo de produto.

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A iniciativa amplia, no momento de dificuldades enfrentadas por famílias atingidas pelas enchentes de maio, uma política de restituição já existente no Estado.

Facilidade na consulta de preços

Para auxiliar na consulta de preços desses itens, foi incluída, no aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha, uma lista específica com "Itens para sua casa" – com fogão, geladeira e máquina de lavar. A listagem aparece na versão mais atualizada do aplicativo. Todos os estabelecimentos da consulta são localizados no Estado.

O Menor Preço Nota Gaúcha é um aplicativo desenvolvido pela Receita Estadual, integrado ao programa NFG (Nota Fiscal Gaúcha). A ferramenta permite ao usuário pesquisar o menor preço de um produto em milhares de estabelecimentos, e tem filtros que identificam os estabelecimentos mais próximos.

Por meio de consultas às NF-e (Notas Fiscais Eletrônicas) e às NFC-e (Notas Fiscais de Consumidor Eletrônicas), as informações são atualizadas em tempo real no aplicativo toda vez que um estabelecimento realiza uma venda a varejo.

Como Funciona o Menor Preço?

1. Baixe o aplicativo Menor Preço - Nota Gaúcha; 2. Em "Pesquisar Produtos", informe o que deseja pesquisar por meio de sua descrição, marca ou código de barras; 3. A localização do usuário será usada para encontrar os menores preços mais próximos; 4. Verifique a relação dos preços e onde eles foram praticados; 5. Escolha o estabelecimento onde quer comprar e siga o caminho indicado para chegar até lá; 6. Para a utilização de todas as funcionalidades do aplicativo, é necessário o cadastro gratuito no programa NFG (aberto a qualquer cidadão que possua um CPF); 7. Um novo botão com os três grupos de eletrodomésticos aptos à devolução do ICMS foi adicionado e traz a lista dos estabelecimentos mais próximos com os preços de venda.

Mais 135 mil famílias gaúchas receberão o Auxílio Reconstrução de R$ 5.100 mil do governo federal.

Mais 135 mil famílias gaúchas serão contempladas pelo governo federal com o Auxílio Reconstrução de R$ 5,1 mil. Pago em parcela única, o benefício é de uso livre – recomenda-se a compra de itens perdidos em alagamentos ou a reforma do imóveis – e contempla moradores de municípios que tiveram situação de calamidade pública ou emergência pública reconhecida pela Defesa Civil nacional.

Benefício de R$ 5,1 em parcela única já contemplou 375 mil núcleos domésticos no Estado. (Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O acesso ao dinheiro dependerá das informações prestadas pelas prefeituras sobre a população que precisou sair de casa, bem como de uma autodeclaração do próprio beneficiário, junto com o comprovante de endereço residencial.

Apenas um cidadão pode pleitear a ajuda financeira. O governo federal alerta que casos de dupla solicitação do mesmo núcleo poderão ser considerados fraude e sujeitos a punições legais. É importante, no entanto, fazer a ressalva de que beneficiários de outros programas (como o Bolsa Família) não impedem o recebimento do Auxílio Reconstrução, desde que atendidas as exigências.

Anunciada em maio durante uma das visitas do presidente Luiz Inácio Lula de Silva ao Estado então tomado por enchentes, a medida já contemplou 375 mil núcleos domésticos, mediante um investimento de R$ 1,9 bilhão. Ao menos 167 mil já receberam o valor e outras 256.734 tiveram cadastro aprovado.

A expansão do auxílio exigirá a abertura de crédito extraordinário de quase R$ 690 milhões para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. O valor está previsto em medida provisória publicada nesta semana no Diário Oficial da União.

Do total de quase R$ 690 milhões, são destinados R$ 688,5 milhões para concessão do apoio financeiro e R$ 1,18 milhão para despesas operacionais do próprio programa – isso inclui serviços necessários ao atendimento dessas novas famílias identificadas.

O Rio Grande do Sul enfrentou ao londo do mês de maio o pior desastre climático da sua história. A situação ainda é dramática em diversas regiões e ainda há muito o que se fazer pela recuperação de estruturas devastadas, bem como dos prejuízos à economia – sem contar as perdas humanas.

Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, uma população de mais de 2,4 milhões. O número de mortos chega a 177, ao passo que o de desaparecidos é de 37 pessoas, de acordo com estatística atualizada pela Defesa Civil estadual. (Marcello Campos)

DetranRS orienta proprietários sobre destinação correta de veículos irrecuperáveis por causa das enchentes.

Parte da frota gaúcha teve perda total por causa das enchentes, embora ainda não haja um levantamento exato da quantidade de veículos atingidos. O destino dos veículos é uma preocupação do DetranRS, pois o abandono de automóveis gera consequências legais, ambientais e de saúde pública. Por isso, deve ser dada a baixa nos veículos considerados irrecuperáveis para, em seguida, encaminhá-los para desmonte e reciclagem.

A destinação dos veículos segurados será providenciada pela seguradora, bastando apenas que o proprietário a acione. Já no caso de veículos não segurados, para que eles não continuem gerando custos e outras obrigações legais, é necessário que a baixa seja realizada e que eles sejam destinados para desmonte e reciclagem.

A baixa do veículo é a comunicação ao DetranRS de que o veículo deixou de existir do ponto de vista legal. É como se fosse um atestado de óbito. O procedimento é realizado em um Centro de Registro de Veículos Automotores com um procedimento especializado, que envolve corte do chassi e descaracterização total do bem.

Divulgação

O destino dos veículos é uma preocupação do DetranRS, pois o abandono de automóveis gera consequências legais, ambientais e de saúde pública.

O DetranRS possui uma ampla rede de credenciados que realizam o processo de desmonte e reciclagem de forma legalizada e ambientalmente controlada. São cerca de 420 CDVs (Centros de Desmanches de Veículos) no Estado que compram a sucata, conforme avaliação (algumas empresas inclusive buscam o veículo com guincho próprio), e que depois realizam a descontaminação e o desmonte. As peças reutilizáveis são retiradas para comercialização e o que não for reutilizável vai para uma empresa de reciclagem.

Além das consequências legais, veículos deixados em via pública são uma ameaça ao meio ambiente e à saúde humana. "Uma sucata abandonada contamina o solo e a água com seus diversos fluidos, como óleos e combustíveis.

As baterias possuem no seu interior metais pesados extremamente nocivos ao meio ambiente e à saúde humana. Os veículos abandonados acabam virando foco de insetos como o mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e da febre amarela urbana. Também servem como abrigo de roedores, cobras e outros animais peçonhentos", explica o biólogo e servidor do DetranRS, Denílson Almeida.

Dentro da lei

O DetranRS alerta, ainda, que o processo de desmonte e reciclagem só pode ser feito pelas empresas de desmanches credenciados pelo Estado, garantindo que o procedimento seja feito dentro da lei e de forma ambientalmente correta. A lista de Centros de Desmanches credenciados, com endereço e telefones de contato, pode ser consultada no site do DetranRS.

Devolução do IPVA

Após a baixa do veículo, o proprietário que teve perda total do bem pode solicitar devolução dos impostos pagos à Sefaz (Secretaria da Fazenda). A restituição do IPVA é feita proporcionalmente aos meses do ano de 2024 em que os contribuintes deixaram de exercer a posse ou a propriedade sobre o veículo.

A solicitação pode ser feita também pelos proprietários que ainda não finalizaram a quitação do IPVA 2024. Nesse caso, a Sefaz, por meio da Receita Estadual, avaliará se haverá valor a ser restituído ou não. As instruções para fazer a solicitação podem ser consultadas no site da Sefaz.

Passageiros de quatro linhas de ônibus em Porto Alegre ganham mais 62 viagens em dias úteis.

Em continuidade ao processo de retomada do transporte público de Porto Alegre após os transtornos causados pelas enchentes de maio, quatro linhas de ônibus (T1, T4, T6 e T7) da empresa Carris tiveram ampliadas nessa quinta-feira (20) as opções de horário aos passageiros. A medida resultou em um adicional de 62 viagens em dias úteis.

Eduardo Beleske/Arquivo PMPA

Ampliação abrange T1, T4, T6 e T7, todas operadas pela empresa Carris.

São oito coletivos a mais, conforme determinado pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) – vinculada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU). As linhas abrangidas são transversais, ou seja, cruzam a cidade de lado a lado, percorrendo diversos bairros.

O Centro de Controle Operacional de Transportes da SMMU monitora e analisa diariamente a frota de ônibus municipal em tempo real, com um acesso ágil a informações importantes e que permitem a tomada de decisões estratégicas. Em apenas um dia desta semana, o sistema transportou 550 mil passageiros, o que representa quase 91% do volume de usuários a cada 24 horas no período anterior à catástrofe ambiental.

"Essa qualificação faz parte das ações do programa Mais Transporte, com o objetivo de melhorar o serviço prestado aos porto-alegrenses, e acompanha a retomada das atividades em nossa cidade", destaca o secretário de Mobilidade Urbana, Adão de Castro Júnior. "Com o aumento da oferta, é possível reduzir o intervalo das viagens e trazer maior agilidade, confiabilidade e conforto aos usuários do ônibus."

– T1: aumento de 20 viagens, divididas em dez por sentido.

– T4: aumento de 14 viagens, sendo sete por sentido.

– T6: aumento de sete viagens, com três no sentido Norte-Sul e quatro no Sul-Norte.

– T7: aumento de 21 viagens, incluindo 12 Norte-Sul e nove Sul-Norte.

Lotação para a Zona Sul

A prefeitura anunciou a tomada de medidas para garantir, a partir da próxima segunda-feira (24), o atendimento aos passageiros das linhas de lotação Restinga e Belém Novo, ambas na Zona Sul. Vencedora da concorrência pública que a habilita a prestar o serviço há dez anos, a empresa Inovasul decidiu suspender a atividade já neste sábado (22), porque a operação se tornou deficitária.

Diante da situação, a EPTC fará duas ações. A primeira é a utilização de um ônibus urbano para transportar passageiros por meio de uma logística que mantém os mesmos horários e itinerário dos lotações que deixarão de circular. Já a segunda iniciativa será a contratação de serviço emergencial para interessados em explorar as duas "kombis". Os detalhes estão em prefeitura.poa.br. (Marcello Campos)

Em Porto Alegre, empresas de baixo ou médio risco ganham mais 120 dias para renovar licenças e alvarás.

Arquivo/PMPA

Medida vale para empreendimentos que deveriam ter providenciado novo documento até o dia 2 de maio.

Nessa quinta-feira (20), a prefeitura de Porto Alegre publicou o decreto municipal nº 22.753, que prorroga por 120 dias a data de vencimento de licenças e alvarás para empresas de baixo ou médio risco, tais como padarias. A medida vale para todos os estabelecimentos com tal perfil na capital gaúcha e tinham o dia 2 de maio como prazo original para renovação.

Já para os empreendimentos de alto risco (casas noturnas etc.), os órgãos licenciadores realizarão análise individualizada dos processos. A titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDet), Júlia Evangelista Tavares, ressalta:

"A flexibilização foi pensada no impacto que inúmeras atividades econômicas sofreram, direta ou indiretamente, pelas inundações. Neste momento precisamos focar, ainda, na retomada da economia, bem como na manutenção dos empregos e da renda das famílias".

Também está autorizada a emissão de alvará provisório e dispensada a apresentação de licenças ou protocolos emitidos por órgãos de fiscalização prejudicados pelas enchentes de maio, inclusive aqueles que permanecem inoperantes.

Já as atividades econômicas situadas em áreas efetivamente atingidas poderão solicitar sinal-verde para atuarem em locais provisórios. Para isso, é necessária comunicação prévia à administração municipal.

"Food-trucks"

No início desta semana, um outro decreto municipal (nº 22.616) equiparou o comércio de bebidas coloniais e artesanais ao regramento dos "food trucks" – trailers para venda de lanches e outros produtos alimentícios. O licenciamento para a atividade é gratuito e com vigência de um ano. Mais informações no decreto 22.616.

Veículos para o comércio de cervejas, por exemplo, agora podem funcionar em espaços como ruas fechadas para o lazer em fins de semana ou feriados – antes, estavam autorizados a participar apenas em eventos. A licença é liberada em até cinco dias úteis.

"A equiparação dos serviços é mais uma maneira de contribuir com o crescimento dos negócios na Capital, ainda mais neste momento de fragilidade que a cidade vive", ressaltou a secretária Júlia Evangelista Tavares. "Ao menos 20 cervejarias tiveram perdas parciais ou totais nos seus estabelecimentos."

Mais informações sobre o serviço podem ser consultadas no WhatsApp da Sala do Empreendedor ou no portal da Sala do Empreendedor. O chat On-line do 156 e o aplicativo +POA (download no App Store ou Google Play) também são canais oferecidos pela prefeitura.

A SMDet também desenvolveu a "Cartilha da Gastronomia Itinerante" para orientar os empreendedores que desejam licenciar e comercializar produtos por meio de veículo automotor. O documento ressalta informações úteis, como a de que a venda de bebidas depende de autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária.

O conteúdo apresenta um passo-a-passo sobre a documentação necessária para licenciamento e liberação de alvará, locais permitidos e proibidos para a comercialização, dentre outros tópicos. Saiba mais em prefeitura.poa.br/smdet. (Marcello Campos)

Defesa Civil emite alerta para temporais em Porto Alegre.

A Defesa Civil de Porto Alegre emitiu um alerta preventivo para o risco de temporais isolados e chuvas intensas com volumes que podem variar entre 30 e 80 milímetros por dia. O alerta tem vigência até a noite desta sexta-feira (21). A previsão inclui rajadas de ventos superiores a 70 km/h, descargas elétricas e eventual queda de granizo.

O órgão orienta que a população, caso esteja em trânsito, procure um local seguro e aguarde o nível da água baixar. É recomendado evitar transitar em áreas sujeitas a alagamentos, inundações e deslizamentos. Em situações de emergência, a população deve buscar auxílio e abrigo temporário junto a parentes ou amigos, ou utilizar a estrutura disponibilizada pela prefeitura.

Alex Rocha/PMPA

O alerta tem vigência até a noite de sexta-feira.

Devido ao risco de transtornos, como inundações e enxurradas em córregos, arroios e rios, a Comissão Permanente de Atuação em Emergência (Copae) - formada por diversos órgãos municipais e estaduais - monitora as condições climáticas e os níveis do Delta do Jacuí. As equipes estão preparadas para prestar assistência à população conforme necessário.

Para dúvidas e emergências, a população pode entrar em contato com a Defesa Civil pelo telefone 199 ou com o Corpo de Bombeiros pelo 193.

Porto Alegre e outras cinco cidades contam com tendas de serviços básicos de saúde.

Comunidades de seis cidades gaúchas contam um total de 18 tendas públicas para prestação de serviços básicos de saúde em locais onde os postos ainda não puderam retomar os atendimentos, devido a transtornos relacionados às enchentes de maio. Na lista estão Porto Alegre, Cachoeirinha (Região Metropolitana), São Leopoldo e Novo Hamburgo (Vale do Sinos), Eldorado do Sul e São Jerônimo (Região Carbonífera).

Trata-se de uma iniciativa realizada em parceria entre a Secretaria Estadual da Saúde (SES) e o Serviço Social da Indústria (Sesi) no Rio Grande do Sul. O trabalho é realizado no âmbito do "Plano Rio Grande", centrado em três eixos de enfrentamento aos impactos da catástrofe: ações emergenciais, de reconstrução e com foco no futuro.

Cada unidade possui estrutura dupla para contemplar uma parte clínica e outra psicossocial, com apoio de equipes multiprofissionais. Confira, a seguir, a relação de locais que já contam com o serviço.

Porto Alegre

– 1 no bairro Humaitá (rua Frederico Mentz nº 143). – 1 no bairro Sarandi (avenida 21 de abril, na Praça Lampadosa). – 2 na Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Navegantes (avenida Franklin Roosevelt nº 5). – 1 no estacionamento do Cemitério Jardim da Paz (bairro Lomba do Pinheiro). – 1 no Largo Zumbi dos Palmares (antigo "Largo da Epatur, no bairro Cidade Baixa).

Eldorado do Sul

– 1 na UBS Loteamento Popular (rua Antônio Mariante – Loteamento Popular).

Divulgação/Ascom-RS

Número de estruturas deve chegar a 80, em áreas onde os postos permanecem indisponíveis devido às enchentes.

– 1 na UBS Cidade Verde (rua Batori José Rodrigues dos Santos nº 75).

Novo Hamburgo

– 2 na Unidade de Saúde da Família (USF) Getúlio Vargas (rua Bruno W. Storck nº 147, bairro Canudos). – 2 na USF Palmeria (rua Cristian Heineck nº 15, bairro Santo Afonso).

São Jerônimo

– 2 na Praça Júlio de Castilhos (rua Osvaldo Aranha).

São Leopoldo

– 2 na UBS Padre Orestes (avenida Mauá).

Cachoeirinha

– 1 na UBS da Avenida Capitão Garibaldi nº 1.301. – 1 na UBS da Travessa São Jorge nº 81. (Marcello Campos)

Nova ponte pênsil na cidade de Torres deve ser inaugurada nesta sexta-feira.

Após quase nove meses de obras, a nova ponte pênsil entre as cidades de Torres (Litoral Norte gaúcho) e Passo de Torres (SC) deve ser liberada à população na tarde desta sexta-feira (21). A estrutura anterior – destinada a pedestres – se rompeu durante o Carnaval do ano passado, causando a morte de um jovem e deixando dezenas de feridos.

A obra foi iniciada no final de outubro do ano passado e tinha conclusão prevista inicialmente para antes do Natal, o que acabou não ocorrendo. O custo foi superior a R$ 702 mil, bancado por meio de parceria entre as prefeituras e governo de Estado de Santa Catarina.

De acordo com a prefeitura do município catarinense, a travessia a ser reinaugurada possui uma série de melhorias, inclusive sob o ponto-de-vista da segurança. A passagem é quase 2 metros mais alta que a da ponte colapsada, a fim de se equiparar à da ponte de concreto utilizada por veículos e padronizar a passagem de embarcações náuticas.

A passarela também tem capacidade para suportar até 30 pessoas ao mesmo tempo. Mesmo assim, não serão permitidos mais que dez – na antiga, havia autorização para 20. Além de placas indicativas, esse aspecto será fiscalizado por videomonitoramento.

Outra novidade é um corrimão e a configuração mais estável contra o balanço da estrutura. A construtora também se comprometeu a realizar vistorias periódicas pelos próximos cinco anos, enquanto as prefeituras de ambos os lados da divisa devem compartilhar um cronograma de serviços de manutenção.

Relembre o incidente

Retornando de uma festa em 21 de fevereiro de 2023, cerca de 100 pedestres transitavam sobre a ponte quando os cabos de sustentação se romperam, fazendo com que a passagem em madeira ficasse parcialmente pendurada. Ao menos 30 pessoas caíram no rio Mampituba, enquanto outras se seguravam à estrutura.

O incidente deixou 16 feridos e causou a morte de Brian Grandi, 20 anos, um caxiense que se mudara com a mãe e a irmã para Torres no final de 2022. A queda foi filmada com a câmera do celular de uma testemunha.

Divulgação

Estrutura anterior cedeu em fevereiro de 2023, causando a morte de um jovem.

Nas imagens, que ”viralizaram” nas redes sociais e repercutiram nacionalmente, é possível ver a intensa movimentação de jovens sobre a ponte pênsil. Após a ruptura, ao menos um jovem aparece agarrado a um fio de iluminação noturna da estrutura, para não despencar sobre a água.

Sob olhares de dezenas de curiosos em ambos os lados do rio, as buscas ao rapaz contaram com a participação de um grupo de mergulhadores e o reforço de veículos náuticos como lancha, botes e jet-ski, além de helicóptero da Brigada Militar (BM).

A Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS) instalou na área um Sistema de Comando de Incidentes para organizar a logística dos trabalhos, com a participação da Defesa Civil e Polícia Civil. O corpo do jovem foi encontrado três dias depois, boiando no mar do litoral catarinense, a 3 quilômetros do local onde a vítima havia despencado. Segundo a perícia, o causa do óbito foi afogamento.

Já a ruptura da ponte foi alvo de investigações que demandaram meses de inquérito por parte das Polícias Civis dos dois Estados. Concluídos em julho (RS) e agosto (SC), os laudos apontaram uma combinação de péssima conservação com excesso de pessoas sobre a estrutura, inaugurada em 1984. Ninguém foi indiciado. (Marcello Campos)

Vereador de Alvorada é condenado por fazer propaganda eleitoral antecipada.

Divulgação

Legislação brasileira só permite a prática após o dia 15 de agosto.

A Justiça gaúcha condenou nessa quinta-feira (20) o vereador Cristiano Schumacher (PDT) por propaganda eleitoral antecipada à prefeitura da cidade de Alvorada (Região Metropolitana de Porto Alegre). Além de uma multa de R$ 5 mil, ele terá que remover todo o conteúdo irregular de sua candidatura publicado nas redes sociais.

O parlamentar havia sido denunciado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS). Conforme representação da promotora eleitoral Tássia Bergmeyer da Silveira, o investigado utilizou como pretexto uma "prestação de contas de seu mandato" quando na verdade a intenção era conquistar votos para sua candidatura no pleito municipal de outubro. Ele inclusive encomendou material publicitário com essa mal-disfarçada finalidade.

Ainda de acordo com a promotora, houve duas oportunidades em que Schumacher percorreu ruas do município, acompanhado de uma equipe de mais de 40 pessoas uniformizadas, em uma ação denominada "Schumacher Day". Foram distribuídos panfletos à população e postados coteúdos em suas redes sociais.

"A distribuição de panfletos, o uso de camisetas padronizadas e a divulgação das publicações nas redes sociais importam não somente em despesas consideráveis, como também indicam sobretudo uma coordenação estratégica equivalente à adotada em campanhas eleitorais", acrescenta Tássia. "A soma desses fatores permite reconhecer a configuração de propaganda eleitoral antecipada."

Pela legislação brasileira, a propaganda de candidatos é permitida somente após o dia 15 de agosto do ano em que será realizada a votação. Ou seja: ainda faltam quase dois meses.

Votação

A votação deste ano definirá vereadores e prefeitos. O primeiro turno está marcado para 6 de outubro e o segundo (onde houver necessidade) no dia 29.

Quem não puder comparecer às urnas deverá justificar o voto. Isso porque em eleições municipais não há a possibilidade do chamado "voto em trânsito", permitida somente em votações gerais (governador, deputado estadual, deputado federal e senador) nas capitais e municípios com mais de 100 mil eleitoras.

A justificativa deve ser apresentada preferencialmente pelo "e-Título", aplicativo da Justiça Eleitoral. No dia do pleito também é possível imprimir o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral (formato PDF) e entregá-lo preenchido nas mesas receptoras de votos ou de justificativas instaladas pelos tribunais regionais eleitorais e pelos cartórios eleitorais. Os detalhes estão no site tse.jus.br. (Marcello Campos)

rede pampa de comunicação

Presidente: Alexandre Gadret

Vice-Presidente: Paulo Sérgio Pinto

Diretores: Rafael Gadret e Christina Gadret

Editores: Marcelo Warth Neto e Fernanda Mendes Baldini

Redação: Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Érik da Silva Pastoris, Fabiane Mauricio Cunha, Fabricia Albuquerque, Laura Santos Rocha, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Empresa Jornalistica Pampa Ltda.
Rua Orfanotrófio, 711
CEP: 90840-440 - Porto Alegre - RS

Redação:
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial:
Fone: (51) 3218.2588

DESABRIGADOS CONTAM COM PLATAFORMA PARA EMPREGOS.

Por meio de parceria com a prefeitura de Porto Alegre, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) montou uma plataforma on-line para facilitar o acesso a vagas de emprego por desabrigados pelas enchentes do mês passado. Candidatos (e empresas interessadas em disponibilizar oportunidades) devem acessar o site carreiras. pucrs. br.

CONCURSO DA UERGS OFERECE 27 VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS.

Prosseguem até o dia 12 de julho as inscrições do concurso da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) para cargos em Porto Alegre e Interior. São 27 vagas de níveis médio, técnico e superior, nas atividades de agente administrativo, técnico em informática, técnico em laboratório, arquiteto, bibliotecário e engenheiro civil. Detalhes em fundatec. org. br.

EDITAL SELECIONA CRECHES PARTICULARES PARA TURNO INTEGRAL.

A edição de quarta-feira (19) do Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa) publicou edital para credenciamento de creches particulares interessadas em atender crianças de até 3 anos e 11 meses por meio do sistema de turno integral. As inscrições começarão na próxima segunda-feira (24) e a primeira lista de selecionados sairá no dia 28. Saiba mais em prefeitura. poa. br.

LOTAÇÕES RESTINGA E BELÉM NOVO: PREFEITURA SE MOBILIZA.

Com a desistência da empresa responsável pelas linhas de lotação Restinga e Belém Novo, a prefeitura de Porto Alegre anunciou duas medidas. Uma é a disponibilização de ônibus contemplando os dois itinerários, já a partir da próxima segunda-feira (23). A outra consiste na busca de uma operadora de transporte seletivo, mediante contratação emergencial.

RIO GRANDE DO SUL ACUMULA QUASE 43 MIL MORTES POR COVID.

Transcorridos quatro anos e três meses desde os primeiros casos de coronavírus no Rio Grande do Sul (março de 2020), o Estado acumula 42. 981 mortes por covid – a maioria envolvendo idosos e pessoas com problemas de saúde pré-existentes. Já os testes positivos totalizam quase 3,14 milhões, incluindo indivíduos que contraíram a doença mais de uma vez.

PESQUISA SOBRE DOENÇA DE PARKINSON RECRUTA VOLUNTÁRIOS.

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) está recrutando voluntários para estudo sobre a doença de Parkinson. É preciso ter ao menos 18 anos, diagnóstico compatível ou nenhum problema neurológico. Também exige-se disponibilidade para comparecimentos ao Centro de Pesquisa Clínica da instituição. Mais informações pelo telefone (51) 99881-1755.

HPS TEM ALTA DE 9% NAS INTERNAÇÕES POR QUEIMADURAS.

O número de internações por queimadura aumentou 9% no Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Porto Alegre desde junho de ano passado, em comparação a igual intervalo no período anterior. De acordo com estatística divulgada da Secretaria Municipal da Saúde, foram 282 internações e 23 óbitos, de um total de 2. 254 atendimentos ambulatoriais nos últimos 12 meses.

DOAÇÕES AO HEMOCENTRO DO RS SÃO AGENDADAS ON-LINE.

As doações de sangue para reposição de estoques do Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (Hemorgs) em Porto Alegre (avenida Bento Gonçalves nº 3. 722, bairro Partenon) passaram a ser agendadas neste ano por meio de uma plataforma on-line: desh. ageenda. com. br. É possível escolher dia e hora de comparecimento, com menor tempo de espera.

CENAS DO PASSADO DE PORTO ALEGRE ESTÃO NO SITE YOUTUBE.

A Polícia Civil prendeu em Gravataí (Região Metropolitana) uma mulher que forjou o próprio sequestro para obter dinheiro do marido. Sem desconfiar, ele foi até uma Delegacia denunciar que a companheira havia sido raptada devido a uma dívida de R$ 10 mil. O rastreamento de mensagens de suposto agiota revelaram tratar-se de um golpe.

EDITORA REIMPRIME LIVRO SOBRE A CÉLEBRE ENCHENTE DE 1941.

Segundo maior evento desse tipo na história de Porto Alegre, a enchente de 1941 inspirou o jornalista e escritor gaúcho Rafael Guimarães e publicar em 2009 um livro detalhado sobre o tema. Mas os exemplares restantes acabaram perdidos na inundação recorde de maio deste ano, motivando uma nova tiragem. Os detalhes estão no site libretos. com. br.

PRÊMIO DE ASSESSORIA DE IMPRENSA: INSCRIÇÕES ATÉ 6/AGOSTO.

A Associação Riograndense de Imprensa (ARI) recebe até o dia 6 de agosto as inscrições para o 4º Prêmio ARI de Assessoria de Imprensa. São três categorias: gestão pública, gestão privada e terceiro setor. Mais informações no site ari. org. br ou presencialmente na sede da entidade: avenida Borges de Medeiros nº 915, Centro Histórico de Porto Alegre.

NELSON COELHO DE CASTRO: DISCOGRAFIA NAS PLATAFORMAS.

A discografia completa do cantor e compositor porto-alegrense Nelson Coelho de Castro pode ser ouvida nas principais plataformas digitais de música. São seis álbuns de estúdio lançados desde o início da década de 1980, além do primeiro compacto e da participação em projetos coletivos e trabalhos fonográficos de colegas da música popular gaúcha.

LULA LAMENTA MANUTENÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS.

Um dia após o Banco Central (BC) interromper o ciclo de queda da taxa Selic, os juros básicos da economia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou a decisão. "Foi uma pena que o Copom manteve, porque quem está perdendo com isso é o Brasil, o povo brasileiro", disse Lula.

LULA LAMENTA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou as privatizações de grandes empresas do País. Ele citou diretamente a Eletrobras e a Vale. De acordo com o presidente, as duas poderiam estar atuando ao lado da Petrobras como indutoras da economia brasileira. A Eletrobras foi privatizada em 2022 pelo governo de Jair Bolsonaro.

PAÍS TINHA 9,4 MILHÕES DE EMPRESAS EM 2022.

O País tinha 9,4 milhões de empresas e outras organizações formais ativas em 2022, as quais ocuparam, em 31 de dezembro, 63 milhões de pessoas, sendo 50,2 milhões (80,0%) como pessoal ocupado assalariado e 12,5 milhões (20%) na condição de sócios e proprietários. Os salários e outras remunerações pagos totalizaram R$ 2,3 trilhões. O salário médio mensal foi R$ 3. 542,19, equivalente a 2,9 salários mínimos.

MEGA-SENA ACUMULA E PRÊMIO VAI A R$ 86 MILHÕES.

Ninguém acertou as seis dezenas da Mega-Sena 2739 nessa quinta-feira (20) e o prêmio para o sorteio deste sábado acumulou em R$ 86 milhões. Os números contemplados foram: 19 - 25 - 37 - 45 - 47 - 53. As 79 apostas que acertaram cinco números (quina) vão receber R$ 40. 920,93, cada. O jogo simples custa R$ 5. De acordo com a Caixa, a chance de acertar as seis dezenas dessa forma é de 1 em 50 milhões.

GOVERNO ANUNCIA INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NO CEARÁ.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou recursos do governo federal para melhoria da educação superior no Ceará. Serão feitos investimentos em quatro instituições de ensino superior que alcançam hospitais universitários, novos cursos e novos campi e obras de melhorias. O evento ocorreu no Palácio da Abolição, em Fortaleza, capital cearense.

DESEMBARGADOR DE SP É SUSPEITO DE VENDA DE SENTENÇAS.

A Polícia Federal (PF) investiga o desembargador Ivo de Almeida, da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), e advogados por suspeita de corrupção, respectivamente, por negociarem a venda e compra de decisões judiciais. O desembargador também é suspeito da prática de "rachadinha".

EM 5 ANOS, 85 MIL BRASILEIROS FIZERAM CIRURGIA PARA TRATAR GLAUCOMA.

Entre 2019 e 2023, cerca de 85 mil brasileiros passaram pela cirurgia de glaucoma. De acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), apenas no ano passado, foram realizadas 20. 248 cirurgias de glaucoma – uma média de 55 operações por dia. Os Estados que mais realizaram o procedimento foram São Paulo (18. 545), Pará (15. 230), Pernambuco (8. 847), Rio de Janeiro (8. 809) e Minas Gerais (8. 657).

CANTOR CHRYSTIAN MORREU POR INFECÇÃO GENERALIZADA APÓS PNEUMONIA.

A causa da morte do cantor Chrystian, que fez parte da dupla Chrystian e Ralf, foi uma infecção generalizada em decorrência de pneumonia agravada por comorbidades. Chrystian tinha 67 anos e o óbito foi confirmado pela família, por meio de nota. O velório ocorreu nessa quinta (20) em São Caetano do Sul, na Grande São Paulo.

ENCCEJA PUBLICA EDITAL DESTINADO A PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE.

O Inep publicou o edital do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) de 2024 para pessoas privadas de liberdade ou sob medida socioeducativa que inclua privação de liberdade. O exame avalia os aprendizados, competências, habilidades e saberes de jovens e adultos no processo escolar ou extraescolar.

JUSTIÇA HOMOLOGA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO LIGHT.

A Justiça do Rio homologou o plano de recuperação judicial do Grupo Light, aprovado pela Assembleia Geral de Credores no dia 29 de maio, com 99,41% dos votos favoráveis. A dívida total da concessionária de energia supera R$ 11 bilhões. O grupo é composto pelas empresas Light S/A, Light Serviços de Eletricidade S. A., Light Energia S. A. e Lajes Energia S. A.

PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA TEM 300 HECTARES ATINGIDOS POR INCÊNDIO.

O incêndio do Parque Nacional do Itatiaia, que que começou na última sexta-feira (14) já atingiu uma área de 300 hectares. A estimativa anterior foi de 200 hectares atingidos, mas, segundo o gestor do parque, Felipe Mendonça, a nova avaliação não significa aumento da área queimada. O que ocorreu é que foi possível fazer uma análise mais apurada dos dados de mapeamento.

FESTAS JUNINAS AUMENTAM ACIDENTES COM QUEIMADURAS.

Durante as festividades, muitos acidentes são relatados pelo manuseio de fogos de artifício e as típicas fogueiras. As mãos são as maiores atingidas nos acidentes. A maior ocorrência é atribuída a queimaduras de segundo grau, com lesões nos membros superiores: mãos e punhos – as partes mais expostas –, braços, tronco, rosto e olhos.

CRISE SANITÁRIA EM GAZA FORÇA MORADORES A VIVEREM ENTRE PILHAS DE LIXO.

Vômitos, diarreias e coceiras incessantes se tornaram comuns na vida de milhares de palestinos na Faixa de Gaza. Devido à guerra, muitos agora vivem cercados por enormes montanhas de lixo, que representam sérios riscos para a saúde pública e o meio ambiente. São estimadas mais de 330. 400 toneladas de resíduos sólidos acumulados, durante os mais de oito meses de conflito.

GOVERNO BRITÂNICO É ABALADO POR ESCÂNDALO DE JOGOS DE APOSTA.

O Partido Conservador britânico foi abalado por um escândalo de jogo em meio a campanha eleitoral que aponta uma derrota para a legenda do primeiro-ministro Rishi Sunak. A candidata Laura Saunders, que trabalhou para o partido e é casada com Tony Lee, diretor de campanha do partido, enfrenta uma investigação sobre supostos crimes de apostas.

CANADÁ INCLUI GUARDA REVOLUCIONÁRIA DO IRÃ EM LISTA DE GRUPOS TERRORISTAS.

O governo do Canadá incluiu a Guarda Revolucionária do Irã em sua lista de grupos terroristas e pediu aos seus cidadãos que saíssem dessa república islâmica. A Guarda Revolucionária, o exército ideológico do Irã, aparece na lista de terroristas dos EUA desde 2019. O Canadá agora pode congelar ativos, processar membros e proibir a eles qualquer transação financeira.

MILITARES ACUSADOS DE VIOLENTAR MENINA VÃO A AUDIÊNCIA EM EL SALVADOR.

Seis membros do exército de El Salvado são acusados dos crimes de privação da liberdade, estupro de menor ou incapaz e agressão sexual contra menor ou incapaz, todos com agravantes. Eles estão presos. Os militares surpreenderam a menina de 13 anos e outros três jovens em Mizata, uma praia no Pacífico muito visitada por turistas.

APÓS APAGÃO GERAL, FORNECIMENTO DE ENERGIA É RESTABELECIDO NO EQUADOR.

O serviço de eletricidade foi restabelecido em 95% no Equador após um apagão geral ocorrido na tarde desta quarta-feira (19) por falhas na rede de transmissão, anunciou o ministro encarregado de Energia, Roberto Luque. O apagão geral surpreendeu os equatorianos. As informações são que houve "uma falha na linha de transmissão que ocasionou uma desconexão em cadeia".

INCÊNDIO EM PAIOL DE MUNIÇÕES DEIXA MORTOS E FERIDOS NA ÁFRICA.

Pelo menos nove pessoas morreram e 46 ficaram feridas após um incêndio em um depósito de munições em N'Djamena, a capital do Chade, informou o governo do país africano. Alguns feridos estão em estado "extremamente grave", assinalou o ministro de Saúde Pública, Abdelmadjid Abderahim, sem dar detalhes sobre o número de vítimas civis e militares.

COLISÃO FRONTAL ENTRE TRENS DEIXOU DOIS MORTOS E NOVE FERIDOS NO CHILE.

Pelo menos duas pessoas morreram e nove ficaram feridas em uma colisão frontal entre trens ocorrida durante a madrugada dessa quinta-feira (20), no Chile. O impacto aconteceu na comuna de San Bernardo, ao sul de Santiago do Chile. Há um passageiro desaparecido. O acidente envolveu um trem de passageiros e outro de carga, com oito vagões transportando 1346 toneladas de cobre.

PAPA FRANCISCO FALA SOBRE OS REFUGIADOS.

O Papa recordou, na rede social X, que 20 de junho marca o Dia Mundial do Refugiado, instituído pela ONU. Diz a mensagem: "Os rostos, os olhos dos #refugiados pedem-nos para não virarmos as costas, não renegarmos a humanidade que nos irmana, para assumirmos as suas histórias e não esquecermos os seus dramas". Na Itália, nesta sexta (21) serão acolhidos 191 refugiados afegãos.

FAMILIARES DE VÍTIMAS DE ACIDENTES AÉREOS PEDEM MULTA.

Um grupo de familiares das vítimas de acidentes com aviões Boeing 737 MAX em 2018 e 2019 pediram ao Departamento de Justiça dos EUA a aplicação de uma multa de cerca de 24,8 bilhões de dólares à fabricante de aeronaves e que os responsáveis sejam processados. Eles reforçam que o crime da Boeing é o mais mortal na história corporativa dos EUA.

BEBIDA ADULTERADA DEIXA 34 MORTOS NA ÍNDIA.

Após o consumo de um lote de bebida alcoólica adulterada, ao menos 34 pessoas morreram e mais de 100 foram hospitalizadas na Índia, de acordo com as autoridades do estado de Tamil Nadu. O lote era uma mistura de 'arrack', uma bebida destilada típica da região, com metanol, afirmou o ministro-chefe de Tamil Nadu, M. K. Stalin, segundo a agência de notícias Press Trust of India.

FECUNDIDADE CAI NOS PAÍSES MAIS RICOS DO MUNDO.

As taxas de natalidade caíram drasticamente em alguns dos estados mais ricos do mundo e deverão permanecer baixas, à medida que as preocupações econômicas fazem com que as pessoas ponderem os custos de ter filhos. O levantamento aponta que as pessoas dos países membros optam agora por ter filhos mais tarde ou nem tê-los.

DUAS BALEIS BELUGAS SÃO LEVADAS DA UCRÂNIA À ESPANHA.

Em Kharkiv, cidade ucraniana sob bombardeios russos, duas baleias belugas do aquário NEMO, foram transferidas para o aquário Oceanogràfic, em Valência. A "operação internacional de alto risco" foi bem-sucedida. O macho Plombir, 15 anos, e a fêmea Miranda, de 14, chegaram na terça-feira (19) a Valência, "em condições de saúde delicadas".

O SUL
O JORNAL DA REDE PAMPA

Pessoas

Alexandre Gadret, presidente da Rede Pampa, acompanhado dos gestores do grupo de comunicação **Gustavo Gomes** e **Rafaela Kihs**, recebeu **Matheus Felipe** e **Toio Formagio**, lideranças do Frigorífico Borrússia, para um bate-papo sobre a história da empresa alimentícia, as expectativas para o futuro e o fortalecimento do relacionamento entre as companhias.

pessoas@osul.com.br

Foto: O Sul

Gustavo Gomes, Rafaela Kihs, Matheus Felipe, Toio Formagio e Alexandre Gadret

Foto: Humberto Santos

Victoria Teixeira Coufal, filha da empresária Nora Teixeira, e **Sebastião D'Ávila** casaram-se no civil em uma cerimônia íntima na cidade do Porto, onde vive a família do noivo, em Portugal. O evento contou com a presença de familiares e padrinhos. A festa principal de casamento acontece no início do próximo ano em Punta del Este e será organizada por Bettina Teixeira Becker, madrinha da noiva.

Foto: Leandro Araújo

Leandro Morando e David Hunner

Leandro Morando, liderança do Puerto Del Toro, realizou, ao lado de **David Hunner**, representante do Villagio Caxias, um coquetel de inauguração dos dois novos ambientes do restaurante. Os espaços, intitulados Puerto Wine e Puerto Lounge, prometem trazer mais conforto, sofisticação e vinhos inéditos para os clientes.

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 21 DE JUNHO

Príncipe William

Juiz Sadilo Vidal Rodrigues

Procuradora Maria Hilda Marsiaj Pinto

Eduardo Suplicy

Leandra Girardi

Luiz Antônio de Assis Brasil

Caroline Lima e Silva M. Panichi

Luiz Carlos Morlin

Ana Luiza Conti

Adeli Sell

Paola Vescosi Barbieri

Sérgio Cirne Lima

Valdete Saveren

Rafael Pedro

Iran Barbosa

Tainá de Melo

Welington Coimbra

Márcia Fontana

João Batista Marcos dos Reis

Miréille Almeida

André Milanezi de Jesus

Oscar Belmiro Manoel Pereira

Eduarda Pagot

Gilberto Spolidoro

Teresa Maria Schembri

Gilmar de Quadros

Marcivania do Socorro da Rocha Flexa

José Luis Costa Da Costa

Denério Neumann

Pedro Gil Machado

Hélida Lewis

José Carlos Becker de Oliveira e Silva

Pablo Nascimento Castro

Maria Isabel da Silva

Bruno Coutinho Martins

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 21 DE JUNHO

Fernando Luis Palaoro

Xaene Menezes Pereira

Jorge Stein

Liana Bazanela

Sérgio Furtado

Cristina Kirchof Fraga

Luciano Metzdorf

Manoel Luiz Duate Dias

Carolina Ceolin

Marco Antônio Pacheco

Chris Finger

Chris Pratt

Sandra Regina Arriens

Michel Platini

Nancy Vianna

Tiago Langendorf de Souza

Bia Horita

Gilson Luiz Fraga Nunes

Marinês Nascimento

Vanderlan Vasconcelos

Rosane Oliveira

Andréia Tavares de Souza

Erick Silva

Isabelle Rajchenberg

Paulo Abi-Ackel

Juliette Lewis

Sérgio Moussalle

Geruza Sbroglio

Zilvia Boesche

Sebastián Mellino

Nathalie Nunes Fróes

Jean-Pierre Mader

Marta Nieradkiewicz

Federico Kammerichs

Maria Dorothéa Franco

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

CLÁUDIO HUMBERTO

MINISTROS COMO ALVO IMPULSIONAM CPI DO ARROZÃO

A oposição viu saltar a adesão à CPI para investigar denúncias de falcatruas na suspeitíssima decisão de importar arroz sem a menor necessidade e contrariando previsão da própria Conab de safra maior em 2024/2025. Para o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS), os depoimentos do ministro Carlos Fávaro (Agricultura) e do ex-secretário de Política Agrícola Neri Geller implicam dois figurões do governo Lula: Rui Costa (Casa Civil) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário).

Faltam... 13

O dia amanheceu com 158 assinaturas pela instalação da CPI do Arrozão. Para sair do papel, são necessários 171 signatários.

Sai um, vêm dois

A 158ª adesão à CPI eras mantida em segredo ontem, após uma deputada sucumbir à pressão do Planalto, retirando a assinatura.

Cabo de guerra

Três deputados que orbitam ao redor de Arthur Lira (PP-AL) garantem que o presidente da Câmara é um entusiasta da criação da CPI.

Boi de piranha

Lira tem boa relação com Geller, de quem é correligionário. Entre os deputados, a avaliação é de que o ex-secretário virou bode expiatório.

Aliados resistem à chapa e querem escantear PT

O plano do PT de registrar candidaturas em todas as capitais, nas eleições deste, ano virou dor de cabeça para prefeitos que preferem não colar a imagem no partido de Lula. Em Recife (PE), João Campos (PSB) vive às turras com os petistas e deve oferecer a cadeira de vice ao PCdoB ou ao MDB, apesar da pressão da presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Campos não confia nos petistas e tem como favorito Victor Marques Alves (PCdoB), ex-chefe de gabinete de antigo elo ao PSB.

Feriado no domingo

O grupo de João Campos avalia que não soma votos dar a vaga de vice a petista: eleitores de esquerda tendem a votar no prefeito socialista.

Antes só...

Eduardo Paes (PSD), prefeito do Rio, reduto eleitoral de Jair Bolsonaro, sabe que dobradinha com o PT não corre o risco de dar certo.

O contrário existe

Em São Paulo, é o inverso. É o PT que reluta em assumir chapa com Guilherme Boulos (Psol). Há até apoio velado a Ricardo Nunes (MDB).

Pedalada 2.0

O Tribunal de Contas da União investigará (?) a contabilidade criativa do governo que alterou dados da Previdência para reduzir projeções de despesas e liberar recursos a aliados. “Práticas típicas do padrão PT”, conclui o autor do pedido, senador Rogério Marinho (PL-RN).

Galípolo no telhado

Com a derrota de Lula no Copom, que ignorou seus esperneios e cravou a Selic em 10,50%, subiu no telhado a opção do diretor Gabriel Galípolo para assumir a presidência do Banco Central no fim do ano.

Sem ter o que fazer

Sem temer o ridículo, o PT entrou na Justiça contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por “articulação política”. Faltou explicar que os indicados de Lula votaram pela manutenção da Selic.

Sr. Desajuste

“Desajustado é um presidente que mente desse jeito sem qualquer constrangimento”, rebate o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em defesa de Roberto Campos Neto, do BC, chamado de desajustado por Lula.

Bebê não é "monstro"

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) cobrou retratação do presidente Lula por chamar bebê fruto de estupro de “monstro”. “Que culpa ela tem? Equiparar a criança de um estupro ao estuprador é barbárie”.

Nissan lacradora

Desde 2021, a Nissan participa do ‘Princípios de Empoderamento das Mulheres’ da ONU Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas. Mesmo assim, até hoje, na América do Sul, há apenas uma mulher em cargo executivo de direção e nenhuma no Brasil.

Mentira como "prova"

A deputada Silvia Waiãpi (PL-AP), cassada pelo TRE-AP, diz que não fez harmonização facial com dinheiro de campanha. A parlamentar diz que o recibo é falso e que não fez tratamento dentário e nem harmonização.

Ativista expulso

Esquentou o clima entre um militante da esquerda e Gilvan da Federal (PL-ES), em reunião de comissão da Câmara. O ativista radical mostrou o dedo ao deputado, que levantou, enquadrou e providenciou a expulsão.

Pensando bem...

...“enviado especial” à cabeça do presidente não é cargo novo em muitas redações.

PODER SEM PUDOR

Ele era do contra

Presidente do Corinthians, Vicente Matheus usava as ligações com o poder, no regime militar. Teve um problema com terrenos na praia do Guarujá, em São Paulo, e um oficial da Marinha o ajudou. Ficou tão grato que lhe ofereceu uma festa. Orgulhoso, apresentava-o assim: “Este é o meu amigo almirante!” O oficial nada dizia, até que perdeu a paciência: “Eu não sou almirante. Eu sou contra-almirante.” O presidente do Corinthians não contou conversa: “Você é contra almirante? Pois também sou. São todos uns vigaristas!” Quase foi preso.

Com Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos

CADERNO COLUNISTAS

BICHO LIMPO

LEANDRO MAZZINI

Ao contrário do que muitos pensam, os bicheiros (em especial os do Rio de Janeiro) querem que o Jogo do Bicho seja regularizado e regulamentado. A mordida de impostos não importa nesse projeto de lei que avançou na CCJ do Senado, legalizando bingos, cassinos e o Bicho. O que está em jogo é que os veteranos bicheiros, já em idade avançada na maioria dos casos, querem deixar um negócio legal e dinheiro limpo para os herdeiros tocarem.

Vem encrenca

Depois da confusão na Comissão, aguardem mais no plenário. O PT progressista e o MDB conservador disputam a relatoria do PL 1904/24 na Câmara – de assistolia fetal, que prevê dura pena de prisão a mulheres. Está entre Odair Cunha (PT-MG) e a paulista Simone Marquetto (MDB). A assistolia, aborto de fato, consiste na injeção de um produto, através do útero, que atinge diretamente o feto e produz morte instantânea.

Brasil-China

O presidente Lula da Silva vai participar da próxima cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, em novembro em Lima, Peru, com a presença dos presidentes dos EUA e China. No mesmo mês, o Brasil sedia o G20, no Rio, com a presença de Xi Jinping. O líder chinês celebrará com Lula os 50 anos das relações diplomáticas. O gigante asiático destina 48% de todos os seus investimentos na América Latina ao Brasil.

Tour asiático

Em novembro, um grupo de deputados capitaneados por Claudio Cajado (PP-BA), voará para a Ásia, com escala em Moscou. O grupo irá à Rússia para reunião parlamentar do BRICS e emendará a missão até Baku, no Azerbaijão, para a COP-29. De lá, aterrissa em Astana, Cazaquistão, por onde 70% das exportações chinesas para a Europa têm de passar.

Bom entendedor..

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), apelou ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para que o Brasil congele todos os acordos militares com Israel, mas ouviu um sonoro “isso é impraticável”. De acordo com o chanceler, as importações de Israel são responsáveis pela manutenção de muitos equipamentos, incluindo aviões da EMBRAER. O Governo brasileiro, através da Defesa, tem centenas de milhões de contratos com empresas israelenses.

Desconfigurada

O novo plano urbanístico de Brasília aprovado é uma ode ao desmazelo arquitetônico que faria Oscar Niemeyer escarrar na Esplanada. A Câmara Distrital atende demandas de libaneses donos de hotéis pequenos, que agora poderão vender as construções para empreiteiras erguerem espigões de até 13 andares. O plano também vai fazer virarem concreto duas áreas de cerrado à beira do Lago Paranoá e próximo ao Palácio Buriti.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO C COLUNISTAS

PROJETO DO DEPUTADO GIOVANI CHERINI GARANTE PARA O ESTADO R$ 8 BILHÕES ESQUECIDOS NOS BANCOS

FLAVIO PEREIRA

O deputado federal Giovani Cherini (PL) apresentou à Câmara dos Deputados uma medida inovadora e de grande relevância para o Rio Grande do Sul no atual momento: o Projeto de Lei nº 2508/2024, que autoriza a utilização de recursos financeiros esquecidos no sistema financeiro nacional para a reconstrução do estado, devastado por pelas fortes chuvas e enchentes ocasionadas por efeitos da natureza no mês de maio de 2024. Pela proposta, os recursos esquecidos no sistema financeiro, atualmente depositados nos bancos, cooperativas, corretoras e outras instituições financeiras do país, sejam direcionados para a recuperação dos municípios gaúchos afetados pelas enchentes e tempestades. De acordo com o Artigo 1º do projeto, essa transferência será equivalente a 80% dos valores esquecidos, em uma única parcela, a ser realizada em até 10 dias úteis após a publicação da lei. Pela proposta, esses fundos serão integralmente depositados no Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), que terá a responsabilidade de gerenciar os investimentos voltados exclusivamente para a reconstrução das áreas afetadas. A justificativa de Giovani Cherini:
"O estado de calamidade pública impõe a necessidade de direcionamento urgente de recursos para infraestrutura, saúde, educação e apoio econômico aos gaúchos. Este projeto representa um meio viável e significativo para suprir os efeitos devastadores dos desastres climáticos e promover a retomada das atividades econômicas e sociais no RS", afirmou.

Embaixada de Israel presente na posse da Frente Parlamentar Evangélica

A embaixada de Israel no País enviou ao Congresso Nacional, seu porta-voz, Or Shaul Keren, para prestigiar a posse do novo presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara (Republicanos-AM). A solenidade ocorreu quarta-feira (19), na Câmara. Representantes da Confederação Israelita do Brasil (Conib) também marcaram presença.

Com relatório da deputada Franciane Bayer, Comissão aprova prorrogação de dívidas previdenciárias dos municípios

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou ontem Projeto de Lei 4271/23, que prorroga por mais 60 meses, após a data de vencimento original, o pagamento das dívidas previdenciárias dos municípios brasileiros renegociadas por meio do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), criado em 2000. O projeto teve a relatoria da deputada gaúcha Franciane Bayer (Republicanos), recomendou a aprovação da proposta, de autoria do deputado licenciado Vicentinho Júnior (TO) e do deputado Carlos Henrique Gaguim (União-TO). O texto define que a prorrogação será associada a desconto no valor dos juros e multas. No caso de pagamento à vista, o abatimento será de 100%. Se houver parcelamento, serão oferecidas duas opções: 90% de desconto das multas e juros em até três vezes; ou 70% de desconto em até seis vezes. Em março deste ano, os débitos totalizavam R$ 248,6 bilhões, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM). O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado Federal.

STJ proíbe Buser de oferecer viagens interestaduais no Sul

A segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça julgando o Recurso Especial (REsp 2.093.778 - PR) decidiu que Buser não pode oferecer viagens interestaduais no Sul. A decisão do STJ mantém a proibição da operação da Buser em viagens interestaduais nos três estados da região Sul sem prévia autorização da ANTT. Para o ministro Mauro Campbell, relator do caso, a empresa atua no circuito aberto (só ida ou só volta) com trajetos diários e cobrando passagens para operações conjuntas com outras empresas, o que configura transporte irregular.

Queimadas têm recorde histórico no Pantanal. Reina silêncio

O número de queimadas na região do Pantanal ultrapassa em 8% ao registrado na pior tragédia do bioma em 2020 e o o fogo se espalhou em 4,5 milhões de hectares, distribuídos em 21 municípios. Nos seis primeiros meses do ano o Programa BD Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta aumento de 8% em relação ao de 2020, que até então era considerado o pior ano do Pantanal. Cadê a Greta Thunberg, as ONGs mercenárias, os ecochatos e os ambientalóides?

Está difícil para o ditador Nicolás Maduro chancelar um novo mandato na Venezuela

Está cada vez mais difícil para o ditador Venezuela, Nicolas Maduro fazer uma mágica, e chancelar mais um mandato nas "eleições" marcadas para 28 de julho. Praticamente todas as pesquisas apontam vitória avassaladora da oposição representada por Edmundo González:

- Megaanálise: 61% para Edmundo González – 10% para Nicolás Maduro
- Hercón: 61% para Edmundo González – 23% para Nicolás Maduro
- MBResearch: 57% para Edmundo González – 19% para Nicolás Maduro
- Delphos: 55% para Edmundo González – 30% para Nicolás Maduro
- ORC: 51% para Edmundo González – 13% para Nicolás Maduro
- Datincorp: 50% para Edmundo González – 18% para Nicolás Maduro
- Datanálisis: 50% para Edmundo González – 20% para Nicolás Maduro
- Consultores21: 36% para Edmundo González – 25% para Nicolás Maduro
- Insight: 52% para Nicolás Maduro – 16% para Edmundo González
- IdeaData: 52% para Nicolás Maduro – 22% para Edmundo González

CADERNO COLUNISTAS

PANORAMA POLÍTICO

BRUNO LAUX

Empenho geral
Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o empenho de todos os congressistas na análise de ações voltadas aos municípios gaúchos atingidos pelas enchentes é necessário para reduzir as burocracias no envio de recursos ao RS. Em visita ao Vale do Taquari nesta quinta-feira, junto da Comissão Externa do Senado que acompanha a situação do estado, o petista se comprometeu em levar até Brasília, com "contundência", o que a população está pedindo.

Empenho geral II
Acompanhando a diligência da Comissão Externa do Senado no RS, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) defendeu que senadores de outros estados venham ao território gaúcho para "ver de perto" as destruições causadas pela recente catástrofe climática. O parlamentar pontua que a vistoria in loco deve auxiliar na somatória de forças para que mais recursos cheguem até as pessoas que se recuperam do evento.

Apelo reiterado
Frente à continuidade da greve dos professores universitários e técnicos administrativos de instituições federais de ensino, o presidente Lula voltou a apelar nesta quinta-feira pelo fim da paralisação. O chefe do Executivo destacou que o movimento vem prejudicando os alunos das entidades educacionais e mencionou que, quando fazia parte de movimentos sindicais, perdeu negociações por ser "muito radical".

Posicionamento cauteloso
Ao ser questionado sobre as eleições municipais deste ano, Lula afirmou que deve evitar posicionamentos que desagradem partidos aliados, de modo a driblar eventuais reflexos no Congresso. Apesar da estratégia de boa relação com a base governista, o presidente garantiu que deve fazer campanha contra adversários "ideológicos" e "negacionistas".

Proposta de renegociação
O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, apresentou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma proposta de renegociação das dívidas dos estados brasileiros. O Executivo propõe a redução dos juros dos débitos para 3% ou 2% com a contrapartida dos governadores de investimentos em educação, infraestrutura e de repasses para um fundo de equalização.

Kits veterinários
O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Fiocruz e a Universidade de Brasília, enviará 40 kits veterinários para atender animais impactados pelas inundações no RS. O conjunto de insumos integra itens como medicamentos, testes de doenças, suplementação alimentar e microchips identificadores.

Novos desdobramentos
As investigações sobre a "Abin Paralela" no governo Bolsonaro devem ganhar novos desdobramentos nos próximos dias. A Polícia Federal segue aguardando a homologação de acordos de colaboração premiada pelo STF, os quais têm potencial de ampliar o inquérito.

Tragédia anunciada
O senador Eduardo Girão (NOVO-CE) descreveu a aprovação do projeto que autoriza o funcionamento de bingos e cassinos na CCJ do Senado como uma "tragédia anunciada". O parlamentar defende que a proposta tramite em outras comissões da Casa antes de ir a plenário, pois a considera de potencial benefício ao crime organizado no país.

Idosos em foco
A Secretaria de Desenvolvimento Social do RS se reuniu nesta quinta-feira com representantes de entidades contábeis regionais e federais para debater o incentivo nacional de arrecadação às políticas públicas para pessoas idosas. A ação, integrada ao Plano Rio Grande, visa amenizar os reflexos dos recentes eventos meteorológicos na população gaúcha da terceira idade.

Hospedagem solidária
A prefeitura de Porto Alegre divulga nesta sexta-feira uma série de medidas relacionadas ao pagamento do programa Estadia Solidária na Capital. A iniciativa auxiliará no sustento da moradia provisória de famílias desabrigadas ou desalojadas pela recente catástrofe climática.

Hospedagem solidária II
A Câmara Municipal está analisando um projeto de lei que disponibiliza vagas de hospedagem social, em modalidade excepcional, por meio do credenciamento de estabelecimentos hoteleiros em Porto Alegre. A proposta, estendida também a pousadas, pensões e Organizações da Sociedade Civil, visa auxiliar no enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais oriundos do estado de calamidade pública na capital gaúcha.

União para reconstrução
O prefeito Sebastião Melo descreveu nesta quinta-feira a união entre os três entes federativos como fundamental para superar dificuldades no pós-crise climática e repor receitas dos municípios do RS. Em reunião com o governador Eduardo Leite e lideranças municipais, o chefe do Executivo porto-alegrense reiterou um pedido de ajuda à União para o equilíbrio das contas, a preservação de serviços e a reconstrução da cidade.

Retomada urgente
Ao reforçar a solicitação de apoio do governo federal, Melo destacou a importância do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para a economia gaúcha. O prefeito da Capital pontua como urgente a necessidade oferecer condições à concessionária Fraport para que o terminal seja colocado em funcionamento "o mais breve possível".

Plano de recuperação
Sebastião Melo entregou nesta quinta-feira à Câmara Municipal um conjunto de propostas integradas ao planejamento estratégico da prefeitura para a recuperação de Porto Alegre após as enchentes. O conjunto de ações está dividido em seis eixos principais de atuação, para os quais a gestão municipal projeta investimentos de aproximadamente R$ 850 milhões.

Prazos prorrogados
O Executivo municipal decidiu prorrogar por mais 120 dias o prazo de vencimento dos alvarás e das licenças para empresas de baixo e médio risco em Porto Alegre. Válida para todos os estabelecimentos da cidade, a normativa se aplica às atividades econômicas com documentação vencida antes do dia 2 maio.

Transparência na Saúde
A Câmara de Porto Alegre aprovou nesta semana a proposta que obriga a divulgação de lista informando a posição de espera para o atendimento de pacientes que aguardam pela realização de consultas, exames ou cirurgias na rede pública de Saúde. De autoria do vereador José Freitas (Republicanos), o texto prevê o aviso do tempo médio para cada processo e a relação dos habilitados para os respectivos procedimentos.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL **O SUL**. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

BRUNO LAUX

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Demandas dos migrantes

Representantes da comunidade migrante do RS entregaram nesta semana ao deputado Sergio Peres (Republicanos) uma série de demandas das famílias do grupo populacional que foram prejudicadas pelas inundações de maio. A comitiva solicitou apoio do parlamentar para a implantação de dois abrigos humanitários de passagem, respectivamente, em Lajeado e Porto Alegre, os quais contemplem um centro de referência especializado e sede do Fórum Estadual de Migrantes. Ao acolher as solicitações, Peres se comprometeu em intermediar junto ao Executivo estadual o avanço dos espaços, além de propor matérias no Legislativo em atenção às reivindicações da população migrante.

Agropecuária sustentável

A Comissão de Agricultura do Legislativo gaúcho aprovou nesta quinta-feira o parecer favorável ao projeto de lei que institui a Política Estadual de Fomento à Agropecuária Regenerativa, Biológica e Sustentável no RS. O deputado Adão Pretto Filho (PT), autor do texto, afirma que a medida deve fornecer atenção especial ao cuidado com o meio ambiente, a partir de alternativas sustentáveis, assim como à possibilidade de oferecer autonomia e renda ao agricultor e ao cuidado com a saúde dos consumidores e produtores. ”Essa é uma conquista que merece ser celebrada, pois estamos trilhando o caminho para uma alimentação mais consciente, agroecológica e acessível para todos”, destaca Pretto.

Posicionamento contrário

A deputada Delegada Nadine (PSDB) se manifestou nesta quinta-feira, no plenário da Assembleia gaúcha, contra o projeto em tramitação no Legislativo Federal que equipara a prática do aborto após 22 semanas ao crime de homicídio. A parlamentar, a qual destaca que é católica e contra o aborto de forma indiscriminada, afirma que a discussão é “mais política do que prática”, e pontua que o Brasil não está preparado para a proposta, uma vez que a maioria dos casos de violência sexual ocorrem contra crianças e adolescentes de até 14 anos. Nadine defende que, primeiramente, é preciso tratar de condições de acolher as mulheres estupradas e de políticas públicas para o abortamento legal.

Aeroporto em pauta

A Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado na Assembleia gaúcha aprovou nesta quinta-feira um pedido de audiência pública para ouvir a concessionária Fraport e conferir o cronograma da recuperação do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre. A discussão ocorre a partir de iniciativa do deputado Delegado Zucco (Republicanos), seguida por pedido dos deputados Miguel Rossetto (PT) e Stela Farias (PT), frente ao significativo impacto do fechamento temporário do terminal aeroviário para o RS. “A empresa concessionária tem responsabilidades com o Rio Grande do Sul. A Fraport anunciou pela imprensa que poderia até mesmo deixar o Estado. Precisamos garantir que os serviços, tão essenciais para os gaúchos, sigam sendo prestados”, defende Zucco.

Turismo em Viamão

O deputado Professor Bonatto (PSDB) participou nesta quinta-feira de uma reunião com empresários e representantes da secretaria de Turismo de Viamão. Autor de uma emenda de R$150 mil para a sinalização turística no município, o parlamentar dialogou com as lideranças locais sobre ações e medidas voltadas ao fortalecimento do setor, frente ao amplo número de destinos históricos, naturais e culturais da cidade. “O turismo foi fortemente impactado pela catástrofe que assolou o nosso estado. Precisamos, através das potencialidades de Viamão, dos grandes negócios e projetos que temos aqui, fortalecer esse setor, incentivar os turistas e os empreendedores”, destaca Bonatto.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

UM LAMENTO PELO EMPOBRECIMENTO DA ÉTICA POLÍTICA

WILSON PEDROSO

Os recentes embates, físicos e verbais, entre parlamentares nas dependências da Câmara Federal nos mostram muito sobre o que a política não deve ser. Sou do tempo em que as discussões político-partidárias eram sinônimo de enfrentamento com queda de braços exclusivamente no campo das ideias.

As batalhas de antes, puramente ideológicas, eram importantes e saudáveis para o fortalecimento do país. Tenho a opinião de que situação e oposição devem se enfrentar sempre, mas apenas por meio dos debates, de forma que as discussões possam resultar em melhores políticas públicas, em favor da população, e em uma democracia mais sólida.

Mas, muitas vezes, não é isso o que temos presenciado no Brasil. O discurso de ódio e a polarização raivosa estão extrapolando limites e nos guiando por um caminho perigoso, em que insultos e agressões começam a ser cada vez mais comuns.

É por esse motivo que assisto com verdadeiros constrangimentos às cenas que mostraram deputados federais partindo para o confronto em Brasília. O mais recente tumulto, que ironicamente ocorreu durante sessão da Comissão de Ética da Câmara, contou com variados xingamentos, empurra-empurra e até ameaças de briga fora do Congresso.

Para colocar fim ao episódio, a segurança da Casa teve de agir e pelo menos um dos envolvidos precisou de escolta.

Tão lamentável quanto as cenas de desrespeito protagonizadas pelos parlamentares, dentro de uma das casas mais importantes do Poder Legislativo, é o fato de o confronto ter sido gravado por diversas pessoas presentes. Em meio ao clima de tensão, assessores tiveram a frieza de ligar as câmeras de seus celulares e fazer as filmagens que viralizaram nas redes sociais, em grupos de aplicativos de conversas e na imprensa.

Ou seja, nos dias atuais, há quem esteja mais preocupado com a exposição midiática e com as curtidas nas redes sociais do que com os valores éticos que o exercício dos cargos eletivos exige. É um processo vergonhoso de empobrecimento da política nacional, em razão da necessidade de “lacração”, como diz a gíria do ambiente virtual.

O grande problema é que o caso não é isolado, sendo que situações de semelhante desmoralização não são raras na Câmara. Mas a enorme repercussão negativa em torno do último ocorrido exigiu reação do presidente Arthur Lira. Certamente, ele se viu pressionado pelas manchetes sobre “baixaria” na Casa, somadas ao fato de que as pesquisas de opinião têm mostrado má aprovação do Congresso junto à opinião pública.

Diante do clima insustentável, no início desta semana, Lira apresentou um projeto de resolução que muda o regimento interno da Casa e autoriza a Mesa Diretora a aplicar punições aos deputados que vierem a incorrer em atos de flagrante quebra do decoro parlamentar. A proposta tramitou em regime de urgência, que dispensa a análise das comissões e permite que o texto siga direto para a votação em plenário, o que aconteceu já no dia seguinte.

O projeto sofreu com algumas modificações, permitindo à Mesa Diretora apenas o encaminhamento de proposta de suspensão dos mandatos ao Conselho de Ética, a quem caberá a decisão. A análise do pedido deve ser feita no prazo de 72 horas e o afastamento poderá ser de até seis meses. A proposta foi aprovada, por 400 votos favoráveis e 29 contrários, mas gerou polêmica e diversos deputados, tanto de direita quanto de esquerda, fizeram protestos acalorados.

O projeto aprovado não mudou as condutas classificadas como quebra de decoro, mas apertou o cerco aos brigões com punições mais radicais. Os parlamentares que votaram contra temem que seus mandatos, conquistados a partir do voto popular, de repente, fiquem nas mãos dos integrantes da Mesa Diretora e do Conselho de Ética. E eles estão certos, essa não pode ser uma ferramenta de ameaça ou de uso político do regimento. Mas o fato é que Lira precisava dar uma resposta aos brasileiros e colocar freio às confusões dentro da Casa que preside.

É triste que o Brasil tenha chegado a tal ponto. Esta é a nova política? Lamento.

Torço para que a nova redação do regimento, mais rígida e punitiva contra as agressões físicas e verbais, surta efeito. Tenho esperança ainda de que as condutas com exageradas reações jamais sejam normalizas e que os eleitores nunca deixem de se indignar. Apenas eles podem exigir da classe política o respeito que o país merece. Wilson Pedroso é consultor eleitoral e analista político com MBA nas áreas de Gestão e Marketing

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

TENENTE DIRCEU CARDOSO GONÇALVES

MUITOS PARTIDOS, POUCOS CANDIDATOS VIÁVEIS

Nós, os simples eleitores, que, mesmo com toda simplicidade constituímos parte fundamental das eleições, temos o desconforto de nessa época, assistir o embate dos pretensos candidatos. Além daqueles que consideramos viáveis, pululam no cenário os que só aparecem a cada quatro anos e, na maioria das vezes, não conseguem viabilizar a vaga para concorrer. Mas todos têm o direito de buscar o seu lugar ao sol. Os que conseguirem a candidatura e obter os votos no dia das eleições serão os novos prefeitos e vereadores a partir de janeiro do próximo ano. Os demais terão de esperar por mais quatro anos e, os mais ousados, poderão correr atrás da opção de candidatar-se a deputado em 2026.

Com quase 30 partidos regularmente estabelecidos, é comum o surgimento das mais variadas figuras querendo ocupar o cenário político. Isso ocorre em todas as localidades desde as grandes capitais até os mais distantes grotões. E, além dos diretos interessados na disputa, ainda temos a interveniência dos cabos eleitorais de luxo. Deputados (estaduais e federais), senadores, governadores e até o presidente da República correm em socorro a seus aliados e pedem votos em seu favor na esperança de elegê-los e daqui a dois anos – quando se renovarão os governos e as casas legislativas estaduais e federais, poder contar com o apoio e o pedido de votos dos prefeitos e vereadores que ajudaram a eleger e mesmo daqueles que não se elegeram mais são gratos pela ajuda recebida.

A profusão de pretendentes aos cargos municipais – prefeito e vereadores – decorre do elevado número de partidos políticos. Cada partido pode apresentar um candidato a prefeito e vários a vereador mas os pequenos não têm filiados suficientes para enfrentar uma tarefa dessa natureza. Por isso fazem alianças e lançam chapas compostas pela reunião de várias legendas. É daí que vem o raciocínio de que em vez de três dezenas de partidos, o mais indicado seria que os nanicos se reunissem conforme a ideologia que defendem e fizessem apenas um partido grande.

Se assim fosse, teríamos, dois, três, no máximo cinco partidos e menor movimentação eleitoral. Todos os que hoje tentam a vida pública poderia fazê-lo, mas em vez de partir numa campanha, o fariam dentro dos partidos onde cada facção apresentaria seus concorrentes para a montagem da chapa a ser aprovada na convenção. Seria mais prático e menos oneroso. Haveria até economia de recursos públicos porque, todos sabemos, quem sustenta os partidos é o dinheiro do Tesouro, vindo dos impostos recolhidos pela população.

O excesso de partidos é flagrante. Se não houvessem obrigações a cumprir, não teríamos três dezenas, mas mais de cem agremiações. Isso porque existem mais de 70 pedidos de registros na Justiça Eleitoral, muitos deles certamente já caducos e sem possibilidade de um dia serem analisados. O próprio meio já se conscientizou da necessidade de enxugar. Tanto que hoje já é permitida a constituição das "federações partidárias". Elas são constituídas por partidos que se unem durante um período eleitoral e têm a obrigatoriedade de atuarem em bloco durante os quatro anos do mandato conseguido, tendo a opção de se separarem se a experiência não for satisfatória. Além da federação, há também a possibilidade de fusão, que é definitiva.

Os mais experimentados observadores do movimento político registram o excesso de partidos e a falta de lideranças. Tanto que nas mais recentes eleições presidenciais, tivemos o pleito polarizado entre dois candidatos um de esquerda e outro de direita) e não houve um terceiro, supostamente de centro, que reunisse condições de enfrentar os outros dois.

Agora, faltando ainda mais de dois anos para a eleição geral, encontramos diversas lideranças buscando decolar em voos políticos que os levem à condição de terceira via para bater de frente com Lula e Bolsonaro (ou quem este indicar se ainda estiver inelegível).

Assim estão os governadores Ronaldo Caiado (Goiás), Romeu Zema (Minas Gerais), Ratinho Júnior (Paraná), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e certamente ainda surgirão outros. Além do ambiente de disputa que se forma, ainda nos é colocada como prioritária a realização de uma ampla reforma eleitoral que torne o processo mais simplificado e seguro e tenha o condão de alavancar o surgimento de novas lideranças políticas em todos os níveis.

A conclusão de um processo eleitoral traz em seu bojo a satisfação dos vencedores (que são poucos) e a decepção dos perdedores que, num quadro partidário como o brasileiro, são numerosos. Assim sendo, é de bom alvitre que antes de entrar na disputa, o pretendente consulte humilde e sinceramente as suas possibilidades e, se não tiver confiança na sua viabilidade, não desista de contribuir para as mudanças e melhorias que você entende que o País, o Estado e o município requerem e você poderá participar, ajudando a eleger alguém que seja, na sua opinião, o mais adequado ao posto em disputa. Contribuir na vitória poderá ser mais satisfatório até do que vencer e indiscutivelmente melhor do que ser vencido... Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves - dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL **O SUL**. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO C COLUNISTAS

A NATUREZA CORRUPTIVA DO PODER

JOÃO CENTURION CABRAL

O que você faria se tivesse poder absoluto e a certeza de que nunca sofreria qualquer punição? Será que você deixaria os seus desejos mais sombrios guiarem suas ações? Platão, um dos filósofos mais influentes da história, apresentou em sua obra "A República" uma metáfora sobre esse tema que permanece relevante até hoje: o anel de Giges. No mito, Giges, um pastor de ovelhas, encontra um anel que lhe concede o poder de se tornar invisível sempre que desejar. Com essa relíquia em mãos, ele comete atos condenáveis, como conspirar e matar o rei da Lídia, assumindo o seu poder político sem represálias. Platão usa essa história para questionar se as pessoas seriam moralmente íntegras se tivessem a certeza de que não seriam descobertas.

A história de Giges nos leva à clássica pergunta: o poder corrompe? Certamente um poder extraordinário oferece inúmeras oportunidades para agir livremente, sem expectativas de repreensões. Contudo, isso não é a causa da derrocada da "bondade humana" ou do "senso de justiça". Neste caso, o poder está apenas revelando desejos já existentes, dado que, na ausência de consequências, o comportamento perverso prevalece. Ou seja, o poder somente traz à luz a fragilidade ética e os impulsos sombrios da nossa natureza. Quando alguém obtém poder, as tentações de benefícios pessoais fáceis, somadas à certeza de impunidade, podem degradar a maquiagem superficial dos discursos éticos. Ética não é discurso; é reflexão e ação.

Alguém poderia pensar, então, que o medo das consequências punitivas é a verdadeira bússola moral da nossa sociedade. Essa é uma crença simplista que muitos políticos e influenciadores querem que a população brasileira aceite, especialmente em ano eleitoral. Contudo, uma solução eficaz vai muito além dessa visão estreita. O aumento desmedido dos mecanismos repressivos apenas impulsiona o poder coercitivo daqueles que já o detêm. E, quanto mais poder uma pessoa acumula, maiores são as chances dela abusar de seus privilégios.

Por isso, a chave para amortecer a corrupção humana passa por limitar o poder a que uma pessoa pode ter acesso! Sim, o poder não é o culpado direto pelos desvios éticos, mas é o ambiente adequado para eles florescerem.

No mundo contemporâneo, vemos exemplos claros da interação entre poder e uma cultura de perversão: violência doméstica, assédio no trabalho, escândalos políticos, fraudes corporativas e abusos agressivos de autoridade, por exemplo. Esses comportamentos são comumente tolerados ou justificados. Enquanto algumas empresas e administrações públicas têm se empenhado para implementar medidas de transparência, outras só querem as sombras da invisibilidade. Não se enganem, sabemos o que eles querem ao tapar as câmeras nos uniformes de agentes públicos, colocar sigilos centenários em informações de interesse nacional ou silenciar a imprensa; querem o "anel de Giges". A invisibilidade é a ausência de consequências para malfeitos, ou seja, é poder absoluto.

O mito de Giges nos lembra da vulnerabilidade humana frente ao poder, nos desafiando a refletir sobre nossa própria natureza e a importância de cultivar uma ética pessoal sólida. No entanto, se quisermos expurgar a cultura do jeitinho, do suborno e da violência que permeia o cotidiano brasileiro, precisamos também limitar urgentemente as assimetrias de poder tão enraizadas em nossa sociedade. João Centurion Cabral – Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Coordenador do Laboratório de Neurociência Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 21 DE JUNHO

EFEMÉRIDES

Eventos

1933 — Adolf Hitler proíbe a existência de partidos não-nazistas na Alemanha.
1948 — O disco LP é apresentado pela Columbia Records no Hotel Waldorf-Astoria, em Nova York.
1964 — Luta pelos direitos cívicos nos EUA. Morte de três ativistas, na região de Meridian, deixa o "Mississipi em chamas".
1970 — Seleção Brasileira de Futebol conquista a Jules Rimet pela terceira vez, no Mundial do México.
1978 — Estreia do musical "Evita", de Andrew Lloyd Webber, em Londres.
1982 — John Hinckley, Jr. é declarado culpado pela tentativa de assassinato do presidente Ronald Reagan.
2004 — SpaceShipOne: Voo inicial da primeira nave espacial construída por empresas particulares.
2006 — Descobertos dois satélites de Plutão, batizados de Nix e Hydra.
2009 — A Gronelândia passa a ter um sistema de autorregulamentação.

Nascimentos

1839 — Machado de Assis, escritor brasileiro (m. 1908).
1868 — Graça Aranha, escritor brasileiro (m. 1931).
1905 — Jean-Paul Sartre, filósofo francês (m. 1980).
1919 — Nélson Gonçalves, cantor brasileiro (m. 1998).
1920 — Carlos Scliar, desenhista, gravurista e pintor brasileiro (m. 2001).
1941 — Eduardo Suplicy, político brasileiro.
1948 - Ian McEwan, escritor britânico.
1950 - Almir Chediak, produtor musical, empresário, violonista e compositor brasileiro (m. 2003).
1953 — Benazir Bhutto, política paquistanesa (m. 2007).
1955 — Michel Platini, ex-futebolista francês.
1961 — Manu Chao, músico francês.
1964 — Lorena Calábria, jornalista e apresentadora de televisão brasileira; e David Morrissey, ator britânico.
1973 — Juliette Lewis, atriz e cantora estadunidense.
1979 — Chris Pratt, ator estadunidense.
1981 — Brandon Flowers, músico estadunidense.
1982 — William, Príncipe de Gales.
1983 — Edward Snowden, analista de sistemas estadunidense.
1985 — Lana Del Rey, cantora estadunidense.
1999 — Natalie Alyn Lind, atriz norte-americana.

Falecimentos

1527 — Nicolau Maquiavel, historiador e cientista político italiano (n. 1469).
1969 — Henriqueta Martins Catharino, feminista e educadora brasileira (n. 1886).
2001 — John Lee Hooker, músico estadunidense (n. 1917).
2004 — Leonel Brizola, político brasileiro (n. 1922).
2008 — Scott Kalitta, piloto estadunidense de dragsters (n. 1962).
2010 — Hermann Gonçalves Schatzmayr, virologista brasileiro (n. 1936).
2012 — Ramaz Shengelia, futebolista georgiano (n. 1957).
2013 — Margret Göbl, patinadora artística alemã (n. 1938).

Renato Portaluppi lamenta fase do Grêmio, mas faz previsão: "Vai sair dessa situação e decolar".

O Grêmio chegou a cinco derrotas seguidas no Brasileirão na noite de quarta-feira (19) e entrou na zona de rebaixamento do torneio. O técnico Renato Portaluppi, porém, mantém a confiança na recuperação da equipe no campeonato.

Em entrevista coletiva depois da derrota para o Fortaleza, o comandante tricolor pediu a confiança da torcida e voltou a ressaltar os problemas vividos pelo clube, ressaltando a importância do clássico deste sábado (22) contra o Inter.

”O que eu posso dizer para o torcedor é para ter a mesma confiança de sempre no grupo, no nosso trabalho. Eu sei que ninguém gosta de perder, nós estamos no mesmo barco. O torcedor tem que ter paciência com o grupo, mais do que nunca, tem que entender, não é uma desculpa, mas ficar 35 dias longe da tua família, da tua cidade, da tua vida normal é complicado”, disse.

Lucas Uebel/Grêmio

”Muita gente está falando que isso não é desculpa. Não é, mas fica 35 dias longe da tua família, dos teus filhos”, declarou.

”Muita gente está falando que isso não é desculpa. Não é, mas fica 35 dias longe da tua família, dos teus filhos. A não ser que a pessoa não goste da família e dos filhos, aí pode ficar 100 dias. É um Grenal, uma semana, já falei com o grupo, continuar trabalhando para buscar o resultado positivo”, completou.

Renato ainda fez profetizou que o Grêmio irá ”decolar” em breve e irá se recuperar da fase ruim que vem passando.

”Lá na frente, quero que me perguntem que lá atrás eu falei que o grupo ia sair. Porque o Grêmio vai sair dessa situação e vai decolar, pode ter certeza. Apesar de todos os problemas que a gente tem”, afirmou.

”Eu sei que os jogadores estão desgastados, estão com a imunidade baixa, é por isso que a gente vem mexendo tanto. E não tem tempo para recuperar, fazer a revisão direito. Mas as pessoas acham que não influencia. Daqui a pouco, o Grêmio vai sair dessa situação e não é da boca para fora, eu conheço meu grupo”, finalizou.

Eduardo Coudet sobre vitória do Inter contra o Corinthians no Brasileirão: "Nunca senti perigo".

Após a vitória do Inter por 1 a 0 sobre o Corinthians na noite de quarta-feira (19) pelo Brasileirão, o técnico Eduardo Coudet disse acreditar que o time não correu perigo de deixar escapar o resultado, mesmo com uma equipe alterada pelas dificuldades.

Coudet chegou a dizer que alguns jornalistas e comentaristas presentes na coletiva após a partida entendem melhor a situação pela qual o Inter atravessa por já terem sido atletas e terem conhecimento do incômodo com a necessidade de ficar longe da família e concentrados em diversos hotéis.

Segundo o técnico colorado, a resposta em campo apareceu. Ele sabia que era fundamental apagar a imagem da atuação abaixo das expectativas na derrota por 2 a 1 para o Vitória no último domingo (16).

”Um lance que Fabrício segurou, uma bola aérea. Não lembro dessa. Quando falo, é com sinceridade. Nunca tive a sensação de que tivemos perigo”, apontou Coudet.

Além disso, o treinador também reforçou a ambição de alcançar o maior número de vitórias, mas citou as mudanças impedem uma regularidade de produção. Coudet também admitiu a venda do meia Maurício ao Palmeiras, enquanto a direção apenas reconhece a existência de uma negociação entre os clubes.

Sem revelar quem estará no clássico Gre-Nal, neste sábado (22), o técnico aproveitou para brincar com as opiniões que aparecem após cada partida do Inter.

”Quem jogará o Gre-Nal ainda não sei. Temos 48 horas de paz quando ganhamos. São 400 mil km/h, para cima ou para baixo. É uma montanha-russa. Hoje ganhamos do Corinthians e estamos em cima. Gosto de ter pressão, obrigação de ganhar, brigar. Sou o primeiro a dizer que brigaremos”, garantiu.

Ricardo Duarte/S. C. Internacional

”Gosto de ter pressão, obrigação de ganhar, brigar. Sou o primeiro a dizer que brigaremos”, disse o técnico colorado.

Com a vitória de quarta-feira, o Inter soma 14 pontos e ocupa o 9º lugar no Campeonato Brasileiro. Neste sábado, o Colorado visita o Grêmio no Couto Pereira, em Curitiba, às 17h30min, para disputar o clássico de número 442.

Olimpíada 2024 em Paris: É a primeira vez na história dos Jogos que o número de atletas do sexo masculino e feminino será igual.

Divulgação

Na última Olimpíada, em Tóquio, a porcentagem de competidoras mulheres foi de 48,8%.

Paris receberá 10.500 atletas durante a Olimpíada 2024, o menor número desde a Olimpíada de Sydney (Austrália) em 2000. Entretanto, essa é a primeira vez na história dos jogos que o número de competidores masculinos e femininos será igual: 5.250 atletas de cada sexo vão disputar as medalhas em 48 modalidades. Na última Olimpíada, em Tóquio, a porcentagem de competidoras mulheres foi de 48,8%.

Conforme o Comitê Olímpico Internacional (COI), a paridade de gênero só foi alcançada após iniciativas lideradas pelo COI, em parceria com grupos de interesse do Movimento Olímpico, que inclui Paris 2024, Federações Internacionais e Comitês Olímpicos Nacionais.

Desde as Olimpíadas do Rio de Janeiro, o número de atletas confirmados não ficava abaixo dos 11 mil. Segundo o COI, a cidade brasileira recebeu, em 2016, 11.238 atletas — em Tóquio, quando os jogos aconteceram em 2021 devido à pandemia, foram 11.090 esportistas.

De acordo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a previsão é que a delegação brasileira leve entre 270 a 300 atletas para Paris em 2024. Essa lista, segundo o COB, ainda não está fechada, pois vários atletas continuam disputando vagas para as Olimpíadas.

A lista com o nome de todos os atletas só será conhecida em julho. "A quantidade de atletas varia por países e depende das classificatórias. Cada país tem um número diferente de atletas e a escolha dos nomes depende de cada uma das modalidades, é um critério de cada confederação", explica o COI.

A França deve garantir 511 atletas nas Olimpíadas deste ano. O número de atletas deve ser mais equilibrado entre os competidores do sexo masculino e feminino.

Segundo o Comitê Organizador, Paris 2024 desenvolveu uma programação para os jogos que garante o equilíbrio entre os gêneros para as transmissões em "horário nobre", a fim de promover o esporte feminino para o público.

Outras ações para celebrar os jogos, envolvendo a igualdade de gênero, foram realizadas pelos franceses. Segundo o COI, apenas 1% das instalações esportivas na França levam nomes de mulheres.

Para contribuir na mudança, 70 autoridades contaram com a ajuda do comitê de Paris 2024 e comprometeram-se a renomear os locais. Em março, a cidade de Livry-Gargan, no subúrbio de Paris, nomeou seu primeiro campo de futebol como "Marianne Mako", jornalista esportiva que faleceu em 2018.

"Como a igualdade também envolve visibilidade, renomear essas instalações esportivas com nomes de mulheres é um desafio fundamental", disse Tony Estanguet, presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Paris 2024.

Dor na lombar: atividade feita 3 vezes na semana já reduz pela metade o problema.

Um hábito simples, que pode ser facilmente incorporado à rotina, traz grandes benefícios para quem sofre com dor na lombar. Caminhar pelo menos três vezes na semana praticamente dobrou o número de dias sem queixas de dor pelos pacientes. É o que mostra um novo estudo publicado ontem na revista científica The Lancet por pesquisadores das Universidades Macquarie e de Sydney, na Austrália.

O trabalho é o primeiro grande ensaio clínico a analisar a relação. Embora exercícios físicos já sejam recomendados para o tratamento da condição, os responsáveis pelo trabalho explicam que muitas vezes eles podem envolver entraves como a complexidade, a necessidade de supervisão e os custos para o acesso.

"As intervenções baseadas em exercícios para prevenir a dor nas costas que foram exploradas anteriormente são geralmente baseadas em grupos e precisam de supervisão clínica rigorosa e equipamentos caros, portanto, são muito menos acessíveis à maioria dos pacientes", diz Natasha Pocovi, pesquisadora da Universidade Macquarie e autora do estudo, em comunicado.

Nesse cenário, a caminhada, que dispensa supervisão e demanda apenas um tênis e disposição, é uma alternativa mais democrática – bastava saber se o impacto para as queixas na coluna também seria positivo.

"Caminhar é um exercício simples, de baixo custo e amplamente acessível, que pode ser praticado por praticamente qualquer pessoa, independentemente da localização geográfica, idade ou condição socioeconômica", diz o autor do trabalho e professor de Fisioterapia da Universidade Macquarie, Mark Hancock.

Para responder essa pergunta, foram recrutados 701 adultos que tinham sofrido recentemente com um episódio de dor na lombar. Eles foram aleatoriamente divididos em dois grupos, um que participou de sessões de caminhada, e outro de controle que não realizou a atividade, foi apenas acompanhado para comparação. Os voluntários foram monitorados por períodos que variaram de um a três anos.

No final, os resultados foram surpreendentes, afirmam os cientistas. Os participantes que caminharam relataram, em média, o dobro de dias sem recorrência do problema em relação aos demais.

"O grupo de intervenção (que fez as caminhadas) teve menos ocorrências de dor limitante da atividade em comparação com o grupo de controle e um período médio mais longo antes de ter uma recorrência, com uma mediana de 208 dias em comparação com 112 dias", diz Hancock.

Segundo o pesquisador, as pessoas no estudo caminharam de três a cinco vezes por semana, por uma média de 130 minutos ao todo. Ao jornal britânico The Guardian, ele destacou que os dados mostram que "não é necessário caminhar 5 ou 10 km todos os dias", o importante é "começar com caminhadas curtas e depois aumentar gradualmente a distância e a intensidade à medida que seu condicionamento físico aumenta".

Reprodução

Caminhar cerca de 130 minutos a cada sete dias praticamente dobrou o tempo em que pacientes permaneciam sem dor na lombar.

Entre os motivos para esse efeito positivo, ele diz que não se sabe exatamente qual é a razão, mas cita alguns fatores que se acredita estarem envolvidos nessa relação: "É provável que isso inclua a combinação de movimentos oscilatórios suaves, carga e fortalecimento das estruturas e dos músculos da coluna vertebral, relaxamento e alívio do estresse e liberação de endorfinas que fazem você se sentir bem", diz.

Além disso, ele lembra que a caminhada traz muitos outros benefícios para a saúde do corpo como um todo, "incluindo saúde cardiovascular, densidade óssea, peso saudável e melhora da saúde mental".

Pocovi acrescenta ainda que o programa de caminhadas se mostrou uma alternativa econômica: "Ele não apenas melhorou a qualidade de vida das pessoas, mas também reduziu a necessidade de procurar apoio de saúde e o tempo de afastamento do trabalho em aproximadamente metade".

"Nosso estudo demonstrou que esse meio eficaz e acessível de exercício tem o potencial de ser implementado com sucesso em uma escala muito maior do que outras formas de exercício", continua.

As conclusões são importantes especialmente devido à alta prevalência do problema pelo planeta. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a dor lombar é a principal causa de incapacidade no mundo.

Em 2020, as estimativas apontavam que cerca de 1 em cada 13 pessoas sofria com as queixas, o equivalente a 619 milhões de indivíduos em todos os países. O número representa um aumento de 60% em relação ao cenário de 30 anos antes, em 1990.

Além disso, o órgão estima que os casos de dor lombar vão aumentar para cerca de 843 milhões até 2050, com o maior crescimento na África e na Ásia, onde as populações estão aumentando e as pessoas estão vivendo mais.

21 de junho, Dia Internacional do Yoga.

Reprodução

O yoga vai além de ser apenas uma atividade física ou esportiva.

Originário da Índia, o yoga proporciona benefícios para o bem-estar físico, mental e espiritual das pessoas, conquistando popularidade mundial devido às transformações positivas observadas por seus praticantes. Assim, as Nações Unidas proclamaram o dia 21 de junho de cada ano como o Dia Internacional do Yoga, para conscientizar a população sobre seus benefícios.

Nesse sentido, o yoga vai além de ser apenas uma atividade física ou esportiva; simboliza a união integral do corpo e da mente. "Ao combinar posturas físicas, exercícios de respiração e meditação, pode-se melhorar o estado de saúde de maneira holística", afirma Dra. Dana Ryan, especialista em atividade física, nutrição e bem-estar e Diretora de Desempenho Esportivo, Nutrição e Educação na Herbalife.

A seguir, a especialista compartilha 5 benefícios de praticar yoga na rotina diária que vão transformar sua vida:

Reduz a ansiedade

Um dos princípios do yoga é focar na respiração consciente. Ao fazer várias respirações profundas, é possível acalmar o sistema nervoso e liberar a tensão muscular, reduzindo notavelmente os níveis de estresse e ansiedade.

Propõe o autoconhecimento

O yoga promove uma conexão profunda entre a mente e o corpo, permitindo aos praticantes explorarem seus pensamentos, crenças e sentimentos com maior clareza e compreensão.

Melhora o estado físico

Ao realizar diferentes movimentos e alongamentos, o yoga promove a flexibilidade e a mobilidade articular, além de fortalecer os músculos e melhorar a resistência física.

Ajuda na qualidade do sono

Ao praticar yoga, é possível estimular o sistema nervoso parassimpático, que é parte do sistema nervoso autônomo. Quando o sistema nervoso parassimpático está ativado, produzem-se respostas fisiológicas como a diminuição da frequência cardíaca, o relaxamento muscular, a melhora da digestão e a redução do estresse, facilitando a relaxação e o sono.

Proporciona sensação de bem-estar

O yoga pode promover a liberação de endorfinas, neurotransmissores que podem gerar sensação de bem-estar e felicidade. Também pode favorecer a liberação da serotonina ("hormônio da felicidade"), conduzindo a um melhor estado de ânimo no dia a dia.

Etiqueta a bordo: seis atitudes de passageiros que irritam comissários de bordo durante o voo.

Quando você está no avião, costuma cutucar o comissário de bordo para pedir um copo d'água? Ou entregar seu lixo bem na hora em que ele está passando com o carrinho de comida ou bebida? Ou mesmo arrisca um papo charmoso para tentar um upgrade para a classe executiva? Se você faz alguma dessas coisas, é melhor repensar seu comportamento nos ares.

Lixo

Um dos comportamentos dos passageiros que mais irritam os comissários de bordo é entregar lixo entre os horários reservados para a coleta. A atitude pode até parecer positiva, já que ninguém gosta de sujeira acumulada nas poltronas, mas há um momento certo para isso, quando os comissários estão com luvas e carregam recipientes apropriados. Aproveitar que o profissional está passando pelo corredor para se desfazer de um lixinho pode ser um baita inconveniente.

Por favor, não cutuque

Algo que realmente tira os comissários de bordo do sério é quando o passageiro encosta no braço, ou mesmo cutuca, para chamar a sua atenção ou pedir algo. O toque pessoal pode ser comum para muita gente de várias culturas, mas para outros tantos é inaceitável e constrangedor. Como as tripulações costumam ser formadas por pessoas de diversos lugares e origens, o ideal é presumir que o trabalhador em serviço não gostaria de ter seu espaço pessoal invadido.

Sem apelidos ou paquera

Outro comportamento bastante reprovado pelos comissários de bordo (e que afeta especialmente as mulheres) é quando um passageiro toma "certas liberdades" e passa a tratá-los com apelidos que não cabem naquele ambiente, entre pessoas que não se conhecem.

Termos como "querida", "gracinha", "princesa" e "boneca" são usados como elogios às comissárias. Os passageiros que se comportam dessa maneira acabam recebendo, por sua vez, um apelido: Philip. Essa é a maneira de o comissário alertar ao restante da tripulação a presença de um viajante inconveniente.

Piores até que os apelidos "carinhosos" são os flertes a bordo. Os comissários relatam que as paqueras se dão tanto como tentativa de um encontro amoroso a dez mil metros de altitude quanto para conquistar um upgrade para a classe executiva, por exemplo.

Reprodução

Um dos comportamentos dos passageiros que mais irritam os comissários de bordo é entregar lixo entre os horários reservados para a coleta.

Comida, só no horário certo

Algumas companhias aéreas permitem que seus passageiros de primeira classe (ou até mesmo na executiva, com menos frequência) escolham o melhor momento para fazer suas refeições a bordo. Mas esse é um privilégio para muitos poucos. Quem já voou de classe econômica sabe que todo mundo come ao mesmo tempo, e as questões são mais logísticas do que outra coisa.

Ainda assim, de acordo com os relatos dos comissários na internet, há passageiros que querem pedir sua comida ou bebida fora do momento do serviço de bordo. E isso realmente irrita a tripulação.

Deixe para os profissionais

Nem todos os passageiros são folgados ou desrespeitosos, é claro. Alguns querem até mesmo ajudar os comissários, mas podem acabar atrapalhando. Um dos exemplos mais frequentes é quando um viajante, por conta própria, decide arrumar as malas alheias no compartimento superior de bagagem. Mas isso, às vezes, dá até mais trabalho para os comissários.

Palavras mágicas

Por último, mas não menos importante: as palavrinhas que fazem mágica no chão também funcionam a dez mil metros de altitude. Para muitos comissários, o que mais irrita é o passageiro que não consegue dizer ao menos termos como "por favor" e "obrigado".

Google Brasil lança ferramenta para remover dados pessoais das buscas; entenda.

O Google apresentou a ferramenta "Privacidade nos resultados para você", permitindo aos usuários no Brasil solicitarem a remoção de dados pessoais dos resultados de busca. Informações como endereço residencial, número de telefone e e-mail podem ser excluídas a pedido dos usuários. A divulgação desses dados pode ocorrer em várias situações, como participação em concursos públicos, envolvimento em processos judiciais ou mesmo vazamento de dados.

Além da remoção dos dados pessoais, o sistema pode ser configurado para notificar o usuário quando novas páginas contendo essas informações aparecerem nas buscas.

De acordo com a empresa, o Google também permitirá a remoção de números de documentos oficiais, como CPF, CNH e passaporte. O Brasil será um dos primeiros países a oferecer essa funcionalidade para documentos de identificação.

É importante notar que a remoção dessas informações dos resultados de busca do Google não as elimina da internet, mas é um passo significativo para proteger dados privativos.

Como proceder

Acesse a página Privacidade nos Resultados. No celular, abra o aplicativo do Google, toque na sua foto de perfil e selecione "Privacidade nos resultados sobre você".

Clique em "Começar agora" e forneça dados pessoais como nome, endereço residencial, número de telefone e e-mail. Esses dados podem ser adicionados várias vezes, permitindo, por exemplo, que você informe seu endereço atual e anteriores.

O Google verificará se essas informações estão disponíveis na web e exibirá os resultados encontrados. Toque no ícone de três pontos ao lado do resultado e selecione "Remover". O Google excluirá essa informação dos resultados de busca, desde que atenda aos critérios de remoção do serviço.

Disseminação

As postagens veiculadas por policiais que disseminam discursos de ódio em programas de podcast e videocast no YouTube estão suspensas por determinação da Justiça Federal. A decisão atendeu parcialmente a pedidos

Freepik

De acordo com a empresa, o Google também permitirá a remoção de números de documentos oficiais, como CPF, CNH e passaporte.

do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU). A medida liminar atinge conteúdos específicos dos canais Copcast, Fala Glauber, Café com a Polícia e Danilsosnider.

De acordo com a ação, as postagens configuram também abusos no direito à liberdade de expressão. Ao decidir pela suspensão, e não exclusão definitiva, dos conteúdos, a Justiça quer assegurar a tutela de direitos humanos sem comprometer a liberdade de expressão e a atividade econômica dos réus, mantendo a reversibilidade da decisão até o julgamento final.

O procurador regional dos Direitos do Cidadão adjunto do MPF no Rio de Janeiro, Julio Araujo, classificou a medida como fundamental para combater esse tipo de postagem. "O estímulo à violência policial contido nesses vídeos estigmatiza a população negra, pobre e periférica, merecendo resposta do Estado e atuação da empresa que hospeda os canais", avaliou.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro também foi notificada para prestar informações sobre os procedimentos adotados para efetivar os termos da Instrução Normativa nº 0234/2023 (sobre o controle de postagens em redes sociais). O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro foi oficiado para que, no prazo de 15 dias, manifeste se tem interesse em compor o polo ativo da ação civil pública.

Instagram vai permitir comentários públicos nos Stories; veja como bloquear.

O Instagram está liberando, de modo gradativo, a possibilidade de fazer comentários públicos nos Stories, desde a quarta-feira (19). Assim como já se pode fazer nas publicações do feed, agora o usuário poderá deixar recados públicos nesse tipo de post. A ideia da novidade, que já chegou no Brasil, é aumentar a interação entre os diferentes perfis do Instagram.

Nesse caso, o comentário dura até o conteúdo desaparecer, dentro de, no máximo, 24 horas. O recado poderá ser lido por qualquer indivíduo que tenha acesso à publicação original, assim como já acontece nas lives que ocorrem no Instagram, por exemplo.

A alternativa surge com a mensagem ”Adicione comentários aos Stories dos seus amigos. Os comentários ficam visíveis para todos que visualizam o Story”. Por sua vez, para quem publica o Story, aparece uma notificação de que outras pessoas podem deixar comentários públicos no conteúdo.

Reprodução

No final do ano passado, esse mecanismo havia sido liberado sob o nome ”Hype”.

Para quem quer deixar um recado do tipo, é só clicar no balãozinho no canto inferior esquerdo da tela do Story. Então, uma nova aba será aberta, na qual a mensagem pode ser escrita e enviada.

Forma ampla

No final do ano passado, esse mecanismo havia sido liberado sob o nome ”Hype”. Agora, porém, o recurso está sendo disponibilizado de forma ampla, ainda que aos poucos. As mensagens podem ser restringidas pelo usuário, de forma que o dono do perfil tem a opção de desativá-las. Para isso, basta abrir a tela de publicação do Story, ir até a aba ”Comentários” e então clicar na seção ”Permitir comentários”. Então, é só selecionar a alternativa desejada.

O dono da publicação também pode optar por manter ou excluir a mensagem deixada, além de ter a opção de bloquear a conta que a enviou. Também é possível mandar uma mensagem de resposta e prosseguir com a conversa. Como a novidade ainda está sendo disponibilizada de modo gradativo, nem todos os perfis do Instagram têm acesso à funcionalidade por enquanto. Quem ainda não pode usar o mecanismo não consegue ver os comentários feitos em suas publicações, mas pode ser informado de que há uma interação desse tipo no post.

Atualizar

Uma vez que a novidade está em distribuição gradativa, nem todos podem acessá-la por enquanto (mesmo com o app atualizado na versão mais recente). Portanto, pessoas que não tiveram o recurso habilitado não podem ver os comentários feitos nas próprias publicações, embora sejam notificados de que há uma interação neste formato.

Se você está ansioso pela capacidade, vale atualizar o aplicativo para a versão mais recente e torcer para que os servidores do Instagram selecionem seu perfil para experimentar o recurso. As informações são do site Tecmundo.

Saiba por que astronautas ficaram "mais jovens" em viagem de 3 dias.

Estudo realizado com astronautas, durante uma missão espacial, mostrou que os tripulantes da nave ficaram mais jovens, pois apresentaram mudanças no código genético durante o período no espaço, que durou três dias.

A pesquisa foi divulgada no relatório Space Omics and Medical Atlas (Soma) in orbits, da revista Nature. A publicação é o maior compilado de dados de todos os tempos para medicina aeroespacial e biologia espacial, com pesquisas de mais de 100 instituições, de mais de 25 países.

O rejuvenescimento foi causado por alterações no DNA dos astronautas, identificados por meio de análises de sangue e amostras de pele. Essas mudanças foram registradas nos chamados telômeros, que são estruturas que envolvem os cromossomos humanos e, assim como todo o organismo, sofrem alterações com o avanço da idade e também pelo fator estresse.

Nesse período fora da Terra, essas estruturas se alongaram, o que representa, biologicamente, uma reversão temporária do envelhecimento. Os biólogos envolvidos no estudo consideram que essa foi uma resposta de defesa do corpo humano, por conta dos níveis de radiação no espaço sideral, que acabam sendo maiores que na Terra - protegida pela atmosfera.

Os pesquisadores envolvidos concluíram que os telômeros têm um papel fundamental para defesa das células contra danos do ambiente externo.

Mas, o trabalho ressalta que o "efeito rejuvenescedor" é temporário e possível somente nas condições gravitacionais e de ambiente do espaço. Quando voltaram para a Terra, as estruturas protetoras da extremidade dos cromossomos - telômeros - também retornaram para o estado natural registrado antes da viagem espacial.

"O corpo humano foi projetado para evolução natural, para viver a gravidade do nosso planeta e na evolução natural ele se adapta às condições locais. Quando você vai para o espaço, essas condições mudam bastante e é comum que o corpo se adapte. Já temos conhecimento disso acontecer quando eles ficam meses, mais de um ano, vemos mudanças radicais no corpo humano. A novidade desse estudo é essa mudança em tão pouco tempo, três dias para causar essa alteração", pontuou o astrônomo Alexandre Chermam, vice-presidente da Associação Brasileira de Planetários.

Divulgação

O rejuvenescimento foi causado por alterações no DNA dos astronautas, identificados por meio de análises de sangue e amostras de pele.

A pesquisa indicou ainda que alguns dos telômeros dos astronautas acabaram também acabaram encurtando após o pouso na Terra, mudanças bruscas nas estruturas celulares que podem representar riscos à saúde dos astronautas, como a propensão para doenças cardíacas. Se o rejuvenescimento é considerado um benefício, também existem outros prejuízos à saúde humana durante missões espaciais. A pesquisa aponta perda óssea e sinais de estresse cerebral.

"Os principais prejuízos à saúde de um astronauta são comprometimentos da estrutura muscular, ossos mais fracos, alterações de fluxo sanguíneo. Mas tudo isso é temporário. do mesmo jeito que se demora para adaptar às condições de microgravidade do espaço, você demora para readaptar para condições terrestres", explicou Chermam.

Um dos principais objetivos do trabalho é identificar todos os impactos na saúde para avançar com a exploração espacial, para criar estratégias que reduzam esses efeitos no corpo humano.

Primeira "grande paralisação lunar" em 20 anos acontecerá neste fim de semana; entenda o que é o lunistício.

Os amantes de astronomia poderão acompanhar mais um evento no céu neste fim de semana: a partir desta sexta-feira (21), o primeiro lunistício desde 2006 poderá ser observado. Durante esse fenômeno, a Lua nasce e se põe nos pontos mais ao norte e ao sul no horizonte e atinge suas posições mais altas e baixas, em um ciclo que dura 18,6 anos.

Esse evento ocorre quando as inclinações da Lua e da Terra atingem seu máximo e, neste fim de semana, irá de encontro com o solstício de inverno no Hemisfério Sul e de verão no Norte. Assim, no dia 21, a Lua nascerá no ponto mais a nordeste do horizonte e irá se pôr na posição mais a noroeste, o que deve fazê-la permanecer no céu por mais tempo.

Como observar

Entretanto, é importante saber que o fenômeno será visível somente no Hemisfério Norte, o que também variará de acordo com a localização e com as condições do céu no momento. Sendo assim, não será possível avistá-lo do Brasil. Um dos lugares mais apropriados para se assistir ao fenômeno será em Stonehenge, interior da Inglaterra.

Reprodução

Durante o lunistício, a Lua fica mais tempo visível no céu.

Milhares de turistas são esperados no local para o solstício de verão e a sobreposição do lunistício, incluindo cientistas que investigam a ligação de Stonehenge com a grande paralisação lunar. Alguns pesquisadores estudam a hipótese de que as pessoas que construíram o monumento estivessem cientes da grande paralisação lunar e, por isso, a Lua se alinharia à estrutura de pedra quando o fenômeno ocorresse.

O ângulo em que a Lua é vista é modificado a partir da latitude de observação. Além disso, a paralisação lunar não é um evento de apenas uma noite e, portanto, poderá ser observado em outros dias até o ano que vem.

A trajetória da Lua apresenta uma inclinação diferente em relação ao resto do sistema solar, onde os planetas, planetas-anões e asteroides orbitam dentro de um plano chamado de eclíptica.

A Terra gira em torno de um eixo inclinado a 23,4 graus em relação a esse plano, o que garante à Lua uma inclinação de apenas 5,1 graus em relação à eclíptica.

Isso faz com que os pontos de nascer e se pôr do satélite possam variar em 57 graus ao longo do ano. Quando a inclinação de ambos os corpos celestes atinge o máximo, a grande paralisação lunar ocorre, e a Lua alcança seus pontos mais extremos ao norte e ao sul do horizonte. As informações são do O Globo.

"Clube dos Vândalos" tem personagens inspirados em James Dean e Marlon Brando.

Quando Marlon Brando surgiu imponente liderando um bando de motoqueiros no cultuado "O selvagem" (1953), de Laslo Benedek, ninguém poderia imaginar como essa imagem causaria furor no mundo. "Clube dos Vândalos", baseado em fotos, é uma espécie de retrato etnográfico dos clubes de motociclistas que surgiram nos anos 1960, inspirados no filme de Benedek. E também aborda como esses grupos alternativos, que reuniam nômades e pessoas que não conseguiam se encaixar na sociedade, se tornaram, ao longo do tempo, gangues violentas e perigosas.

A história é narrada por Kathy (Jodie Comer), que conta como conheceu o grupo de motoqueiros "The Vandals". Ela acabou se casando com o rebelde Benny (Austin Butler) e foi obrigada a conviver com a lealdade do marido ao clube liderado por Johnny (Tom Hardy). Apesar de ficcional, esse recurso funciona com perfeição para retratar o ótimo livro fotográfico de Danny Lion, que documentou o período glorioso do final dos anos 1960 até o início de 1970.

O diretor Jeff Nichols, de "Amor bandido", de 2012, também responsável pelo roteiro, consegue exemplificar com equilíbrio vários tipos que faziam parte do clube, apesar do pouco tempo em cena de cada personagem. Para isso, ele contou com um elenco de rostos conhecidos que convence como pessoas de carne e osso.

Apesar do bom desempenho de todos, o filme pertence à dupla Austin Butler e Tom Hardy, inspirados, respectivamente, em James Dean e Marlon Brando. A mensagem de Jeff Nichols é clara: esses grupos queriam fugir de suas vidas patéticas em busca de uma liberdade idílica, mas, para isso, não é necessário uma motocicleta em alta velocidade, e sim enfrentar seus problemas de frente.

Biografia não autorizada

As biografias não autorizadas costumam vir recheadas de revelações polêmicas. O livro James Dean: Tomorrow Never Come, de 2016, escrito por Darwin Porter e Danforth Prince, afirma que o intérprete foi escravo sexual do lendário ator Marlon Brando e que também teve relações sexuais com Walt Disney.

A publicação conta que Brando conheceu o intérprete de Juventude Transviada (1955) quando este foi vê-lo em uma conferência em Nova York. Segundo os autores dessa nova biografia, Brando mais de uma vez contou aos amigos que o olhar de Dean o fez "queimar". Mas os atores só tiveram um momento para conversar no final da apresentação, quando Dean aproveitou para confessar seu amor e admiração e que o ator de O Poderoso Chefão respondeu com um beijo.

"Clube dos Vândalos", baseado em fotos, é uma espécie de retrato etnográfico dos clubes de motociclistas que surgiram nos anos 1960.

O livro, escrito por dois veteranos jornalistas de celebridades que conheceram as duas estrelas de Hollywood, traz entrevistas de alguns dos amigos dos atores, incluindo o compositor Alec Wilder. "Definitivamente eram um casal. É possível dizer que a 'fidelidade sexual' não fazia parte de seus vocabulários", lembra Wilder, e acrescenta que o próprio Dean lhe contou sobre o affair.

Mas as polêmicas revelações não falam somente da relação homossexual entre os dois ídolos do cinema, também acrescentam detalhes de sua vida sexual. De acordo com o escritor Stanley Haggart, amigo de Dean, os dois gostavam de praticar jogos sadomasoquistas. O protagonista de Apocalipse Now supostamente se divertia em apagar cigarros no corpo de Jimmy. O escritor afirma que enquanto Brando gostava de atormentar seu jovem companheiro, a quem via como um mero brinquedo sexual, Dean estava completamente apaixonado. "Acredito que Brando usava Jimmy sadicamente, que o seguia por todos os lados com a língua de fora", explica.

Apesar de ter-se especulado à época sobre a possível relação destes dois atores da década dourada de Hollywood, o intérprete de Vito Corleone sempre negou os rumores. De acordo com o Daily Mail, o livro também afirma que Dean manteve relações íntimas com Walt Disney, que muitos afirmam ter sido homossexual, mesmo sem que exista uma comprovação.

Paul McCartney volta ao Brasil para show em São Paulo.

Reprodução

Paul McCartney costuma reunir multidões em seus shows.

Paul McCartney volta ao Brasil este ano. Mais especificamente retorna a São Paulo, onde se apresentou em dezembro de 2023. Ele dará um show em 15 de outubro para comemorar os dez anos do Allianz Parque.

Foi justamente Paul que, nos dias 25 e 26 de novembro de 2014, estrelou os dois primeiros espetáculos na arena. Na ocasião, levou 50 mil espectadores em cada um desses dias. Agora, aos 82 anos, ninguém duvida que repetirá a dose.

James Paul McCartney , além de cantor, compositor e multi-instrumentista, é empresário, produtor musical, cinematográfico e ativista dos direitos dos animais britânico. McCartney alcançou fama mundial como membro da banda de rock britânica The Beatles, com John Lennon, George Harrison e Ringo Starr. Lennon e McCartney foram uma das mais influentes e bem-sucedidas parcerias musicais de todos os tempos, "escrevendo as canções mais populares da história do rock".

Após a dissolução dos Beatles em 1970, McCartney lançou-se numa carreira solo de sucessos e formou uma banda com sua primeira mulher Linda McCartney, os Wings. Ele também trabalhou com música clássica, eletrônica e trilhas sonoras.

Em 1979, o Livro Guinness dos Recordes declarou-o como o compositor musical de maior sucesso da história da música pop mundial de todos os tempos. McCartney teve 29 composições de sua autoria no primeiro lugar das paradas de sucesso dos EUA, 20 das quais junto com os Beatles e o restante em sua carreira solo ou com o grupo Wings.

Baixista canhoto

Paul McCartney é o canhoto e baixista mais famoso da história do rock, embora também toque outros instrumentos, como bateria, piano, guitarra, teclado, etc. É considerado como um dos mais ricos músicos de todos os tempos. Foi eleito, em 2008, o 11º melhor cantor de todos os tempos pela revista Rolling Stone. Fora seu trabalho musical, McCartney advoga em favor dos direitos dos animais, contra o uso de minas terrestres, a favor de comida vegetariana e da educação musical.

Em 1997 foi publicada a biografia intitulada Many Years From Now, autorizada pelo músico e escrita pelo britânico Barry Miles. Sua empresa MPL Communications detém os direitos autorais de mais de 3 mil canções, incluindo todas as canções escritas por Buddy Holly.

Como os outros três membros da banda, McCartney foi agraciado, em 1966, como Membro do Império Britânico. Porém, foi o primeiro membro dos Beatles a ostentar o título de "Sir", honraria que lhe foi concedida pela Rainha em 1997. Paul McCartney é vegetariano e já declarou à imprensa como tomou essa decisão: "Há muitos anos, estava pescando e, enquanto puxava um pobre peixe, entendi: eu o estou matando, pelo simples prazer que isso me dá. Alguma coisa fez um clique dentro de mim. Entendi, enquanto olhava o peixe se debater para respirar, que a vida dele era tão importante para ele quanto a minha é para mim".

É membro honorário e participante ativo das campanhas do PETA (People for the Ethical Treatment of Animals, ou Pessoas pelo Tratamento Ético dos Animais, em português).

Morre, aos 88 anos, o ator Donald Sutherland.

Faleceu nessa quinta-feira (20), em Miami, nos Estados Unidos, o ator canadense Donald Sutherland, aos 88 anos. Ele enfrentava uma doença que não informada. A notícia foi confirmada pelos agentes do ator à revista Hollywood Reporter.

Sutherland ficou conhecido pelos trabalhos em "M.A.S.H" (1970), "Orgulho e Preconceito" (2005) e "Jogos vorazes" (2012), quando interpretou o vilão Presidente Snow ao longo de quatro filmes.

Vencedor do Emmy pelo trabalho no telefilme "Cidadão X" (1995), o ator nunca foi indicado ao Oscar, mas recebeu uma estatueta honorária pelo conjunto de sua obra em 2017.

"Essa homenagem é muito importante para mim e minha família. É como se uma porta tivesse sido aberta e um vento refrescante tivesse tomado a sala. Queria poder agradecer a todos os personagens que interpretei e a multidão de pessoas responsáveis por eu estar aqui" agradeceu Sutherland na ocasião.

Getty Images

Notícia foi confirmada pelos agentes do ator à revista Hollywood Reporter.

O ator foi casado com as atrizes Lois Hardwick, entre 1959 e 1966, e Shirley Douglas, entre 1966 e 1971. Com a segunda teve dois filhos, os gêmeos Rachel e Kiefer Sutherland, conhecido pelo trabalho na série "24 horas".

Em 1972, Donald se casou pela terceira vez, com a atriz Francine Racette, com quem teve mais três filhos. Nascido em 17 de julho de 1935, em Saint John, no Canadá, Donald Sutherland foi um dos nomes mais ativos de Hollywood durante sua carreira, chegando a atuar em até quatro filmes por ano.

Com voz característica e marcantes olhos azuis, o ator ficou marcado logo no início de sua trajetória, em obras como "Os doze condenados" (1967), "M.A.S.H" (1970), "Os guerreiros pilantes" (1970) e "Klute, o passado condena" (1971).

O filho do ator, Kiefer Sutherland, publicou uma homenagem ao pai no Instagram. "Com um peso no coração, comunico que meu pai, Donald Sutherland, faleceu. Eu o considero um dos atores mais importantes da história do cinema. Nunca se deixou intimidar por um papel, fosse ele bom, ruim ou feio. Ele amava o que fazia e fazia o que amava, e nunca se pode pedir mais do que isso. Uma vida bem vivida", escreveu.

Após prisão, ingressos para show de Justin Timberlake são revendidos "a preço de banana" na internet.

Após ser preso por dirigir de maneira imprudente e estar sob efeito de substâncias, Justin Timberlake passou a enfrentar um novo problema. Os ingressos da turnê de seu álbum mais recente, Everything I Thought It Was, estão sendo vendidos por preços irrisórios na internet.

O cantor deverá se apresentar em Chicago, no United Center, nesta sexta-feira (21). Após o incidente, fãs começaram a revender os ingressos em sites como Seatgeek ou Ticketmaster por valores muito baixos.

No estado da Pensylvania, por exemplo, é possível adquirir os ingressos a partir de US$ 11, o equivalente a R$ 60, segundo a cotação atual. Ingressos para assentos na área superior direita do Estádio Hersheypark, custam até US$ 19 (R$ 103,60) cada.

Timberlake prometeu que continuará com a turnê apesar de seus problemas com a Justiça, com seus dois shows em Chicago no final desta semana programados para acontecer.

Segundo o Daily Mail, o cantor se desculpou com a equipe que está produzindo a turnê durante uma longa vídeochamada logo após sair da prisão.

Após ser liberado nas primeiras horas da manhã de terça-feira (18), ele teria entrado em contato com a equipe para garantir que sua turnê não seja afetada.

"Ele se certificou para que esta prisão não criasse tensão na equipe. Ele reagiu como um chefe, como alguém que é dono das suas coisas", disse um membro da equipe ao The Sun, acrescentando que Timberlake ainda teria admitido o erro e que "não deveria ter feito isso".

Reprodução

Desde o ocorrido, fãs começaram a revender as entradas, e show teve queda brusca de vendas.

Oito ótimos filmes brasileiros ignorados pelo Oscar.

Nos últimos anos, com a chegada de membros mais diversos à Academia de Artes e Ciências Cinematográficas (AMPAS), títulos sul-coreanos, franceses e mexicanos conquistaram vitórias em categorias que vão além do prêmio de filme estrangeiro. Esse processo de internacionalização do evento, no entanto, ainda não gerou frutos para o cinema brasileiro.

O Brasil nunca conquistou um Oscar. Aliás, há pelo menos quatro anos, o País sequer é lembrado pela premiação. A última vez que cruzamos o tapete vermelho foi em 2020, ano em que Democracia em Vertigem, de Petra Costa, foi indicado a Melhor Documentário - e perdeu para Indústria Americana.

Filmes ignorados

Dona Flor e Seus Dois Maridos (1976). Baseado no romance homônimo de Jorge Amado, o filme conta a história de Dona Flor, uma mulher casada com Vadinho, um marido boêmio e irresponsável. Após a morte de Vadinho, Dona Flor casa-se com o sério e respeitável Teodoro. No entanto, ela começa a ser assombrada pelo espírito de Vadinho, que continua a buscar sua companhia. O filme é uma comédia dramática que explora temas de amor, desejo e dualidade.

Pixote, a Lei do Mais Fraco (1980). O filme aborda a vida de um menino de rua chamado Pixote, que vive no Brasil e se vê envolvido em um mundo de criminalidade, violência e exploração. Pixote foge de uma instituição de menores e passa a sobreviver nas ruas, enfrentando uma série de situações brutais e desumanizadoras.

Cabra Marcado para Morrer (1984). Originalmente concebido como uma dramatização da vida de João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962, o filme acabou se tornando um documentário. Interrompido pelo golpe militar de 1964, o projeto foi retomado 17 anos depois, documentando as mudanças na vida dos personagens reais.

O Auto da Compadecida (2000). Baseado na peça de teatro de Ariano Suassuna, o filme é uma comédia que mistura elementos de folclore e literatura nordestina. A história segue as aventuras de João Grilo e Chicó, dois nordestinos pobres que usam sua astúcia para sobreviver. Eles se envolvem em diversas confusões, inclusive com figuras religiosas e místicas.

Divulgação

Baseado na peça de teatro de Ariano Suassuna, o "Auto da Compadecida" é uma comédia que mistura elementos de folclore e literatura nordestina.

Carandiru (2003). Baseado no livro "Estação Carandiru" de Dráuzio Varella, o filme retrata a vida dentro do maior presídio da América Latina, o Carandiru, em São Paulo. Foca na relação do médico com os presos e culmina com o trágico Massacre do Carandiru, em 1992.

Que Horas Ela Volta? (2015). O filme aborda as complexas relações de classe no Brasil, através da história de Val, uma empregada doméstica que trabalha para uma família de classe alta em São Paulo. A chegada de sua filha, Jéssica, que vem do Nordeste para prestar vestibular, desafia as dinâmicas estabelecidas na casa e levanta questões sobre hierarquia social e afetiva.

Bacurau (2019). Situado em um futuro próximo, o filme segue os habitantes de Bacurau, uma pequena comunidade no sertão brasileiro, que descobrem que sua cidade sumiu dos mapas e que estão sendo caçados por um grupo de estrangeiros. Eles se unem para enfrentar a ameaça.

Marte Um (2022). O filme acompanha uma família de classe média baixa em um Brasil pós-Bolsonaro, focando na vida de Deivinho, um garoto que sonha em ser astrofísico e colonizar Marte. A narrativa explora os desafios e as aspirações de cada membro da família em um contexto de mudanças sociais e políticas.

Antes da fama: veja quais foram as primeiras postagens de estrelas da internet no Instagram.

Pioneiros quando o assunto é influência digital, influenciadores se tornaram verdadeiras celebridades, contando com milhões de fãs e seguidores que esperam ansiosamente por atualizações de suas vidas nas redes sociais. Alguns preferem compartilhar luxo e glamour, e outros o que chamam de "vida real". Mas longe dos cliques elaborados, feitos com equipamentos profissionais e os roteiros de postagens, muitos deles começaram na web com publicações mais humildes, que nada têm a ver com a vida de estrela que levam atualmente.

Bianca Andrade

Como ela mesma gosta de dizer, Bianca Andrade, mais conhecida como Boca Rosa, começou na internet quando tudo ainda era mato. A influenciadora e empresária começou a carreira dando dicas de maquiagem e beleza em 2011, mas sua primeira postagem no Instagram foi completamente diferente das atuais, onde ela usa de diversas estratégias de marketing. A carioca compartilhou o primeiro registro na rede social em 17 de outubro de 2012 ao lado de uma amiga que estudava com ela num colégio público. Hoje, Bianca conta com nada menos do que 20 milhões de seguidores no Instagram e é uma das principais redes de trabalho para sua marca de maquiagem.

Rafa Kalimann

Arrepiou! A influenciadora e atriz ganhou visibilidade nas redes sociais pelo seu trabalho como digital influencer e suas ações sociais nas ONGs africanas. O sucesso na web com seus mais de 21 milhões de seguidores levou Rafa ao "Big Brother Brasil 20", e ao terceiro lugar da competição. Em sua primeira foto no Instagram, compartilhada em 28 de fevereiro de 2012, a influenciadora aparece completamente diferente dos dias atuais. "Muita paz e muito amor nesse dia maravilhosoo!", escreveu Kalimann.

Kéfera Buchmann

A atriz e influenciadora ficou conhecida pelos vídeos que postava em seu canal no YouTube, sendo uns dos primeiros a bater o número de 1 milhão de inscritos. Atualmente, Kéfera tem quase 17 milhões de seguidores no Instagram. Por lá, sua primeira foto foi compartilhada em 11 de maio de 2012. Kéfera estreou na rede com a imagem de um caderno com uma frase em inglês: "Who cares? I Do. (Quem se importa? Eu, sim"

Reprodução/Instagram

Carlinhos Mais, Bianca Andrade e Virginia Fonseca.

Carlinhos Maia

Sensação na internet e seguido por nada menos que 31 milhões de seguidores, Carlinhos Maia postou sua primeira foto foi numa rádio com as candidatas ao concurso de Miss Alagoas em 2013. Chama atenção que quem aparece no registro também é Lucas Guimarães, marido do Alagoano.

Felipe Neto

Influenciador e youtuber tem mais de 17 milhões de seguidores só no Instagram. Conhecido por suas opiniões e críticas a celebridades, livros e filmes, Felipe postou sua primeira foto com sua mãe, Dona Rosa. "Mamãe Rosa", escreveu o influenciador na legenda do post. Ele aparece com barba e cabelos grandes, diferentemente do que usa atualmente.

Virginia Fonseca

Uma verdadeira celebridade quando se fala em internet e influenciadora, Virginia Fonseca tem mais de 47 milhões de seguidores no Instagram. A influenciadora, que é conhecida pela vida de luxo, sucesso e polêmicas, postou sua primeira foto em janeiro de 2015. Ela aparece em uma praia, de biquíni e com os cabelos menos loiros que usa atualmente. Virginia começou a ter destaque na web por vídeos de humor e desafios que fazia com seu ex-namorado, o também influenciador Rezende.

A morte de Chrystian: o que é o rim policístico, doença que o cantor enfrentava.

O cantor sertanejo Chrystian, que formava dupla sertaneja com Ralf, morreu na noite de quarta-feira (19) aos 67 anos. Chrystian estava internado no Hospital Samaritano em São Paulo desde fevereiro, quando foi hospitalizado para tratar de rim policístico, uma condição genética.

Embora a causa oficial da morte não tenha sido divulgada pela família, a doença renal foi um fator crucial para a morte do artista. Chrystian chegou a se preparar para um transplante renal, mas o procedimento havia sido adiado para o final do ano.

O rim policístico é uma condição genética que causa o desenvolvimento de cistos nos rins. Segundo informações da Rede D'Or, esses cistos podem causar inchaço e dilatação dos rins, levando a problemas como hipertensão, infecções urinárias frequentes e, em casos mais graves, insuficiência renal.

Chrystian foi diagnosticado com rim policístico em fevereiro deste ano. A doença já estava em um estágio avançado, comprometendo a função renal do cantor. Apesar de se preparar para um transplante renal, Chrystian não resistiu às complicações da doença.

Reprodução Redes Sociais

Chrystian foi diagnosticado com rim policístico em fevereiro deste ano. A doença já estava em um estágio avançado.

Embora não exista cura para o rim policístico, existem medicamentos que podem ajudar a retardar a progressão da doença. Em casos mais graves, o transplante renal pode ser necessário.

De acordo com o Pós PhD em neurociências, especialista em genômica e coordenador do projeto GIP - Genetic Intelligence Project, dedicado a analisar a influência da genética na inteligência e o uso de testes genéticos, Dr. Fabiano de Abreu Agrela, condições genéticas, como a doença que o cantor Chrystian sofria podem ser diagnosticadas precocemente com testes genéticos, ajudando a tornar as abordagens mais eficazes.

"As condições genéticas podem ser identificadas antes mesmo dos primeiros sintomas aparecerem através de testes genéticos, isso ajuda a iniciar tratamentos preventivos que são mais eficazes, reduzindo os impactos da doença".

Carreira

A dupla sertaneja Chrystian & Ralf surgiu em 1976, quando os irmãos, ainda adolescentes, começaram a se apresentar em bares e casas noturnas de Goiânia. Com talento e carisma, logo conquistaram o público e a atenção da indústria musical.

Em 1984, lançaram seu primeiro disco, "Chão de Estrelas", que impulsionou a dupla para o cenário nacional. O álbum trazia sucessos como "Evidências" e "Deixa a Vida Me Levar", que se tornaram clássicos atemporais do sertanejo. Ao longo dos anos 80 e 90, Chrystian & Ralf se consolidaram como uma das duplas mais populares do Brasil. Lançaram 22 álbuns de estúdio, vendendo milhões de cópias e lotando shows por todo o País.

No ano de 2021, após mais de 40 anos juntos, os cantores Chrystian e Ralf decidiram seguir carreira solo. Assim, Chrystian lançou seu primeiro álbum solo, "Alma Sertaneja", em 2022, e continuou a apresentar-se em shows e eventos pelo Brasil. As informações são do portal Terra.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL:

Eduardo Leite

Gabriel Souza

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

Adolfo Brito

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Alberto Delgado Neto

PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Sikinowski Saltz

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Nilton Leonel Arnecke Maria

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL

Marco Peixoto

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Cunha da Costa

OS 3 SENADORES DO RIO GRANDE DO SUL:

Hamilton Mourão

Luis Carlos Heinze

Paulo Paim

PREFEITO E VICE-PREFEITO DE PORTO ALEGRE:

Sebastião Melo

Ricardo Gomes

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Mauro Pinheiro

AUTORIDADES MÁXIMAS DAS FORÇAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL:

EXÉRCITO

General Hertz Pires do Nascimento, Comandante Militar do Sul, em Porto Alegre.

MARINHA

Vice-Almirante Augusto José da Silva Fonseca Junior, Comandante do V Distrito Naval, em Rio Grande.

AERONÁUTICA

Major Brigadeiro do AR Vincent Dang, Comandante do V Comando Aéreo Regional (V COMAR), em Canoas.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:

Adolfo Brito
Presidente

Paparico Bacchi
1º Vice-presidente

Eliana Bayer
2ª Vice-presidente

Pepe Vargas
1º Secretário

Vilmar Zanchin
2º Secretário

Luiz Marenco
3º Secretário

Dr. Thiago Duarte
4º Secretário

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:

Alberto Delgado Neto
Presidente

Ícaro Carvalho de Bem Osório
1º Vice-presidente

Sérgio Miguel Achutti Blattes
2º Vice-presidente

Lusmary Fátima Turelly da Silva
3ª Vice-presidente

Fabianne Bretton Baisch
Corregedora-Geral da Justiça

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL

Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE

Ranolfo Vieira Junior
Presidente

BADESUL

Claudio Leite Gastal
Presidente

FARSUL

Gedeão Pereira
Presidente

FIERGS

Gilberto Petry
Presidente

FECOMÉRCIO

Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL

Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL

Luciano Hocsman
Presidente

GRÊMIO

Alberto Guerra
Presidente

INTERNACIONAL

Alessandro Barcellos
Presidente

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 27 SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

AGRICULTURA

Giovani Feltes (MDB)

CASA CIVIL

Artur Lemos (PSDB)

CASA MILITAR

Luciano Boeira

COMUNICAÇÃO

Tânia Moreira

CULTURA

Beatriz Araújo

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ernani Polo (PP)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Beto Fantinel (MDB)

DESENVOLVIMENTO RURAL

Ronaldo Santini (Podemos)

DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Carlos Rafael Mallmann (União Brasil)

EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira (PSDB)

ESPORTE E LAZER

Danrlei de Deus (PSD)

FAZENDA

Pricilla Maria Santana

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Carlos Gomes (Republicanos)

INCLUSÃO DIGITAL

Lisiane Lemos

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Simone Stulp

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Fabrício Peruchin (União Brasil)

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Juvir Costella (MDB)

MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Marjorie Kauffmann

OBRAS PÚBLICAS

Izabel Matte

PARCERIAS E CONCESSÕES

Pedro Capeluppi

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Danielle Calazans

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Eduardo Cunha da Costa

SAÚDE

Arita Bergmann

SEGURANÇA PÚBLICA

Sandro Caron

SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Luiz Henrique Vianna (PSDB)

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Gilmar Sossella (PDT)

TURISMO

Vilson Covatti (PP)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL:

Afonso Hamm (PP)

Afonso Motta (PDT)

Alceu Moreira (MDB)

Alexandre Lindenmeyer (Federação PT/PCdoB/PV)

Any Ortiz (Federação PSDB-Cidadania)

Bibo Nunes (PL)

Carlos Gomes (Republicanos)

Covatti Filho (PP)

Daniel da TV (Federação PSDB-Cidadania)

Daiana Santos (PC do B)

Denise Pessôa (Federação PT/PCdoB/PV)

Dionilso Marcon (Federação PT/PCdoB/PV)

Elvino Bohn Gass (Federação PT/PCdoB/PV)

Fernanda Melchionna (Federação PSOL-Rede)

Franciane Bayer (Republicanos)

Giovani Cherini (PL)

Heitor Schuch (PSB)

Lucas Redecker (Federação PSDB-Cidadania)

Luciano Azevedo (PSD)

Luiz Carlos Busatto (União Brasil)

Marcel Van Hattem (Novo)

Marcelo Moraes (PL)

Márcio Biolchi (MDB)

Maria do Rosário (Federação PT/PCdoB/PV)

Mauricio Marcon (Podemos)

Osmar Terra (MDB)

Pedro Westphalen (PP)

Pompeo de Mattos (PDT)

Reginete Bispo (PT)

Tenente-Coronel Zucco (Republicanos)

Ubiratan Sanderson (PL)

A mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável por trabalhos administrativos e é composta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP - PL); o primeiro e o segundo vice-presidentes, Marcos Pereira (Republicanos - SP) e Sóstenes Cavalcante (PL - RJ); quatro secretários, Luciano Bivar (União Brasil - PE), Maria do Rosário (PT - RS), Júlio Cesar (PSD - PI) e Lucio Mosquini (MDB - RO); além dos suplentes, Gilberto Nascimento (PSC - SP), Pompeo de Mattos (PDT - RS), Beto Pereira (PSDB - MS) e André Ferreira (PL - PE).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 55 DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL:

Adão Pretto (PT)

Adolfo Brito (PP)

Adriana Lara (PL)

Airton Artus (PDT)

Airton Lima (Podemos)

Beto Fantinel (MDB)

Bruna Rodrigues (PC do B)

Capitão Martim (Republicanos)

Classmann (União Brasil)

Carlos Búrigo (MDB)

Claudio Tatsch (PL)

Juvir Costella (MDB)

Delegada Nadine (PSDB)

Delegado Zucco (Republicanos)

Dirceu Franciscon (União Brasil)

Dr. Thiago (União Brasil)

Edivilson Brum (MDB)

Eduardo Loureiro (PDT)

Eliana Bayer (Republicanos)

Elizandro Sabino (PTB)

Elton Weber (PSB)

Ernani Polo (PP)

Felipe Camozzato (Novo)

Frederico Antunes (PP)

Gaúcho da Geral (PSD)

Gerson Burmann (PDT)

Guilherme Pasin (PP)

Gustavo Victorino (Republicanos)

Issur Koch (PP)

Jeferson Fernandes (PT)

Joel de Igrejinha (PP)

Kaká D'Ávila (PSDB)

Kelly Moraes (PL)

Laura Sito (PT)

Leonel Radde (PT)

Luciana Genro (PSOL)

Luciano Silveira (MDB)

Luiz Marenco (PDT)

Luiz Mainardi (PT)

Marcus Vinicius (PP)

Matheus Gomes (PSOL)

Miguel Rossetto (PT)

Neri O Carteiro (PSDB)

Paparico Bacchi (PL)

Patricia Alba (MDB)

Pedro Pereira (PSDB)

Pepe Vargas (PT)

Professor Bonatto (PSDB)

Professor Claudio (Podemos)

Rafael Librelotto (MDB)

Rodrigo Lorenzoni (PL)

Ronaldo Santini (Podemos)

Sergio Peres (Republicanos)

Silvana Covatti (PP)

Sofia Cavedon (PT)

Sossella (PDT)

Stela Farias (PT)

Valdeci Oliveira (PT)

Vilmar Zanchin (MDB)

Zé Nunes (PT)

Deputados Estaduais licenciados para exercício de outros cargos:
Beto Fantinel (MDB), Juvir Costella (MDB), Ernani Polo (PP), Ronaldo Santini (Podemos) e Sossella (PDT).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Fernando Quadros da Silva (Presidente do TRF)

João Batista Pinto Silveira (Vice-presidente do TRF)

Vânia Hack de Almeida (Corregedora da Justiça Federal)

Álvaro Eduardo Junqueira

Amaury Chaves de Athayde

Amir José Finocchiaro Sarti

Antônio Albino Ramos de Oliveira

Ari Pargendler

Cal Garcia

Cândido Alfredo Silva Leal Junior

Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho

Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz

Celso Kipper

Dirceu de Almeida Soares

Edgard Antônio Lippmann Júnior

Élcio Pinheiro de Castro

Eli Goraieb

Ellen Gracie Northfleet

Fábio Bittencourt da Rosa

Fernando Quadros da Silva

Gilson Dipp

Hervandil Fagundes

João Surreaux Chagas

Joel Ilan Paciornik

Jorge Antonio Maurique

José Almada de Souza

José Fernando Jardim de Camargo

José Luiz Borges Germano da Silva

José Morschbacher

Luciane Amaral Corrêa Münch

Luis Alberto d'Azevedo Aurvalle

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

Luiz Carlos de Castro Lugon

Luiz Dória Furquim

Luiz Fernando Wowk Penteado

Luíza Dias Cassales

Manoel Eugenio Marques Munhoz

Manoel Lauro Volkmer de Castilho

Márcio Antônio Rocha

Marga Inge Barth Tessler

Maria de Fátima Freitas Labarrère

Maria Lúcia Luz Leiria

Néfi Cordeiro

Nylson Paim de Abreu

Osvaldo Moacir Alvarez

Otavio Roberto Pamploma

Paulo Afonso Brum Vaz

Pedro Máximo Paim Falcão

Ricardo Teixeira do Valle Pereira

Rogerio Favreto

Rômulo Pizzolatti

Ronaldo Luiz Ponzi

Sílvia Maria Gonçalves Goraieb

Silvio Dobrowolski

Tadaaqui Hirose

Tânia Terezinha Cardoso Escobar

Teori Albino Zavascki

Valdemar Capeletti

Victor Luiz dos Santos Laus

Vilson Darós

Virgínia Amaral da Cunha Sheibe

Vladimir Passos de Freitas

Wellington Mendes de Almeida

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:

Alexandre Corrêa da Cruz

Ana Luiza Heineck Kruse

André Reverbel Fernandes

Angela Rosi Almeida Chapper

Beatriz Renck

Brígida Joaquina Charão Barcelos

Carlos Alberto May

Carmen Izabel Centena Gonzalez

Cláudio Antônio Cassou Barbosa

Cleusa Regina Halfen

Clóvis Fernando Schuch Santos

Denise Pacheco

Emílio Papaléo Zin

Fabiano Holz Beserra

Fernando Luiz de Moura Cassal

Flávia Lorena Pacheco

Francisco Rossal de Araújo

George Achutti

Gilberto Souza dos Santos

Janney Camargo Bina

João Alfredo Borges Antunes de Miranda

João Batista de Matos Danda

João Paulo Lucena

João Pedro Silvestrin

Laís Helena Jaeger Nicotti

Lucia Ehrenbrink

Luciane Cardoso Barzotto

Luiz Alberto de Vargas

Manuel Cid Jardon

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Marcelo Gonçalves de Oliveira

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Marcos Fagundes Salomão

Maria da Graça Ribeiro Centeno

Maria Cristina Schaan Ferreira

Maria Madalena Telesca

Maria Silvana Rotta Tedesco

Raul Zoratto Sanvicente

Rejane Souza Pedra

Ricardo Carvalho Fraga

Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Roger Ballejo Villarinho

Rosiul de Freitas Azambuja

Rosane Serafini Casa Nova

Simone Maria Nunes

Tânia Regina Silva Reckziegel

Vania Maria Cunha Mattos

Wilson Carvalho Dias

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 36 VEREADORES DE PORTO ALEGRE:

Abigail Pereira (PC do B)

Adeli Sell (PT)

Airto Ferronato (PSB)

Aldacir Oliboni (PT)

Alex Fraga (PSOL)

Alvoni Medina (Republicanos)

Carlos Comassetto (PT)

Cassiá Carpes (PP)

Cláudia Araújo (PSD)

Cláudio Conceição (PL)

Claudio Janta (SD)

Comandante Nádia (PP)

Fernanda Barth (PSC)

Gilson Padeiro (PSDB)

Giovane Byl (PTB)

Giovani Culau (PC do B)

Hamilton Sossmeier (PTB)

Idenir Cecchim (MDB)

Jesse Sangalli (Cidadania)

João Bosco Vaz (PDT)

Jonas Reis (PT)

José Freitas (Republicanos)

Karen Santos (PSOL)

Lourdes Sprenger (MDB)

Marcelo Bernardi (PSDB)

Márcio Bins Ely (PDT)

Mari Pimentel (Novo)

Mauro Pinheiro (PL)

Moisés Maluco do Bem (PSDB)

Monica Leal (PP)

Pablo Melo (MDB)

Pedro Ruas (PSOL)

Psicóloga Tanise Sabino (PTB)

Ramiro Rosário (PSDB)

Roberto Robaina (PSOL)

Tiago Albrecht (Novo)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

ACRE

Gladson Cameli
(PP - Reeleito)

ALAGOAS

Paulo Dantas
(MDB)

AMAPÁ

Clécio Luís
(SD)

AMAZONAS

Wilson Lima
(União - Reeleito)

BAHIA

Jerônimo Rodrigues
(PT)

CEARÁ

Elmano de Freitas
(PT)

DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha
(MDB - Reeleito)

ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande
(PSB - Reeleito)

GOIÁS

Ronaldo Caiado
(União - Reeleito)

MARANHÃO

Carlos Brandão
(PSB - Reeleito)

MATO GROSSO

Mauro Mendes
(União - Reeleito)

MATO GROSSO DO SUL

Eduardo Riedel
(PSDB)

MINAS GERAIS

Romeu Zema
(Novo - Reeleito)

PARÁ

Helder Barbalho
(MDB - Reeleito)

PARAÍBA

João Azevêdo
(PSB - Reeleito)

PARANÁ

Ratinho Júnior
(PSD - Reeleito)

PERNAMBUCO

Raquel Lyra
(PSDB)

PIAUÍ

Rafael Fonteles
(PT)

RIO DE JANEIRO

Cláudio Castro
(PL - Reeleito)

RIO GRANDE DO NORTE

Fátima Bezerra
(PT - Reeleita)

RIO GRANDE DO SUL

Eduardo Leite
(PSDB - Reeleito)

RONDÔNIA

Cel. Marcos Rocha
(União - Reeleito)

RORAIMA

Antonio Denarium
(PP - Reeleito)

SANTA CATARINA

Jorginho Mello
(PL)

SÃO PAULO

Tarcísio de Freitas
(Republicanos)

SERGIPE

Fábio Mitidieri
(PSD)

TOCANTINS

Wanderlei Barbosa
(Republicanos - Reeleito)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA

Carlos Fávaro

CASA CIVIL

Rui Costa

CIDADES

Jader Filho

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Luciana Santos

COMUNICAÇÕES

Juscelino Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Vinícius Marques de Carvalho

CULTURA

Margareth Menezes

DEFESA

José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Paulo Teixeira

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS

Silvio Almeida

EDUCAÇÃO

Camilo Santana

EMPREENDEDORISMO

Márcio França

ESPORTES

André Fufuca

FAZENDA

Fernando Haddad

GESTÃO

Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL

Anielle Franco

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Geraldo Alckmin

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ricardo Lewandowski

MEIO AMBIENTE

Marina Silva

MINAS E ENERGIA

Alexandre Silveira

MULHERES

Cida Gonçalves

PESCA

André de Paula

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Simone Tebet

PORTOS E AEROPORTOS

Silvio Costa Filho

POVOS INDÍGENAS

Sonia Guajajara

PREVIDÊNCIA

Carlos Lupi

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Alexandre Padilha

SAÚDE

Nísia Trindade

SECOM

Paulo Pimenta

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Márcio Macêdo

TRABALHO

Luiz Marinho

TRANSPORTES

Renan Filho

TURISMO

Celso Sabino

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente

Roberto Barroso
(indicado por Dilma Rousseff)

Vice-Presidente

Edson Fachin
(indicado por Dilma Rousseff)

Alexandre de Moraes
(indicado por Michel Temer)

André Mendonça
(indicado por Jair Bolsonaro)

Cármen Lúcia
(indicada por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Cristiano Zanin
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)

Dias Toffoli
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)

Flávio Dino
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)

Gilmar Mendes
(indicado por Fernando Henrique Cardoso)

Luiz Fux
(indicado por Dilma Rousseff)

Nunes Marques
(indicado por Jair Bolsonaro)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

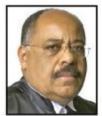
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:

Antonio Carlos Ferreira

Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin

Antônio Saldanha Palheiro

Assusete Dumont Reis Magalhães

Benedito Gonçalves

Daniela Teixeira

Fátima Nancy Andrighi

Francisco Cândido de Melo Falcão Neto

Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes

Humberto Eustáquio Soares Martins

João Otávio de Noronha

Joel Ilan Paciornik

Luis Felipe Salomão

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Mauro Luiz Campbell Marques

Messod Azulay Neto

Paulo Dias de Moura Ribeiro

Paulo Sérgio Domingues

Raul Araújo Filho

Regina Helena Costa

Reynaldo Soares da Fonseca

Ricardo Villas Bôas Cueva

Rogerio Schietti Machado Cruz

Sebastião Alves dos Reis Júnior

Sérgio Luíz Kukina

Teodoro Silva Santos

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente

Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente

Aloysio Corrêa da Veiga

Alberto Bastos Balazeiro

Alexandre de Souza Agra Belmonte

Alexandre Luiz Ramos

Amaury Rodrigues Pinto Junior

Augusto César Leite de Carvalho

Breno Medeiros

Cláudio Mascarenhas Brandão

Delaíde Alves Miranda Arantes

Dora Maria da Costa

Douglas Alencar Rodrigues

Evandro Pereira Valadão Lopes

Guilherme Augusto Caputo Bastos

Hugo Carlos Scheuermann

Ives Gandra da Silva Martins Filho

José Roberto Freire Pimenta

Kátia Magalhães Arruda

Liana Chaib

Luiz José Dezena da Silva

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Maria Helena Mallmann

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Mauricio Godinho Delgado

Morgana de Almeida Richa

Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

Presidente

Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Vice-Presidente

Ministro
José Coêlho Ferreira

Ministro
Artur Vidigal de Oliveira

Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira

Ministro
Carlos Vuyk de Aquino

Ministro
Celso Luiz Nazareth

Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros

Ministro
José Barroso Filho

Ministro
Leonardo Punte

Ministro
Lourival Carvalho Silva

Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes

Ministro
Marco Antônio de Farias

Ministra
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ministro
Odilson Sampaio Benzi

Ministro
Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Fotos: Divulgação